



# **Relatório de Gestão**

## **do Exercício de 2012**

# **Sureg MG**



**Belo Horizonte / MG**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

**ANTÔNIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA**  
Ministro

**Conab – Companhia Nacional de Abastecimento**

Conselho de Administração  
**JOSÉ GERARDO FONTELES**  
Presidente

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
**CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA**  
Membros

**Conselho Fiscal**

**MARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA**  
Presidente

**GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO**  
**RENATA LIMA DE CARVALHO**  
Membros

**Diretoria Colegiada**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**Superintendência Regional de Minas Gerais**

**OSVALDO TEIXEIRA DE SOUZA FILHO**  
Superintendente

**RODRIGO RODRIGUES ROVEDA**  
Gerente de Finanças e Administração

**HÉLIO MAURÍCIO GONÇALVES DE REZENDE**  
Gerente de Operações

**TÚLIO MARCOS DE VASCONCELLOS**  
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

**Equipe Técnica**

**Fernando de Castro Santos**  
**Luciene Rodrigues Batista Ferreira**  
**Paula Cristina da Silva**  
**Rodrigo Rodrigues Roveda**  
**Terezinha Vilela de Melo Figueiredo**

**Superintendência Regional de Minas Gerais**  
Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – bairro de  
Lourdes – Belo Horizonte / MG  
Fax: 3290-2784  
Fone: 3290-2800



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**

**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**

**Superintendência Regional da Conab**

**Em Minas Gerais – Sureg MG**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**Belo Horizonte, maio de 2013**

## Sumário

Discriminação	Pag. n.º
Capa	
Folha de Rosto	1
Sumário	2
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Lista de Tabelas	10
Lista de Quadros	12
Lista de Figuras	14

## **APRESENTAÇÃO 15**

PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 119/2012, DE 18/01/2012	18
INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB	

## **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS 18**

1.1 – Informações sobre a UJ - Unidade Jurisdicionada	18
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	18
1.1.2 – Estrutura Organizacional	21
1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa	21
1.1.4 – Nome e Período da Gestão dos Responsáveis pela Administração da Sureg MG	21
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	28
1.2.1 – Planejamento Estratégico	28
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	29
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação de Renda	30
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	33
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	36
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	37
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	39
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	40
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	41
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos	42

## **2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO 43**

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	43
2.1.1 – O Comportamento do Mercado Agrícola em Minas Gerais	43
2.1.2 – A Estratégia de Atuação da Conab em Minas Gerais	45
2.1.2.1 – Gestão dos estoques públicos	45
2.1.2.2 – Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar	46
2.1.2.3 – Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos	46
2.1.3 – A Contratação de Bens e Serviços	47
2.1.4 – Os Fatores de Risco e sua Gestão em 2012	48
2.1.5 – Os Fatores de Risco e sua Previsão para os Próximos dois Exercícios	49
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	49
2.2.1 – Demanda por Serviços de Armazenagem e Apoio à Comercialização	49

2.2.2 – Mapeamento das Principais Empresas do Setor Privado que prestam serviços análogos aos da Conab	50
2.2.3 – Produtos e Serviços Oferecidos que Geram Receitas Próprias	51
2.2.4 – Principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Público e Privado	52
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA</b>	<b>54</b>
3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda	54
3.2 – Análise dos Programas de Sustentação de Renda	54
3.2.1 – Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF	55
3.2.2 – Contratos de Opção de Venda	55
3.2.3 – PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto	55
3.2.4 – Pepto – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa	55
3.2.4.1 – Pepto – Laranja	55
3.2.4.2 – Acórdão nº 7189/2012 - da 1ª Câmara do TCU	56
3.3 – Programa de Subvenção Direta aos Produtores de Cana de açúcar na área de atuação da Sudene	57
3.4 – PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	57
3.5 – Principais Indicadores de Desempenho	58
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO</b>	<b>64</b>
4.1 – Análise das Principais Ações Ligadas à Venda de Produtos	64
4.1.1 – Relação dos Produtos que foram Objeto de Intervenção no Mercado	64
4.2 – Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção	64
4.2.1 – Vendas em Leilões Públicos	65
4.2.2 – VEP – Venda Para Escoamento do Produto	66
4.2.3 – Vendas em Balcão	66
4.2.4 – Doação de Produtos Alimentícios	70
4.3 - Análise da Efetividade das Principais Intervenções no Mercado em Minas Gerais	73
4.3.1 – Vendas em Balcão	73
4.4 – Resultado Financeiro Geral	73
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho	74
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO</b>	<b>75</b>
5.1 - Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro	75
5.2 - Desenvolvimento do Mercado Hortigranjeiro em Minas Gerais – a CeasaMinas	76
5.3 - O Comércio Atacadista na CeasaMinas	80
5.4 – Principais Indicadores de Desempenho	80
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>81</b>
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	81
6.1.1 - Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas	81
6.1.1.1 – Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab	81
6.1.2 – Faturamento total com serviços de armazenagem	82
6.1.3 – Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas	82
6.2 – Principais Indicadores de Desempenho	83
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>85</b>
7.1 – Rede Armazenadora	85
7.1.1 – Rede Armazenadora Própria	85
7.1.1.1 – Posição dos Estoques nos Armazéns Próprios	86
7.1.1.2 – Serviços de Manutenção	89

7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada	92
7.1.2.1 – Posição dos Estoques na Rede Armazenadora Contratada	93
7.1.3 – Capacitação de Mão de obra do Setor Armazenador	93
7.1.4 – Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados pela Conab	94
7.2 – Análise das Ações Fiscalização dos Estoques Públicos	96
7.2.1 – Quadro de Fiscais	96
7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	97
7.2.2.1 – Perdas	98
7.2.2.2 – Desvios	98
7.2.2.3 – Produtos Abaixo do Padrão	98
7.2.2.4 – Produtos Desclassificados	99
7.2.2.5 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns	99
7.2.2.6 – Descredenciamento de Armazéns	100
7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	100
7.2.4 – Serviços de Cobrança e Recebimentos	102
7.3 – Análise das ações de movimentação de estoques públicos	105
7.3.1 – Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora	105
7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA	105
7.3.3 – Remoção de Produtos do MI, MDA e MDS	106
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho	106
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA</b>	<b>111</b>
8.1 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da Sureg MG	111
8.2 – Perfil dos recursos humanos envolvidos	112
8.3 – Segurança da informação	112
8.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas	113
8.5 – Contratos e serviços de terceiros na área de TI	114
8.6 – Suficiência de equipamentos na rede da Sureg MG	115
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA</b>	<b>117</b>
9.1 – Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Conab	117
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES</b>	<b>118</b>
10.1 – Análise dos principais resultados do SigaBrasil	118
10.2 – Análise dos principais resultados do Geosafra	119
10.3 – Principais resultados no levantamento de produção, nos custos e estoques de produtos agrícolas	119
10.3.1 – Levantamento da Safra de Grãos	119
10.3.2 – Levantamento da Safra de Café	125
10.3.3 – Levantamento da Safra de Cana de Açúcar	126
10.3.4 – Outras atividades relativas à Disseminação de Conhecimento	127
10.3.5 – Siagro – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento	128
10.3.6 – Custo de Produção da Agricultura Familiar e Comercial	128
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS</b>	<b>129</b>
11.1 – Alocação de Empregados	129
11.2 – Comunicação Interna	129
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional	130
11.4 – Ações de Conhecimento e Aprendizagem	131
11.5 – Informações sobre os Recursos Humanos da Sureg MG	132
11.5.1 – Composição do Quadro de Pessoal Ativo	132

11.5.2 – Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão	137
11.5.3 – Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal	137
11.5.4 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	138
11.6 – Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos	140
11.7 – Previdência Complementar – Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius	140
11.7.1 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012	141
11.7.2 – Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab – 2012	141
11.7.3 – Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo Cibrius	141
11.7.4 – Resultado financeiro do Cibrius	141
11.7.5 – Demonstrativo da Posição das aplicações do Cibrius	143
11.7.6 – Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do Cibrius	145
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL</b>	<b>147</b>
12.1 – Análise da Execução Orçamentária	147
12.1.1 - Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	147
12.1.1.1 – (2130) Formação de Estoques Públicos	147
12.1.1.2 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	148
12.1.1.3 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	150
12.1.1.4 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	152
12.1.1.5 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	155
12.1.1.6 – (00H1) Pagamento Pessoal Ativo	157
12.1.1.7 – (2000) Administração da Unidade	157
12.1.1.8 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	158
12.1.1.9 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	161
12.1.1.10 – (2011) Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados	162
12.1.1.11 – (2012) Auxílio–Alimentação aos Servidores e Empregados	165
12.1.1.12 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	167
12.1.1.13 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	171
12.1.1.14 – (00H2) Pagamento de Depósitos Recursais	172
12.1.2 - Execução Orçamentária de Ações de Outros Órgãos	173
12.1.2.1 - (20QU) Fiscalização de Seguro Rural	173
12.1.2.2 - (2000) Administração de Unidade (Safr de Café)	174
12.1.2.3 - (2792) Distribuição de Alimentos	175
12.1.2.4 - (2798) Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	175
12.1.2.5 - (2802) Operação de Aquisição de Alimentos	176
12.1.2.6 - (6440) Distribuição de Alimentos para o Desenvolvimento de Quilombos	176
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	177
12.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	177
12.2.2 – Análise Crítica	177
12.3 – Transferências Mediante Convênios	177
12.4 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	177
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6404/76	179
12.5.1 – Demonstrativos do Balanço Patrimonial	179

12.5.2 – Demonstrativos dos Fluxos de Caixa	181
12.5.3 – Demonstrativos do Resultado do Exercício	183
12.5.4 – Demonstrativos do Valor Adicionado	185
12.5.5 – Demonstrativos das Mutações do Patrimônio Líquido	186
12.5.6 – Composição Acionária do Capital Social	187
12.5.7 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	187
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES</b>	<b>201</b>
13.1 – Informações sobre o Controle Interno	201
13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	203
13.2.1 – TCU	203
13.2.2 – CGU	203
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	203
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES</b>	<b>210</b>

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação / Ministério das Relações Exteriores
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
Audin	Auditoria Interna
AVE	Autorizações de Venda de Produto
BI	Business Intelligence
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC	Balanced Scorecard
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
Cadin	Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
Capal	Coop. Agropecuária de Araxá
Cargeul	Companhia de Armazéns Gerais de Unai Ltda.
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CDA	Cadastro de Armazenagem (na Conab)
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa	Centrais de Abastecimento
CeasaMinas	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
Cedec	Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil
Centreinar	Centro Nacional de Aprendizagem em Armazenagem
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
Cginp	Coordenação-Geral de Informação e Previdência Complementar
Cgpar	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
Cgsr	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CGU	Controladoria Geral da União
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazéns
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
Clastec	Classificação Técnica Ltda.
Clave	Classificação de Produtos Vegetais Ltda.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho



CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Código Nacional de Atividade Empresarial
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CO	Contrato de Opção
Cobal	Companhia Brasileira de Alimentos
Cojur	Consultoria Jurídica
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conad	Conselho de Administração da Conab
Conage	Companhia Nacional de Armazéns Gerais Ltda.
Coopadap	Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba
Coopermor	Cooperativa M. de Guarda Mor Ltda.
Coopersam	Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPF	Cadastro de Pessoa Jurídica
CPR–Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR–Estoque	Compra da Agricultura Familiar para Formação de Estoque
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOU	Diário Oficial da União
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Dest	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
Detec	Departamento Técnico (CeasaMinas)
Diafi	Diretoria Administrativa e Financeira
Digep	Diretoria de Gestão de Pessoas
Dirab	Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad	Diretoria Administrativa
DN / TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Privada
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarbe	Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fureu	Fundação Rádio Educativa de Uberaba
Gcea	Grupo de Coordenação Estatística Agropecuárias do IBGE.
Gearm	Gerência de Armazenagem
Geasa	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Gebem	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
Gecad	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
Gecaf	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
Gecap	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecup	Gerência de Custos de Produção
Gedes	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
Gefis	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gefoc	Gerência de Movimentação de Estoques
Gejur	Gerência Jurídica
Geope	Gerência de Operações Especiais
Gepab	Gerência de Programas de Abastecimento
Gepas	Gerência de Patrimônio e Seguros

Gepor	Gerência de Programação e Elaboração Orçamentária
Gerac	Gerência de Análise Contábil
Gerap	Gerência da Rede de Armazéns Próprios
Gesas	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
Gevep	Gerencia de Vistoria dos Estoques Privados
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GTA	Gestão e Tecnologia e Comércio de Alimentos Ltda.
HD	Hard Disk
IASB	Internacional Accounting Standards Board
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Estudos Avançados
Igam	Instituto Mineiro de Gestão da Águas
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPP	Índice de Preço ao Produtor
IPR	Índice de Preços Recebidos
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Receita Federal
Lalur	Livro de Apuração do Lucro Real
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério do Interior
MO	Mercado de Opções
MOC	Manual de Operações Comerciais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NOC	Normas da Organização
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade (Ibracon)
Nutriabel	Nutrição Betim Ltda.
OAN/MDA	Ouvidoria Agrária Nacional / Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANet	Aplicativo para preenchimento das propostas do PAA via Internet
PAAS	Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDVI	Plano de Demissão Voluntária Incentivada
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio para o Escoamento de Produto
Pepro	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimo
PLE	Preço de Liberação dos Estoques Públicos

PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPEP	Produtores atendidos pelo PEP
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Proage	Armazéns Gerais da Produção
Prodea	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Ptres	Programa de Trabalho Resumido
PUC	Crédito Unitário Projetado
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RenApsi	Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
Saagra	Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos
SARC	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
Seape	Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
Secof	Setor Contábil e Financeiro
Secom	Setor de Comercialização
Sedem	Setor de Desenvolvimento Empresarial
Seest	Setor de Estudos Estratégicos (CeasaMinas)
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sereh	Setor de Recursos Humanos
Sesan	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sesc	Serviço Social do Comércio
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siagro	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
Sica	Sistema de Controle de Atendimentos
Sicaf	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
Sicarm	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SigPAA	Sistema de Gestão do PAA
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Sindarroz-MG	Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Minas Gerais
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sircoi	Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab
Sisdre	Sistema de Demonstração do Resultado do Exercício
SMJ	Subprocuradoria de Matéria Judicial
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STN/COPAR	Coordenação-Geral de Participações Societárias
STN/COPAR/GEAFE	Gerência Nacional de Fundos Estruturados
Suarm	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
Sucon	Superintendência de Contabilidade
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sufin	Superintendência de Finanças
Sufis	Superintendência de Fiscalização de Estoques

Sugep	Superintendência de Gestão de Pessoas
Sugof	Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf	Superintendência de Informações do Agronegócio
Sumaj	Subprocuradoria de Matéria Judicial
Sumoc	Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope	Superintendência de Operações Comerciais
Supab	Superintendência de Abastecimento Social
Supad	Superintendência de Administração
Supaf	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
Supor	Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureg MG	Superintendência Regional de Minas Gerais
Sureh	Superintendência de Recursos Humanos
Sutin	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TR	Taxa Referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
Unicoop	União Cooperativa Agropecuária Sul de Minas
VEP	Valor do Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques

## LISTA DE TABELAS

<b>Discriminação</b>	<b>Pag. n.º</b>
Tabela 1 – Modalidades de Licitação – 2011/2012 (em R\$)	47
Tabela 2 – Principais Cooperativas/Empresas que prestam serviços Análogos à Conab em Minas Gerais	50
Tabela 3 – Serviços que Geram Receitas Próprias na UJ	51
Tabela 4 – Principais Clientes do Setor Privado – Comercialização	52
Tabela 5 – Principais Clientes do Setor Público Posição em 31/12/2012 – Armazenagem	52
Tabela 6 – Principais Clientes do Setor Privado Movimentação em 2012 – Armazenagem	53
Tabela 7 – Pepero – Laranja - Valores Previstos para a Subvenção	56
Tabela 8 – Dez Maiores Operações na Modalidade Pepero- Laranja	56
Tabela 9 – Programa de Subvenção Direta aos Produtores de Cana de açúcar	57
Tabela 10 – Aquisições por meio da CPR - Doação em Minas Gerais	57
Tabela 11 – Valores Contratados em Exercícios Anteriores e Aditivados	58
Tabela 12 – Dez Maiores Operações na CPR – Doação (Recursos do MDS)	58
Tabela 13 – Produtos Vendidos no Estado de Minas Gerais	65
Tabela 14 – Dez Maiores Operações de Vendas em Leilão Público	65
Tabela 15 – Volume Físico, Financeiro e de Atendimentos das Vendas em Balcão	66
Tabela 16 – Dez Maiores Operações de Vendas em Balcão em Minas Gerais	69
Tabela 17 – Comparativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	71
Tabela 18 – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos por Segmento Beneficiário	71
Tabela 19 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	73
Tabela 20 – Volume Comercializado nos Entrepostos da CeasaMinas	78
Tabela 21 – Preço Médio de Comercialização nos Entrepostos CeasaMinas	78
Tabela 22 – CeasaMinas Oferta Mineira de Hortigranjeiros por Mesorregião – em kg	79
Tabela 23 – Estoques de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	81

Tabela 24 – Demonstração do resultado financeiro das operações de Armazenagem de produtos agrícolas	83
Tabela 25 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns em 2012	85
Tabela 26 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – PGPM	86
Tabela 27 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias - Contrato de Opções	86
Tabela 28 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – PAA	87
Tabela 29 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – Estoque Estratégico	88
Tabela 30 – Gastos para a manutenção das unidades armazenadoras realizados em 2012	89
Tabela 31 – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais	93
Tabela 32 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	93
Tabela 33 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	94
Tabela 34 – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais Nos Exercícios de 2011 e 2012	97
Tabela 35 – Levantamento das Irregularidades Ocorridas em 2012	99
Tabela 36 – Demonstrativo do Número de Apólices Fiscalizadas	101
Tabela 37 – Relatório de Dívidas de Agentes – Período 01/04/1992 a 20/01/2013 - Valores Ajuizados até 2012	102
Tabela 38 – Relação de Equipamentos X Pessoal da Sede da Sureg MG	115
Tabela 39 – Relação de Equipamentos X Pessoal das Unidades Operacionais da Sureg MG	116
Tabela 40 – Levantamentos de safras em Minas Gerais	119
Tabela 41 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade em Minas Gerais Safras 2010/2011 e 2011/2012 – 12º Levantamento	120
Tabela 42 – Demonstrativo de Treinamentos	131
Tabela 43 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	132
Tabela 44 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	133
Tabela 45 – Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	134
Tabela 46 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	134
Tabela 47 – Composição do Quadro de Estagiários	135
Tabela 48 – Custos de Pessoal no Exercício de 2010 / 2011 / 2012	136
Tabela 49 – Demonstrativo dos Custos com Encargos Sociais dos Empregados	137
Tabela 50 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	137
Tabela 51 – Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012	142
Tabela 52 – Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento Parte 1 de 2	143
Tabela 53 – Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento Parte 2 de 2	144
Tabela 54 – Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	168
Tabela 55 – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária – 2011 e 2012	168
Tabela 56 – Demonstrativo do Elemento de Despesa – de 2008 a 2012	169
Tabela 57 - Relação das Ações de Outros Órgãos com Execução Orçamentária pela Sureg MG em 2012	173
Tabela 58 - Resultados da Ação (20QU)	174
Tabela 59 - Resultados da Ação (2000)	174
Tabela 60 - Resultados da Ação (2792)	175
Tabela 61 - Resultados da Ação (2798)	175
Tabela 62 - Resultados da Ação (2802)	176
Tabela 63 - Resultados da Ação (6440)	176
Tabela 64 – Restos a Pagar – Processados	177
Tabela 65 – Restos a Pagar – Não Processados	177
Tabela 66 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	178
Tabela 67 – Balanço Patrimonial	179
Tabela 68 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	181
Tabela 69 – Demonstração do Resultado do Exercício	183
Tabela 70 – Demonstração do Valor Adicionado	185
Tabela 71 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	186
Tabela 72 – Demonstrativo dos Créditos Tributários	190
Tabela 73 – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo	191
Tabela 74 – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	192
Tabela 75 – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Circulante	192
Tabela 76 – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante	192

Tabela 77 – Demonstrativos Financeiro dos Estoques	193
Tabela 78 – Demonstrativo do Passivo Contingente - Provável	195
Tabela 79 – Demonstrativo do Passivo Contingente - Possível	195
Tabela 80 – Demonstrativo do Ativo Contingente - Provável	196
Tabela 81 – Demonstrativo do Saldo de Responsabilidade por Danos e Perdas	197
Tabela 82 – Demonstrativo da Maior Remuneração dos Dirigentes e Empregados	199
Tabela 83 – Demonstrativo do Salário Médio dos Dirigentes e Empregados	199
Tabela 84 – Demonstrativo de Repasse de Recursos	199

## LISTA DE QUADROS

Discriminação	Pag. n.º
Quadro 1 – Itens que não constam no presente RG	16
Quadro 2 – Identificação da Sureg MG	18
Quadro 3 – Relação das entidades públicas e privadas credenciadas pelo MAPA para realizar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico em Minas Gerais	51
Quadro 4 – Resultados do Indicador do percentual de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado	59
Quadro 5 – Resultados do Indicador do percentual de produtores atendidos pelo Pepro em Relação ao total de produtores no Estado	59
Quadro 6 – Resultados do Indicador do número médio de documentos comprobatórios na Subvenção PEP/Pepro conferidos por dia	60
Quadro 7 – Resultados do Indicador do Percentual de projetos do PAA com Valores elevados (acima de R\$300 mil)	60
Quadro 8 – Resultados do Indicador do Percentual de agricultores com Menor renda atendidos pelo PAA	61
Quadro 9 – Resultados do Indicador do Percentual de recursos do PAA destinado ao Atendimento de agricultores com menor renda	61
Quadro 10 – Resultados do Indicador do Percentual de projetos supervisionados em Relação ao total de projetos do PAA em execução	62
Quadro 11 – Resultados do Indicador do Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	62
Quadro 12 – Resultados do Indicador do Percentual de Mulheres produtoras atendidas pelo PAA	63
Quadro 13 – Resultados do Indicador da Efetividade das Intervenções no Mercado	74
Quadro 14 – Centrais de Abastecimento Existentes em Minas Gerais	76
Quadro 15 – Indicador dos Mercados atacadistas de hortigranjeiros Integrados à base de dados da Conab/Prohort	80
Quadro 16 – Resultado do Indicador dos Custos dos Serviços de Armazenagem Prestados em Relação à Receita	84
Quadro 17 – Resultado do Indicador do Volume de Entrega em que ocorreu Reprocessamento	84
Quadro 18 – Plano de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	91
Quadro 19 – Quadro dos fiscais da Sureg MG em 2012	97
Quadro 20 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento às solicitações de cadastro	106
Quadro 21 – Resultados do Indicador do Percentual de armazéns impedidos	106
Quadro 22 – Resultados do Indicador do Percentual de armazéns credenciados	107
Quadro 23 – Resultados do Indicador do Percentual de produto Armazenado em relação a capacidade estática	107
Quadro 24 – Resultados do Indicador do Percentual de Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	108
Quadro 25 – Resultados do Indicador do Custo médio para a fiscalização dos Estoques	108
Quadro 26 – Resultados do Indicador do Percentual de desvio de produtos armazenados	109
Quadro 27 – Resultados do Indicador do Percentual de Alteração da qualidade dos produtos armazenados	109
Quadro 28 – Resultados do Indicador do Custo da remoção de produtos por tonelada	110
Quadro 29 – Resultados do Indicador de Rotatividade de Pessoal	138
Quadro 30 – Resultados do Indicador de Percentual de Realização de Exames Médicos Periódicos	139

Quadro 31 – Resultados do Indicador de Percentual de Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	139
Quadro 32 – Resultados do Indicador de Percentual de Empregados com Nível Superior	140
Quadro 33 – Identificação da Unidade (Entidade)	141
Quadro 34 - Relação das Ações de Governo com Execução Orçamentária pela Sureg MG em 2012	147
Quadro 35 – Resultados da Ação (2130)	147
Quadro 36 – Resultados da Ação (2829)	148
Quadro 37 – Resultados do Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	148
Quadro 38 – Resultados do Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	149
Quadro 39 – Resultados da Ação (2137)	150
Quadro 40 – Resultados do Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas	151
Quadro 41 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	151
Quadro 42 – Resultados da Ação (4702)	152
Quadro 43 – Resultados do Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados	153
Quadro 44 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	153
Quadro 45 – Resultados do Indicador de Custo por Unidade Cadastrada	154
Quadro 46 – Resultados da Ação (4711)	155
Quadro 47 – Resultados do Indicador Percentual de Pesquisa de Safras	155
Quadro 48 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	156
Quadro 49 – Resultado da Ação (00H1)	157
Quadro 50 – Resultado da Ação (2000)	157
Quadro 51 – Resultados da Ação (2004)	158
Quadro 52 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde	158
Quadro 53 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	159
Quadro 54 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	159
Quadro 55 – Resultados da Ação (20CW)	161
Quadro 56 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde – Exames Periódicos	161
Quadro 57 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde – Exames Periódicos	162
Quadro 58 – Resultados da Ação (2011)	162
Quadro 59 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	163
Quadro 60 – Resultados do Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	163
Quadro 61 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	164
Quadro 62 – Resultados da Ação (2212)	165
Quadro 63 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	165
Quadro 64 – Resultados do Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	166
Quadro 65 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	166
Quadro 66 – Resultados da Ação (4572)	167
Quadro 67 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento da Demanda de Capacitação	169
Quadro 68 – Resultados do Indicador Percentual da Execução Financeira com Capacitação	169
Quadro 69 – Resultados do Indicador do Custo por Empregado Capacitado	170
Quadro 70 – Resultados da Ação (0022)	171
Quadro 71 – Indicador Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	171
Quadro 72 – Resultado da Ação (00H2)	172
Quadro 73 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	178
Quadro 74 – Sumário das Notas Explicativas	187

Quadro 75 – Estrutura de Controles Internos da UJ	201
Quadro 76 – Demonstrativo dos Tratamentos das Recomendações da Auditoria Interna	203

## LISTA DE FIGURAS

<b>Discriminação</b>	<b>Pag. n.º</b>
Figura 1 – Mapa Estratégico Corporativo	29
Figura 2 – Macroprocesso de Sustentação de Renda	30
Figura 3 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	33
Figura 4 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	36
Figura 5 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	37
Figura 6 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	39
Figura 7 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	40
Figura 8 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	41
Figura 9 – Evolução das Vendas em Balcão em Minas Gerais	67
Figura 10 – Comparativo das Vendas em Balcão por Modalidade de Venda em Minas Gerais	69
Figura 11 – Famílias Beneficiadas com a Distribuição de Cestas de Alimentos – MDS em Minas Gerais	73
Figura 12 – Distribuição da Oferta por Unidade da CeasaMinas em 2012	77
Figura 13 – Faturamento Total com Serviços de Armazenagem	82
Figura 14 - Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem	95
Figura 15 – Aplicativos Disponíveis para Acesso pela Intranet da Conab	113
Figura 16 – Acesso ao Portal de Sistemas e Serviços	113
Figura 17 - Gráfico Comparativo de Área e Produção de Safras de Grãos Em Minas Gerais – de 2009/10 a 2011/12	121
Figura 18 – Gráfico Comparativo de Produção de Safras de Café Em Minas Gerais – de 2009 a 2012	126
Figura 19 - Gráfico Comparativo de Produção de Safras de Cana de Açúcar Em Minas Gerais – de 2009 a 2012	127
Figura 20 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2012 – SAS	160
Figura 21 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Vale Transporte	164
Figura 22 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Auxílio Alimentação	167



## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no Estado de Minas Gerais (Sureg MG) foi elaborado em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e Portaria TCU nº 150 de 03 de julho de 2012.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou Termos de Cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas estas atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento dessas ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura focar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg MG, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

No Estado de Minas Gerais, a Superintendência Regional da Conab, em função das suas atribuições, desenvolveu inúmeras atividades no decorrer do ano de 2012, conforme exposição a seguir.

A elaboração, aprovação e execução de centenas de projetos inseridos no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando milhares de produtores rurais, entidades sociais e atendendo às populações em situação de insegurança alimentar ou nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares.

A disponibilidade de expressivas quantidades de alimentos possibilitou a distribuição emergencial e gratuita de alimentos, beneficiando populações mais carentes, de vários municípios mineiros, destacando-se também a entrega de cestas de alimentos às famílias de agricultores sem terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, em cumprimento de convênios firmados com outros órgãos públicos.

Merece destaque também as atividades voltadas para o abastecimento agroalimentar de milho para alimentação animal.

Em cumprimento às decisões governamentais, foram realizados ao longo do ano os levantamentos de safra de café, cana de açúcar e grãos, bem como o levantamento de preços de produtos agropecuários e de insumos para elaboração de custos de produção para definição de preços mínimos de garantia, inclusive para a agricultura familiar.

Salienta-se também a prestação de serviços de armazenamento de produtos agropecuários, públicos e de terceiros, pelas Unidades Armazenadoras administradas pela Conab no Estado de Minas Gerais.

Na área de recursos humanos buscou-se incentivar o aprimoramento dos empregados, através da realização de cursos de especialização, objetivando manter a equipe continuamente capacitada.

No exercício de 2012, após exaustivas negociações com diversas entidades públicas, obtivemos a cessão gratuita de imóvel para o qual será transferida a sede da Sureg MG.

No exercício de 2013, a Superintendência Regional da Conab de Minas Gerais dará continuidade às ações já mencionadas, em cumprimento às demandas oriundas da Matriz, além de ampliar as ações voltadas ao atendimento da agricultura familiar e aos pequenos criadores com o abastecimento de milho através do Programa de Venda em Balcão, notadamente na região do semiárido mineiro.

**Oswaldo Teixeira de Souza Filho**  
Superintendência Regional de Minas Gerais  
Superintendente

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

**Quadro 1 – Itens que não constam no presente RG**

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1.i	Nome do auditor independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2.i	Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.i	Refap	A Sureg MG não executa quaisquer atividades relacionadas ao Refap, que funciona somente nos Estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Maranhão

<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.i	Leilões de Terceiros	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.i	Classificação de produtos agrícolas para terceiros	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5.i	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.i	Transferências Recebidas e Realizadas no Período	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.i	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.i	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz); será apresentado somente no Relatório da Matriz

**PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 119/2012, DE 18/01/2012  
INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB**
**1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS**
**1.1 – Informações Gerais sobre a UJ - Unidade Jurisdicionada**
**1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada**
**Quadro 2 – Identificação da Sureg MG**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			<b>Código Siorg:</b> 00014
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – Superintendência Regional de Minas Gerais			
<b>Denominação abreviada:</b> Conab/Sureg MG; Sureg MG			
<b>Código Siorg:</b> 087251	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código Siafi:</b> 22211
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411–6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(31) 3290.2800	(31) 3290.2784	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:mg.sureg@conab.gov.br">mg.sureg@conab.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes Belo Horizonte – MG – CEP: 30180–150			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
<p>A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto 4.514, de 13/12/2002.</p> <p>Com sede em Belo Horizonte, a Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG – está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias.</p> <p>A Sureg MG é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução Conad n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Art. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.</p>			

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada**

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- **I – Gerência Jurídica (Gejur)**
- **II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes)**
  - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial (Sedem)
  - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta (Segeo)
- **III – Gerência de Operações (Geope)**
  - a) Setor de Operações de Estoques (Seope)
  - b) Setor de Operações Comerciais (Secom)
  - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (Sepab)
- **IV – Gerência de Finanças e Administração (Gefad)**
  - a) Setor de Recursos Humanos (Sereh)
  - b) Setor Administrativo (Setad)
  - c) Setor Contábil e Financeiro (Secof)
- **V – Unidades Operacionais**
  - a) Unidade Armazenadora de Campos Altos
  - b) Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde
  - c) Unidade Armazenadora de Juiz de Fora
  - d) Unidade Armazenadora de Montes Claros
  - e) Unidade Armazenadora de Passa Quatro
  - f) Unidade Armazenadora de Perdões
  - g) Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso
  - h) Unidade Armazenadora de Uberaba
  - i) Unidade Armazenadora de Uberlândia
  - j) Unidade Armazenadora de Varginha

Legislação de Armazenagem:  
 Decreto n.º 1.102, de 21/11/1903;  
 Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001;  
 Lei n.º 9.973, de 29/05/2000.

**Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada**

Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990;  
 Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990;  
 Resolução Conad n.º 05 de 11 de maio de 1998;  
 10.102 – Estatuto Social – data de aprovação: 19/12/1991 – data de alteração: 24/03/2008;  
 10.104 – Regimento Interno – data de aprovação: 20/5/1993 – data de alteração: 13/12/2011;  
 10.105 – Regulamento de Pessoal – data de aprovação: 10/05/1993 – data de alteração: 20/08/2010;  
 10.106 – Regulamento de Pessoal – data de aprovação: 20/08/2010;  
 MOC – Manual de Operações Conab;  
 NOC – Normas da Organização.

<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código Siafi</b>	<b>Nome</b>	<b>Título Resumido</b>
135182	Sede da Superintendência Regional MG	Sureg MG
135183	Unidade Estoque Estratégico	EE
135184	Unidade Núcleo Estoque Regulador/MG	PGPM
135185	Unidade Armazenadora de Uberaba	UA Uberaba
135186	Unidade Armazenadora de Uberlândia	UA Uberlândia
135187	Unidade Armazenadora de Passa Quatro	UA Passa Quatro
135431	Unidade Mercado de Opções/MG	MO
135474	Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso	UA S. S. Paraíso
135475	Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde	UA Conc. Rio Verde
135482	Unidade Armazenadora de Juiz de Fora	UA Juiz de Fora
135483	Unidade Armazenadora de Varginha	UA Varginha
135491	Unidade Armazenadora de Perdões	UA Perdões
135492	Unidade Armazenadora de Campos Altos	UA Campos Altos
135494	Unidade Armazenadora de Montes Claros	UA Montes Claros
135562	Unidade Programa de Aquisição de Alimentos/MG	PAA
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código Siafi:</b>	<b>Nome:</b>	
22211	Companhia Nacional de Abastecimento	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
<b>Código Siafi da Unidade Gestora</b>	<b>Código Siafi da Gestão</b>	
135182	22211	
135183	22211	
135184	22211	
135185	22211	
135186	22211	
135187	22211	
135431	22211	
135474	22211	
135475	22211	
135482	22211	
135483	22211	
135491	22211	
135492	22211	
135494	22211	
135562	22211	

### **1.1.2 – Estrutura Organizacional**

Sua estrutura orgânica é composta por unidades administrativas e operacionais e está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, na forma a seguir:

**I** – Superintendência Regional – Sureg, subordinada hierarquicamente à Presidência, e funcionalmente às respectivas Diretorias.

**I.a** – Gerência Jurídica - Gejur, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Consultoria Jurídica - Cojur.

**II** – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – Gedes, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

**a)** Setor de Desenvolvimento Empresarial - Sedem

**b)** Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo

**III** – Gerência de Operações – Geope, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

**a)** Setor de Operações de Estoques - Seope

**b)** Setor de Operações Comerciais - Secom

**c)** Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Sepab

**IV** – Gerência de Finanças e Administração – Gefad, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

**a)** Setor de Recursos Humanos - Sereh

**b)** Setor Contábil e Financeiro - Secof

**c)** Setor Administrativo – Setad

**V** – Unidades Armazenadoras – UA, subordinadas hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente às Gerências de Área.

**a)** Unidade Armazenadora de Campos Altos

**b)** Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde

**c)** Unidade Armazenadora de Juiz de Fora

**d)** Unidade Armazenadora de Montes Claros

**e)** Unidade Armazenadora de Passa Quatro

**f)** Unidade Armazenadora de Perdões

**g)** Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso

**h)** Unidade Armazenadora de Uberaba

**i)** Unidade Armazenadora de Uberlândia

**j)** Unidade Armazenadora de Varginha

### **1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa**

Os órgãos de governança corporativa encontram-se centralizados na Matriz.

### **1.1.4 – Nome e Período da Gestão dos Responsáveis pela Administração da Sureg MG**

Ano: 2012

Órgão: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

UG: 135182 – CONAB SEDE SUREG MINAS GERAIS

Gestão: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO**

Tipo: Titular

Agente: Cleide Edvirges Santos Laia CPF: 462.438.446-68

E-mail: cleide.laia@conab.gov.br

Endereço: Av. Paulo Camilo Pena, 609/502 Bairro Belvedere

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30320.380

Cargo: Superintendente Regional

Designação: 08/Abr/2009 Documento: Portaria 078 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO**

Tipo: Substituto

Agente: Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira CPF: 254.885.206-78

E-mail: marcilio.oliveira@conab.gov.br

Endereço: Rua Alvarenga Peixoto nº 1015 Ato 802 Bairro Lourdes

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30350-180

Cargo: Superintendente Regional Substituto

Designação: 24/Abr/2011 Documento: Portaria 530 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS**

Tipo: Titular

Agente: Cleide Edvirges Santos Laia CPF: 462.438.446-68

E-mail: cleide.laia@conab.gov.br

Endereço: Av. Paulo Camilo Pena, 609/502 Bairro Belvedere

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30320.380

Cargo: Superintendente Regional

Designação: 08/Abr/2009 Documento: Portaria 078 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS**

Tipo: Substituto

Agente: Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira CPF: 254.885.206-78

E-mail: marcilio.oliveira@conab.gov.br

Endereço: Rua Alvarenga Peixoto nº 1015 Ato 802 Bairro Lourdes

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30350-180

Cargo: Superintendente Regional Substituto

Designação: 24/Abr/2011 Documento: Portaria 530 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012



**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: PROCURADOR REGIONAL**  
Tipo: Titular  
Agente: Kelsen Martins Barroso CPF: 770.544.071-72  
E-mail: kelsen.barroso@conab.gov.br  
Endereço: Rua Leopoldina Cardoso nº 126 Apto 402 Bairro Dona Clara  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31260-240  
Cargo: Procurador Regional  
Designação: 30/Mai/2008 Documento: Ato Dirhu 117 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO**  
Tipo: Titular  
Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho CPF: 072.762.061-49  
E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 Bairro São Paulo  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração  
Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO**  
Tipo: Substituto  
Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda CPF: 434.565.616-87  
E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br  
Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 Bairro Eldorado  
Município: 4371 – Contagem UF: MG CEP: 32341-140  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto  
Designação: 01/Jul/2004 Documento: Ato Diafi 217 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**  
Tipo: Titular  
Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho CPF: 072.762.061-49  
E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 Bairro São Paulo  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração  
Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:****RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Tipo: Substituto  
Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda CPF: 434.565.616-87  
E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br  
Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 Bairro Eldorado  
Município: 4371 – Contagem UF: MG CEP: 32341-140  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto  
Designação: 01/Jul/2004 Documento: Ato Diafi 217 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:****RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA**

Tipo: Titular  
Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho CPF: 072.762.061-49  
E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 Bairro São Paulo  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração  
Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:****RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA**

Tipo: Substituto  
Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda CPF: 434.565.616-87  
E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br  
Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 Bairro Eldorado  
Município: 4371 – Contagem UF: MG CEP: 32341-140  
Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto  
Designação: 01/Jul/2004 Documento: Ato Diafi 217 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:****RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL**

Tipo: Titular  
Agente: Leonardo Dias Moreira CPF: 542.741.256-53  
E-mail: leonardo.moreira@conab.gov.br  
Endereço: Rua Joaquim Gonçalves Pimenta nº 836 Casa 07 Bairro Camargos  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30520-450  
Cargo: Encarregado do Setor Contábil e Financeiro  
Designação: 30/Set/2009 Documento: Ato Dirad 323 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE LICITAÇÕES**  
Tipo: Titular  
Agente: Regina Augusta da Costa CPF: 429.749.096-04  
E-mail: regina.costa@conab.gov.br  
Endereço: Rua Córrego da Mata nº 343 Apto 302 Bairro Horto  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31030-030  
Cargo: Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Designação: 29/Out/2009 Documento: Ato Sureg 107 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE LICITAÇÕES**  
Tipo: Substituto  
Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho CPF: 072.762.061-49  
E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 Bairro São Paulo  
Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230  
Cargo: Presidente da Comissão Permanente de Licitações Substituto  
Designação: 29/Out/2009 Documento: Ato Sureg 107 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**  
Tipo: Titular  
Agente: Sebastião Paulo Ferreira CPF: 490.089.947-04  
E-mail: sebastiao.ferreira@conab.gov.br  
Endereço: Avenida Newton Ferreira de Paiva nº 38 Bairro Senhora Aparecida  
Município: 4229 – Campos Altos UF: MG CEP: 38970-000  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Campos Altos  
Designação: 13/Fev/2006 Documento: Ato Diafi 45 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**  
Tipo: Titular  
Agente: Gerson Luiz de Salles CPF: 354.969.406-72  
E-mail: gerson.salles@conab.gov.br  
Endereço: Rua Mozart Pereira Lima nº 448 Bairro Alvorada  
Município: 4371 – Contagem UF: MG CEP: 32041-550  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde  
Designação: 01/Mar/2011 Documento: Portaria 173 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Michel Ferreira Moraes CPF: 598.386.201-49  
E-mail: michel.moraes@conab.gov.br  
Endereço: Rua Bruno Simili nº 47 Bairro Distrito Ind. Benfica  
Município: 4733 – Juiz de Fora UF: MG CEP: 36092-050  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Juiz de Fora  
Designação: 10/Mar/2006 Documento: Portaria 200 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Adevaldo Gonçalves de Campos CPF: 269.742.666-34  
E-mail: adevaldo.campos@conab.gov.br  
Endereço: Rua Maximiliano Pereira nº 68 Bairro Edgar Pereira  
Município: 4865 – Montes Claros UF: MG CEP: 39400-178  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Montes Claros  
Designação: 05/Out/2007 Documento: Ato Diafi 322 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Ary José Chicarino Varajão CPF: 618.787.408-06  
E-mail: ary.varajao@conab.gov.br  
Endereço: Avenida Nesralia Rubez nº 1120 Bairro Centro  
Município: 6369 – Cruzeiro UF: SP CEP: 12700-000  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Passa Quatro  
Designação: 04/Abr/2011 Documento: Portaria 201 Publicação DOU: Não  
Exoneração: 01/08/2012 Documento: Portaria 934 Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/07/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Renato Barbosa de Andrade CPF: 053.874.926-10  
E-mail: renato.andrade@conab.gov.br  
Endereço: Rua Júlio Sidney Pinto nº 131 Bairro Vila São Francisco  
Município: 4997 – Perdões UF: MG CEP: 37200-000  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Perdões  
Designação: 02/Jul/2008 Documento: Ato Dirhu 218 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/12/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Herbert Mendes Ferreira CPF: 598.117.736-53  
E-mail: herbert.ferreira@conab.gov.br  
Endereço: Rua Delmira Andrade Figueiredo Westein s/n° Bairro Jardim Bernadete  
Município: 5293 – São Sebastião do Paraíso UF: MG CEP: 37950-000  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso  
Designação: 20/fev/2001 Documento: Ato Diafi 120 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/12/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Manoel Cenção Pereira da Mota Filho CPF: 420.289.096-68  
E-mail: manoel.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Fernando da Silva Melo nº 475 Bairro Gameleira  
Município: 5401 – Uberaba UF: MG CEP: 38037-350  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Uberaba  
Designação: 02/Jul/2008 Documento: ATO Dirhu nº 217 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/12/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: José Cláudio Araújo Carvalho CPF: 184.548.281-68  
E-mail: manoel.filho@conab.gov.br  
Endereço: Rua Arlindo Gomes Rodrigues nº 706 Bairro Santa Mônica  
Município: 5403 – Uberlândia UF: MG CEP: 38408-264  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Uberlândia  
Designação: 01/Set/2004 Documento: Ato Diafi 256 Publicação DOU: Não  
Exoneração: 01/04/2012 Documento: Portaria 420 Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 01/04/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Valério Humberto de Almeida CPF: 144.955.461-04  
E-mail: valerio.almeida@conab.gov.br  
Endereço: Rua David Canabarro, 1221 Bairro Umuarama  
Município: 5403 – Uberlândia UF: MG CEP: 38402.032  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Uberlândia  
Designação: 02/04/2012 Documento: Portaria 421 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 02 abr/2012 a 31/12/2012

**NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA**

Tipo: Titular  
Agente: Juscelino Dias Leal CPF: 597.633.106-87  
E-mail: juscelino.leal@conab.gov.br  
Endereço: Alameda do Café nº 1.000 Bairro Jardim Andere  
Município: 5413 – Varginha UF: MG CEP: 37026-400  
Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Varginha  
Designação: 04/Ago/2008 Documento: Ato Dirhu 219 Publicação DOU: Não  
Exoneração: Documento: Publicação DOU:  
Período de Gestão: 01/Jan/2012 a 31/12/2012

## **1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos**

### **1.2.1 – Planejamento Estratégico**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do BSC – Balanced Scorecard para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

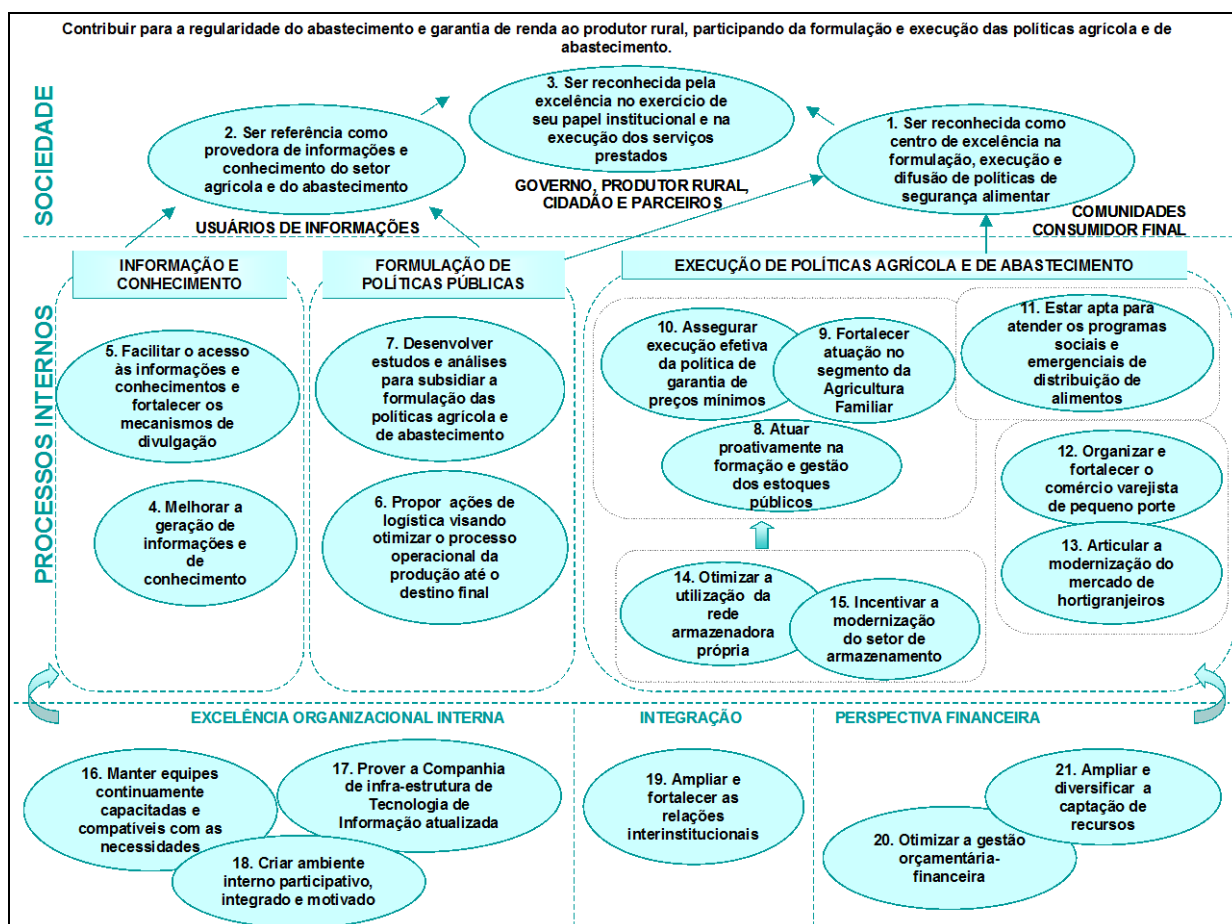
Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento. Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

**Figura 1 – Mapa Estratégico Corporativo**



Fonte: Conab

### 1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

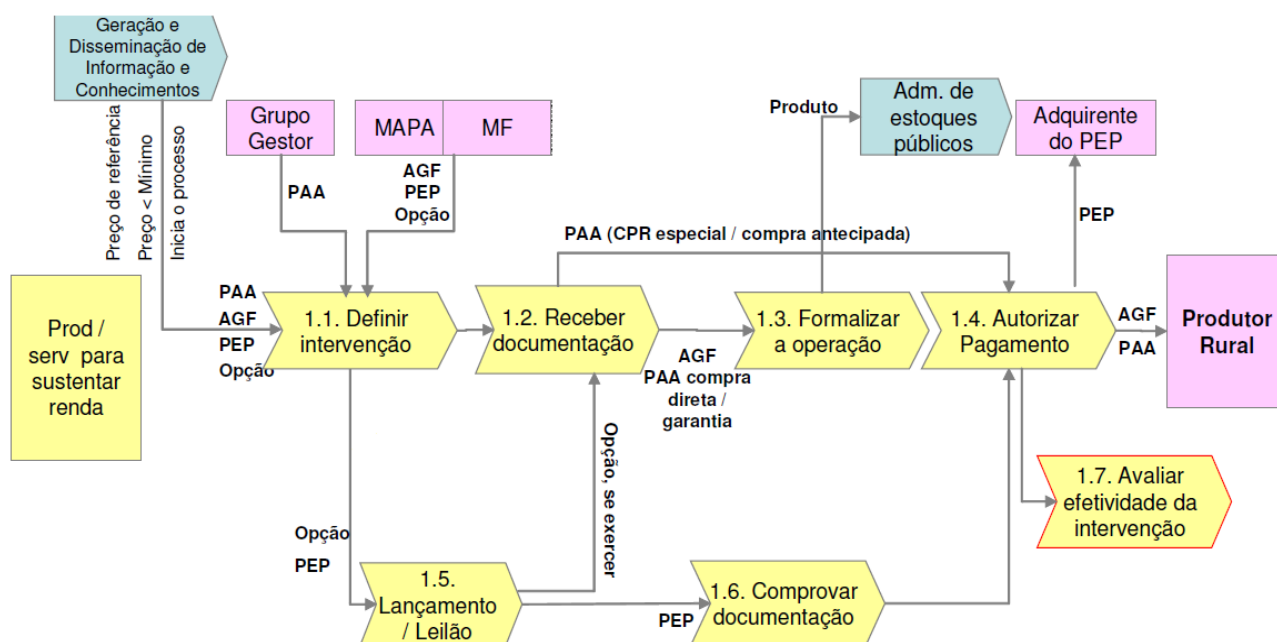
O mapeamento dos macroprocessos da Conab permite uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macrop processo, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços

da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Trata-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados viessem a suportar a estratégia estabelecida no planejamento estratégico, com a classificação do grau de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

### 1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação de Renda

**Figura 2 – Macroprocesso de Sustentação de Renda**



Fonte: Conab

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores rurais e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos ou do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

**Público-alvo:** produtores rurais, cooperativas de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como:

- **AGF – Aquisições do Governo Federal:** trata-se de aquisição direta do produtor rural, de produtos amparados pela PGPM. Nessa modalidade, a Sureg MG identifica as demandas, informando-as à área competente da Matriz que, por sua vez, providencia a descentralização dos recursos. A Sureg MG orienta os produtores beneficiários para que manifestem seu interesse em vender o produto, analisa o cadastro dos interessados, fiscaliza o produto ofertado e, estando tudo de acordo, providencia o pagamento ao produtor.



- **Contrato de Opção de Venda:** este instrumento permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra, propiciando ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões Públicos, através de Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e de Futuros). A Sureg MG acompanha a realização dos Leilões, recebe os documentos do adquirente do contrato, verificando o seu cadastro junto ao Sicafe – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal e Cadin – Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal. Na sequência da operação a Sureg MG providencia a fiscalização quantitativa do produto, emitindo o respectivo TVN – Termo de Vistoria e Notificação, recebe o produto no armazém indicado e providencia o pagamento ao produtor rural.
- **PEP – Prêmio para Escoamento de Produto:** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento específico para a operação. Todos os produtos constantes da pauta da PGPM estão amparados por esta modalidade de subvenção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.  
O planejamento desta operação é feito pela área competente da Matriz, cabendo à Sureg MG receber e conferir a documentação comprobatória da operação enviada pelos adquirentes, emitindo os Relatórios de Pagamento, enviando-os à área financeira da Matriz e efetuando a fiscalização nos estabelecimentos dos arrematantes.
- **Pepero – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa:** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou à sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação.  
Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o preço mínimo quanto outro preço definido especialmente para a operação específica (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.  
O planejamento desta operação é feito pela área competente da Matriz, cabendo à Sureg MG receber e conferir a documentação comprobatória da operação enviada pelos adquirentes, emitindo os Relatórios de Pagamento, enviando-os à área financeira da Matriz e efetuando a fiscalização nos estabelecimentos dos arrematantes.
- **PAA – Programa de Aquisição de Alimentos:** integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

**CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, denominado CPR - Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos “A” ao “E” do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula de Produto Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, denominado CPR - Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados ou beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados ou processados ou beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Dos instrumentos operacionalizados no PAA, a CPR - Doação é o que apresenta a maior demanda na Sureg MG, possibilitando a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces, produtos caseiros (bolos, pães, roscas, etc.), carnes e derivados do leite.

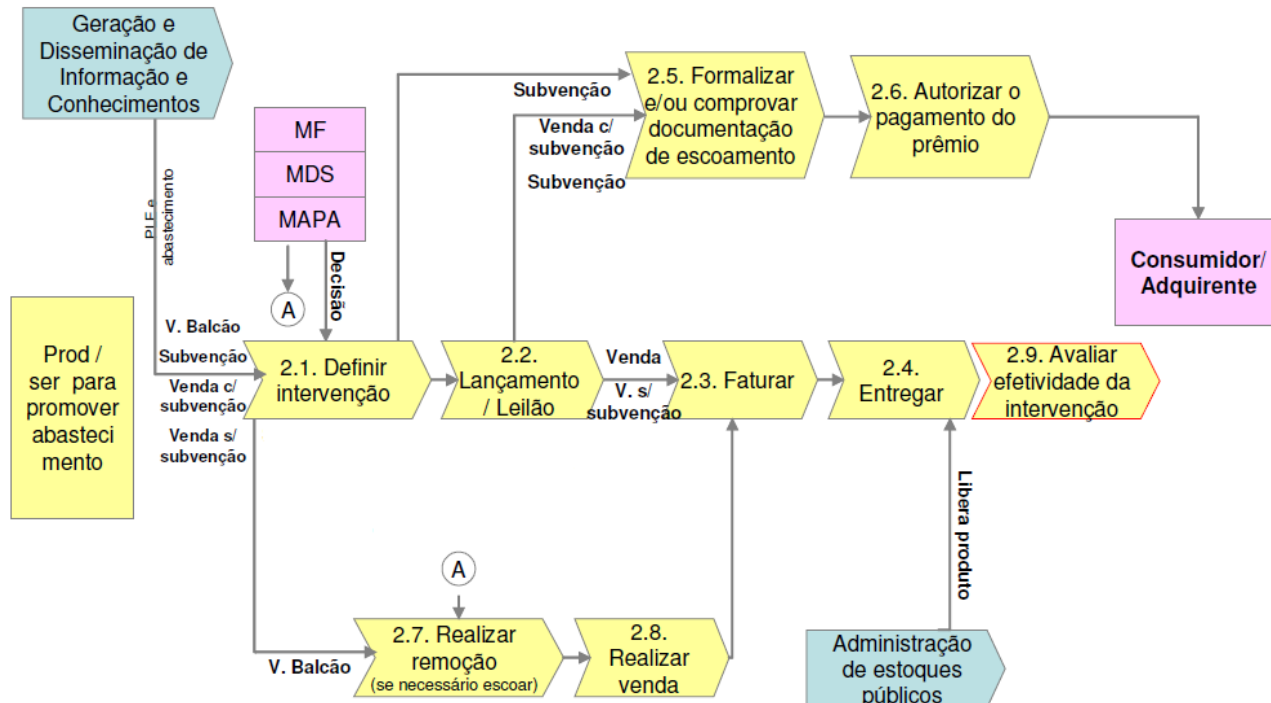
Nesta modalidade, cabe à Sureg MG:

- Receber e analisar as Propostas de Participação apresentadas pelas entidades representativas dos agricultores familiares, observando a regularidade da pessoa jurídica proponente e de seus diretores, dos agricultores familiares inscritos na proposta, bem como das entidades beneficiadas com a doação dos produtos.

- Analisar a conformidade dos preços propostos com os preços de referência do PAA, propondo alterações, quando necessário;
- Analisar a conformidade da capacidade de consumo dos produtos, propondo alterações, se necessário;
- Homologar a proposta de participação, enviando o Termo de Homologação para apreciação da Dipai/Supaf;
- Emitir a CPR - Doação, encaminhando-a para assinatura dos representantes legais da organização dos produtores rurais;
- Solicitar os recursos necessários para depósito do valor da CPR - Doação à área competente da Matriz;
- Efetuar o depósito dos valores nas contas vinculadas das organizações;
- Acompanhar as entregas dos produtos doados aos beneficiários consumidores, através da conferência das prestações de contas apresentadas;
- Emitir as notas fiscais de doação dos produtos;
- Fazer o devido registro da operação nos sistemas de controle fiscal e contábil;
- Manter controle sobre o vencimento e execução do projeto;
- Supervisionar todas as etapas da execução dos projetos.

### 1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

**Figura 3 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**



Fonte: Conab

Este macroprocesso se caracteriza pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior, seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção

para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

**Público-alvo:** consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio de atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Vendas em Balcão, VEP, PEP.

Dentre os instrumentos utilizados pela Conab para a promoção do abastecimento, podem-se destacar aqueles que demandam ações diretas da Sureg MG, dentre os quais se incluem as Vendas de Produtos em Leilão, o Programa de Vendas em Balcão, o VEP, o PEP e o Pepro, sobre os quais segue sucinta apresentação.

#### **a. Programa de Vendas em Balcão**

Caracterizado como importante instrumento de apoio e estímulo à pequena produção rural, o Programa de Vendas em Balcão permite, por intermédio de vendas diretas, o acesso de criadores, agroindústrias de pequeno porte e entidades de pesquisa aos estoques oficiais, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos a preços de mercado compatíveis com os praticados em leilões públicos.

Observadas as exigências de mercado, o Programa de Vendas em Balcão pode abranger todo território nacional, desde que haja a necessidade de intervenção governamental, justificada seja pela insuficiência de oferta ou pela prática de preços abusivos; pela disponibilidade de estoques públicos nas áreas de consumo ou pela possibilidade de reposicionamento desses estoques quando armazenados em áreas distintas; ou mesmo diante da necessidade de fornecimento caracterizada por demandas pontuais em cumprimento a acordos, contratos e convênios.

Dentre a clientela do Programa, destacam-se bovinocultores, suinocultores, avicultores, caprinocultores, ovinocultores, bubalinocultores e coturnicultores, os quais, mediante prévia aprovação cadastral, passam a ter acesso a uma quota mensal de aquisição diretamente proporcional à capacidade de consumo do plantel declarado, limitada ao quantitativo máximo de compra mensal estabelecido por região.

No que se refere à operacionalização do Programa de Vendas em Balcão, são demandadas, em observância ao disposto no MOC – Manual de Operações da Conab – Título 22, as seguintes ações por parte da Sureg MG:

- Acompanhar a posição dos estoques de milho em grãos disponibilizados para comercialização pelo Programa;
- Elaborar anualmente nota técnica fundamentando eventual necessidade de remoção do produto para recomposição dos estoques;
- Efetuar quinzenalmente pesquisa de preços do produto no mercado local para fins de elaboração do pedido de liberação de estoques públicos para a comercialização do produto em balcão;
- Realizar o cadastramento e o controle do rol de clientes;
- Proceder a venda à vista do produto, observando a quota máxima de comercialização quinzenal por unidade armazenadora, bem como a quota máxima de venda mensal por cliente com base no seu perfil de consumo;
- Emitir, conferir e arquivar toda a documentação financeira e fiscal relativa às vendas de milho em balcão;

- Enviar quinzenalmente à Matriz o registro das disponibilizações, vendas e estoques do Programa de Vendas em Balcão;
- Realizar a fiscalização e a apuração de denúncias ou fatos que caracterizem desvio dos objetivos do Programa;
- Solicitar à Matriz a aplicação das penalidades previstas nos casos de suspeita ou confirmação de irregularidade de participação ou uso do Programa.

Embora estejam em funcionamento por quase duas décadas, percebe-se que as técnicas de operacionalização e acompanhamento utilizadas pelo Programa de Vendas em Balcão se mostram defasadas em vista das modernas ferramentas de execução e controle atualmente oferecidas pela informática. Essa defasagem tecnológica impõe, sobretudo, morosidade operacional e restrições de caráter técnico-gerencial ao processo. Constata-se, portanto, a necessidade da realização de investimentos, sobretudo, no desenvolvimento de software específico para a modernização e avanço da referida atividade.

#### **b. VEP – Venda Para Escoamento do Produto**

Nesta modalidade de venda é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão. Nesta modalidade, são amparados todos os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM.

Cabem à Superintendência Regional de Minas Gerais as seguintes ações:

- Receber a documentação enviada pelas Bolsas de Mercadorias;
- Receber a documentação comprobatória da operação enviada pelo adquirente;
- Verificar se a documentação comprobatória enviada guarda sintonia com as exigências do Aviso específico;
- Efetuar fiscalização, de forma aleatória, nas dependências do adquirente;
- Encaminhar o Relatório de Pagamento à área financeira da Matriz.

#### **c. PEP – Prêmio de Escoamento de Produto**

É uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Cabem à Superintendência Regional de Minas Gerais as seguintes ações:

- Receber a documentação enviada pelas Bolsas de Mercadorias;
- Receber a documentação comprobatória da operação enviada pelo adquirente;
- Verificar se a documentação comprobatória enviada guarda sintonia com as exigências do Aviso específico;
- Efetuar fiscalização, de forma aleatória, nas dependências do adquirente;
- Encaminhar o Relatório de Pagamento à área financeira da Matriz.

#### d. Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor:

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro (preço de referência definido), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

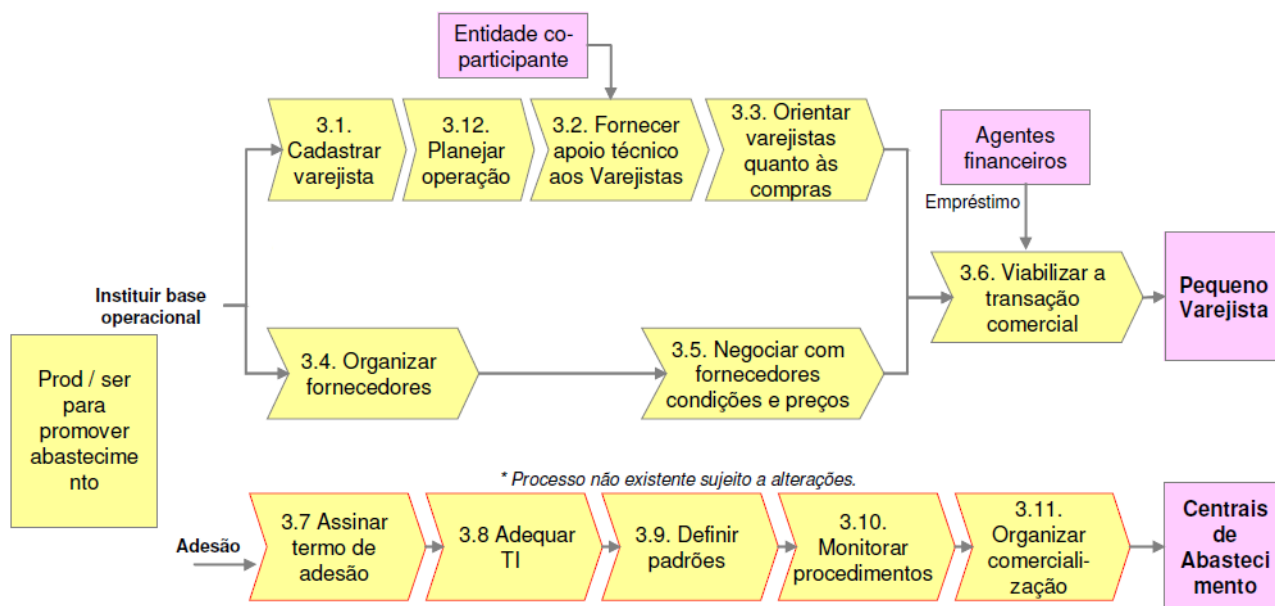
Cabem à Superintendência Regional de Minas Gerais as seguintes ações:

- Receber a documentação enviada pelas Bolsas de Mercadorias;
- Receber a documentação comprobatória da operação enviada pelo adquirente;
- Verificar se a documentação comprobatória enviada guarda sintonia com as exigências do Aviso específico;
- Efetuar fiscalização, de forma aleatória, nas dependências do adquirente;
- Encaminhar o Relatório de Pagamento à área financeira da Matriz.

O planejamento desta operação é feito pela área competente da Matriz, cabendo à Sureg MG receber e conferir a documentação comprobatória da operação enviada pelos adquirentes, emitindo os Relatórios de Pagamento, enviando-os à área financeira da Matriz e efetuando a fiscalização nos estabelecimentos dos arrematantes.

#### 1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

**Figura 4 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**



Fonte: Conab

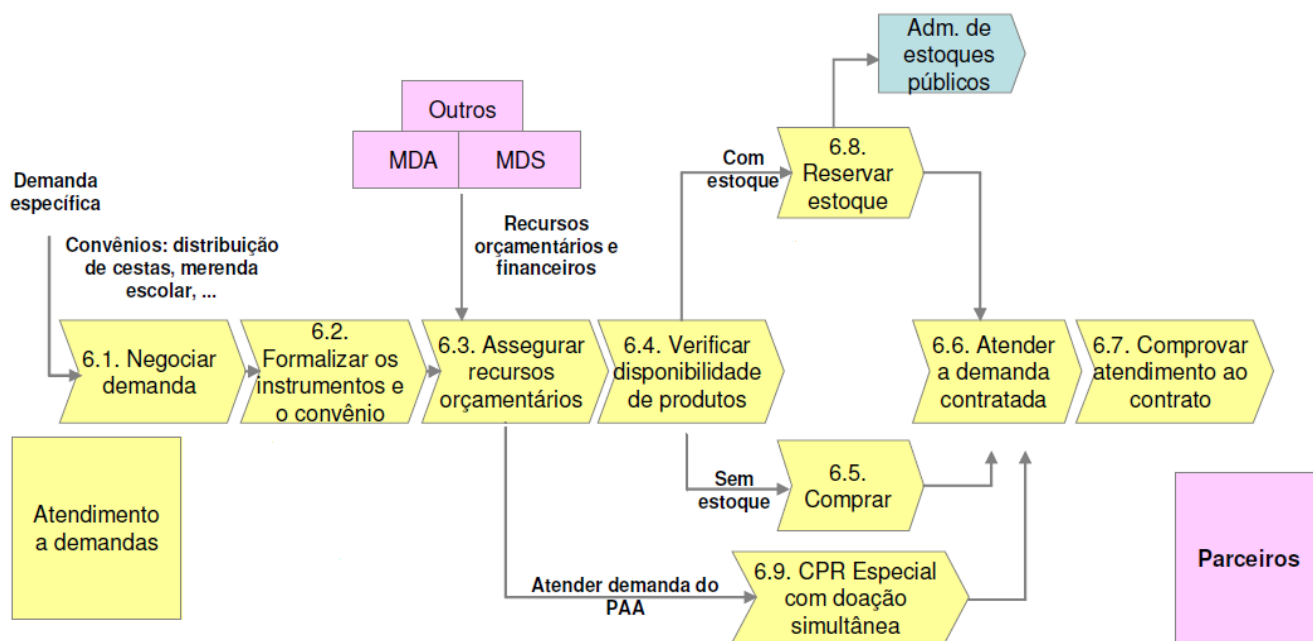
Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: Prohort - O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e a Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sinac - Sistema Nacional de Comercialização que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

**Público-alvo:** Centrais de abastecimento e similares, alvo do Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

**Família de Produtos e Serviços:** Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

#### 1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

**Figura 5 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**



Fonte: Conab

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

**Público-alvo:** Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

**Família de Produtos e Serviços:** Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Dentre esses produtos e serviços, destacam-se aqueles relativos à entrega de cestas de alimentos ou de produtos para atendimento aos programas sociais voltados principalmente a grupos populacionais específicos, tais como famílias de trabalhadores rurais acampadas, no aguardo de inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, população em situação de insegurança alimentar e nutricional, em situação emergencial ou em estado de calamidade, e entidades públicas e de interesse social.

Como principais parcerias da Conab se destacam aquelas firmadas, por meio de termos de cooperação técnica, com o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e o MI – Ministério da Integração Nacional, as quais envolvem a alocação de recursos orçamentários e financeiros para a execução dos serviços contratados.

Essas parcerias se desdobram e ampliam o nível de relacionamento da Conab com as entidades de apoio ou representativas de diversos segmentos tais como Funai – Fundação Nacional do Índio, Funasa – Fundação Nacional de Saúde, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Seppir – Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Cultural Palmares, Cedec – Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, prefeituras municipais, CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, bancos de alimentos, escolas, APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, asilos, dentre outras.

Portanto, o macroprocesso de Atendimento a Parceiros abrange, em síntese, as seguintes ações por parte da Sureg MG:

- Acompanhar o resultado do leilão com base no aviso de compra publicado no DOU – Diário Oficial da União e disponibilizado na Internet, no portal da Conab;
- Observar os prazos e as demais condições para recebimento do produto, conforme dispõem o aviso de compra, o comunicado de compra e os padrões de especificação do produto;
- Executar os procedimentos de controle de qualidade no recebimento do produto, os quais abrangem a inspeção de qualidade no recebimento, o controle de peso e volume líquidos, a coleta de amostras, a realização da classificação vegetal ou o encaminhamento para análises laboratoriais (físico-química e/ou microbiológica, conforme o produto) e a realização de reanálise e/ou arbitragem nos termos da Instrução Normativa MA/SARC n.º 006, de 16/05/2001 (quando o produto não se enquadrar nos padrões de especificação), conforme preconizam as Normas da Organização – Código 30.504 – Controle de Qualidade;
- Emitir a ficha de controle e aceitabilidade, se aprovado pelo controle de qualidade, ou exarar a sentença arbitral, se reprovado;
- Solicitar à Matriz a devolução da caução (garantia) ao fornecedor, se aprovado pelo controle de qualidade, ou providenciar a devolução do produto, se reprovado;
- Emitir a guia de pagamento, se aprovado pelo controle de qualidade;
- Solicitar a descentralização de recursos orçamentários e financeiros e emitir nota de empenho, nota de lançamento e ordem de pagamento;
- Zelar pela guarda e pela adequada condição higiênico-sanitária do produto;
- Emitir as notas fiscais de doação, observando necessariamente a demanda dos segmentos a serem beneficiados em conformidade com o disposto no Termo de Cooperação Técnica;
- Providenciar a entrega das cestas de alimentos aos grupos populacionais específicos por meio de veículo próprio da Conab ou contratado;



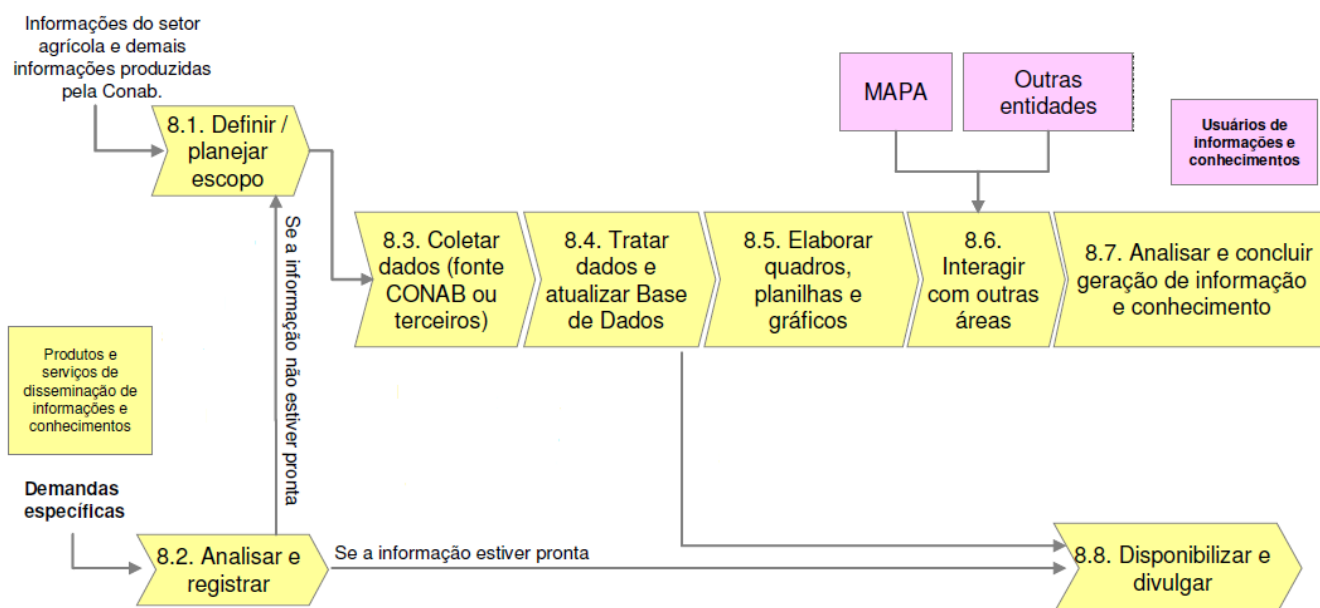
- Enviar quinzenalmente à Matriz o demonstrativo das doações realizadas, por segmento/grupo populacional específico;
- Zelar pela guarda da documentação fiscal relativa às doações realizadas.

Fortalecendo as relações interinstitucionais, a Conab, no âmbito da Matriz, participa, em caso de demanda do Governo Federal, de ações relativas à ajuda internacional com o fornecimento de cestas de alimentos para o exterior, cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. Nesse caso, a ajuda é definida nas esferas diplomáticas e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, em linhas gerais, o macroprocesso de Atendimento a Parceiros tem como foco principal o atendimento às demandas específicas, tais como a aquisição e a distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos e a populações atingidas por calamidades públicas, além das demandas pelo fornecimento de produtos alimentícios para atendimento suplementar a equipamentos públicos de interesse social e às demandas humanitárias da comunidade internacional.

### 1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

**Figura 6 – Macroprocesso de Prestação de Serviços**



Fonte: Conab

Macroprocesso que se caracteriza pela prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas, de leilões de produtos de terceiros e de classificação de produtos de origem vegetal.

Os serviços de armazenagem tanto podem ser prestados a clientes privados como podem ser prestados para acolher estoques públicos de alimentos. A Sureg MG participa ativamente na prestação desses serviços, através de sua rede própria de armazéns.

A partir da demanda pelos serviços é firmado o contrato de depósito com o cliente e, quando do recebimento do produto agrícola, é realizada uma pré-classificação para verificar as condições do lote e se há a necessidade de realizar limpeza ou secagem do produto, bem como se o produto não está infestado com pragas, antes de ser armazenado.

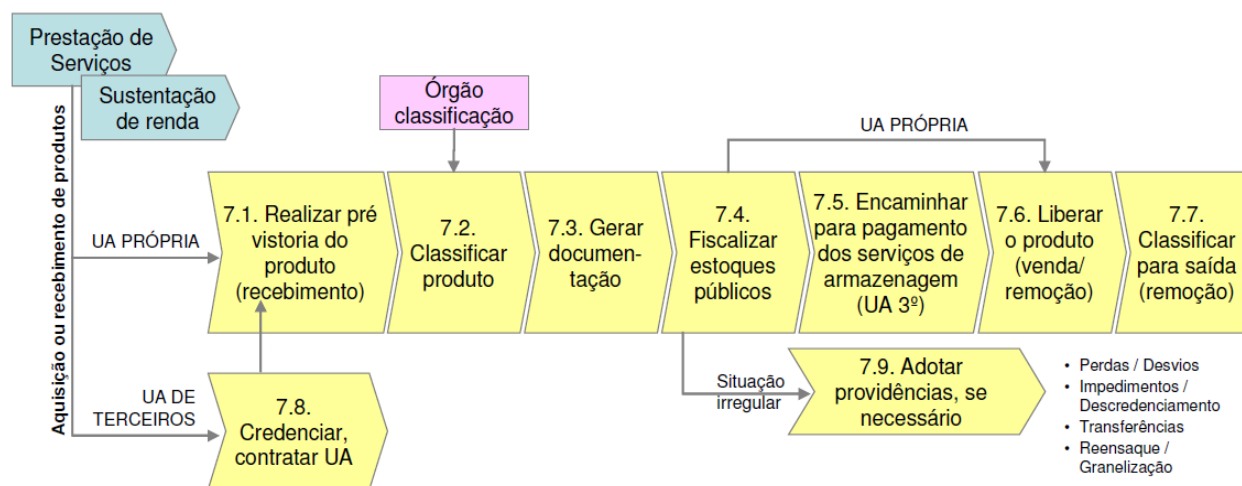
Durante todo o período de armazenamento, o produto é constantemente vistoriado para verificar

as condições de conservação do estoque e para determinar se há necessidade de realizar aeração ou tratamento fitossanitário visando manter a sua qualidade.

Quanto aos serviços de leilões de produtos de terceiros, esses são realizados apenas pela Matriz. Já a classificação de produtos de origem vegetal é realizada pela Sureg MG quando se trata de estoques públicos, não sendo prestado esse serviço a terceiros.

### 1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

**Figura 7 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**



Fonte: Conab

O macroprocesso de administração dos estoques públicos se caracteriza pelas atividades de suporte das atividades de aquisição, de armazenagem, de venda e/ou de remoção desses estoques e tem seu início demarcado pelo recebimento dos produtos nas unidades operacionais da Conab ou da rede armazenadora credenciada.

A Sureg MG participa de todos os processos da administração dos estoques públicos desde o credenciamento dos armazéns e dos laboratórios de classificação de produtos de origem vegetal, da fiscalização prévia à aquisição do produto pelo Governo Federal e das fiscalizações de rotina dos estoques públicos, da documentação de compra e da liberação do produto por meio da venda ou remoção.

O credenciamento prévio de unidades armazenadoras privadas, interessadas em manter contrato para a prestação de serviços de armazenamento de produtos de propriedade do Governo Federal, com o objetivo de atender todas as regiões do estado, é realizado pela Sureg MG, por meio do gerenciamento do Sicarm – Sistema Nacional de cadastro de Unidades Armazenadoras.

O credenciamento de laboratório para classificação de produtos de origem vegetal também é realizado pela Sureg MG em conjunto com a Matriz/Sufis.

Para a efetivação da aquisição do produto pela Sureg MG, o produto deve ser depositado em armazém próprio ou credenciado e classificado por um laboratório credenciado. Após a comunicação do produtor interessado em vender o produto para o Governo Federal, o estoque é fiscalizado e só após é efetivada a aquisição com a geração de nota fiscal.

O estoque público é contabilmente gerenciado pela Sureg MG por meio do programa específico xFAC que emite as notas fiscais e relatórios gerenciais.

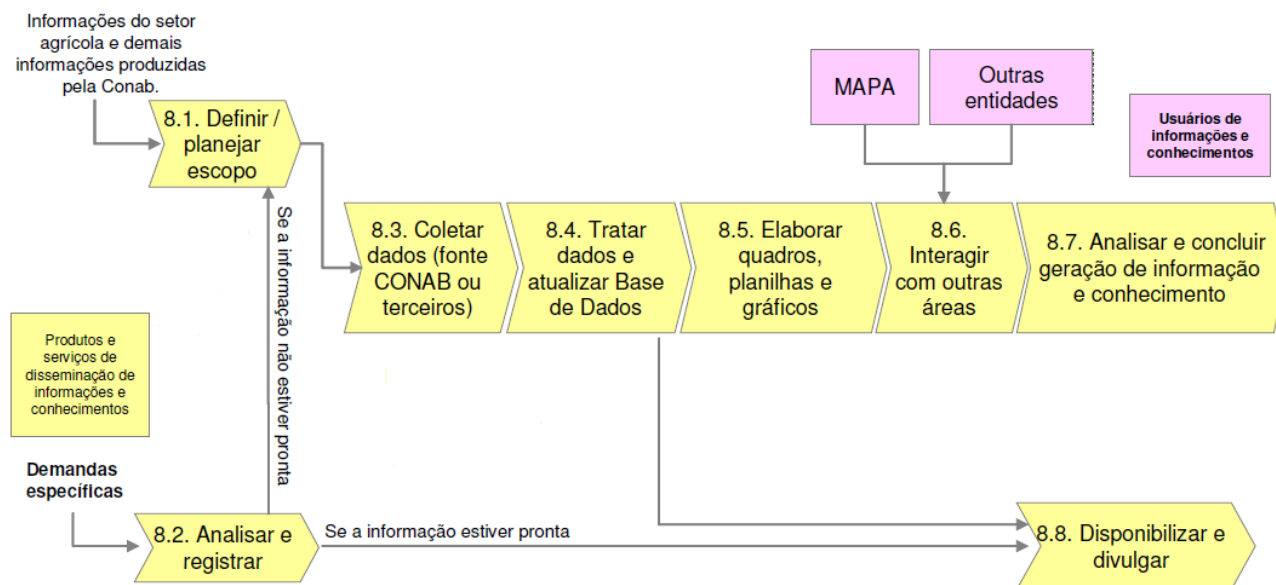
A fiscalização desses estoques para garantir a manutenção das características quantificativas é realizado de acordo com o cronograma anual determinado pela Matriz/Sufis.

A atividade de venda dos produtos é realizada por intermédio dos leilões públicos promovidos pela Matriz, e a Sureg MG atua a partir do recebimento das AVE – Autorizações de Venda de Produto com a emissão das notas fiscais e entrega dos produtos.

A atividade de remoção de estoques públicos pode ocorrer em diversas situações, tais como: necessidade de abertura de espaço para a nova safra, disponibilização para venda através do programa de venda em balcão em regiões desprovidas de estoques, por algum impedimento do armazém credenciado detentor de estoques. Nesses casos a operacionalização da remoção é realizada pela Sureg MG em conjunto com a Matriz/Suarm.

### 1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

**Figura 8 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**



Fonte: Conab

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Conab, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

**Público-alvo:** governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

**Família de Produtos e Serviços:** estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de

Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no Sicaf (elaboração e manutenção de arquivo no Sicaf).

### **1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos para os Próximos 5 Exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem.

Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar e modernização dos mercados hortícola e frutícola.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

Em razão da natureza de suas funções, a Conab atua nas diversas fases do processo de produção e abastecimento, desde a participação na formulação de políticas direcionadas à produção agrícola, até a administração dos estoques públicos formados na execução dessas políticas, incluindo a comercialização nos momentos e locais necessários.

Assim sendo, é uma empresa que atua, num primeiro momento, auxiliando na proposição e decisão de medidas de política agrícola, para em seguida, após definida a forma de ação, cuidar de sua gerência e execução.

É exatamente nesta segunda fase que se destaca o papel da Superintendência Regional de Minas Gerais, atuando em quatro grandes linhas de atividades, quais sejam:

**Gestão dos estoques públicos:** nesse segmento, atenção especial tem sido dada à fiscalização dos estoques públicos e execução das atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsa de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas. Destaca-se neste segmento o incremento nas vendas em balcão de milho destinadas ao pequeno criador e agroindústrias de pequeno porte, notadamente na Área Mineira da Sudene, em decorrência da longa estiagem que vem assolando a região.

**Informações do setor agropecuário:** atuação no desenvolvimento de atividades de coleta, tratamento e análise das informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, do mercado mineiro, dos custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.

**Programas sociais e de abastecimento:** desenvolvimento de atividades voltadas à disponibilização de produtos, mediante aquisição, transporte e entrega nos locais/comunidades beneficiárias, de acordo com os programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

**Programas sociais e de abastecimento:** prestação de serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários e a respectiva expedição, exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

Ressalte-se ainda o esforço desenvolvido na melhoria dos canais de comunicação com outros órgãos públicos, para desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade, identificadas com a missão da Companhia.

#### 2.1.1 – O Comportamento do Mercado Agrícola em Minas Gerais

Minas Gerais se destaca no cenário nacional como líder em várias culturas. A soma de fatores como o extenso território e suas múltiplas formas de relevo, a variedade do clima, a história da ocupação e do desenvolvimento do Estado, moldaram o perfil da agropecuária mineira e as cadeias de produção que nela se desenvolveram ao longo dos tempos.

Minas Gerais motivou a criação de indústrias e redes de atacado e varejo, além de empresas de exportação que compõem o agronegócio mineiro. Essa cadeia de transformação e comercialização

espalha pelo país e pelo mundo, resultado do esforço diário de centenas de milhares de produtores rurais de todas as regiões do Estado, responsáveis pela produção de expressiva variedade de alimentos nutritivos e saudáveis. A diversificação é a principal característica do Estado.

Dados da Sureg MG, referentes ao ano 2012, mostram que a estimativa de produção da safra de café cresceu em 21,47% em relação à safra anterior. Tal incremento se deve a bialidade positiva da cultura, além do aumento da área em produção e a melhora dos tratos culturais das lavouras incentivados pela recuperação dos preços do café, em que pese à inversão do ciclo de produtividade na maioria dos cafezais na região da Zona da Mata Mineira.

A área cultivada com feijão 1ª safra totalizou 181,6 mil ha, representando uma queda de 5,5% em relação à safra passada, em razão da ocorrência de mosca branca na região Noroeste, principal região produtora do estado, da competitividade dos mercados de milho e soja, do histórico de perdas quantitativas com chuvas na época da colheita do produto e também da menor doação de sementes do Programa Minas sem Fome. A colheita foi concluída em março, com uma produtividade média de 1.205 kg/ha, ligeiramente superior à da safra passada, mas a produção fechou em queda de 2,4%, com 218,8 mil t.

Foram plantados 158,4 mil ha de feijão 2a safra, predominantemente de feijão cariquinho, e o incremento de 15,5% na área foi motivado pelo aquecimento dos preços de mercado. Condições climáticas favoráveis no decorrer do ciclo produtivo das lavouras favoreceram ganhos de produtividade da ordem de 12,3%, estando a produtividade média estimada em 1.450 kg/ha, tendo sido relatados apenas alguns casos pontuais de perdas por ocorrência de mosca branca. A colheita já foi concluída, totalizando uma produção de 229,7 mil t, 29,8% maior que a safra do ano anterior.

O plantio de feijão 3a safra, estimado em 76,5 mil ha, já apresenta um crescimento de 6,1% em relação à safra passada, motivado pelos bons preços de mercado praticados ao longo do ano, e que induziram muitos produtores a optar pelo cultivo de feijão nas áreas de pivô, em detrimento do trigo irrigado.

A área cultivada de milho total foi de 1.313 mil ha, aumento de 8,9%, em função dos bons resultados alcançados na safra 2011, do comportamento favorável do mercado, da disponibilidade de crédito e da necessidade de rotação de cultura. Condições climáticas favoráveis e melhoras no pacote tecnológico contribuíram para o bom desenvolvimento das lavouras e para manter a tendência de crescimento nos índices médios de produtividade, que atingiram 5.940 kg/ha, representando um ganho de 9,7% em comparação com o ano anterior. A produção, recorde no estado, aumentou 19,5%, atingindo 7.798,7 mil t.

O plantio de soja se manteve em 1.024 mil ha na safra 2012, observou uma tendência de crescimento do uso de variedades precoces de soja. Ganhos de produtividade de 5,0% em relação à safra anterior, apresentando produtividade média de 2.987 kg/ha. A produção passou de 2.913,6 mil t para 3.058,7 mil t, apresentando um crescimento 5,0%.

Cabe ressaltar que as condições climáticas foram bastante favoráveis ao bom desenvolvimento das lavouras de verão da safra 2011/2012.

Segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, as exportações estaduais de Café e Derivados atingiram US\$ 3,78 bilhões em 2012. O valor exportado não foi capaz de ultrapassar os recordes registrados em 2010 e 2011. O volume embarcado de café em grão foi de 951,2 mil toneladas equivalentes a 15,8 milhões de sacas. Esse montante representou 58,8% da safra do Estado no ano de 2012. Os principais destinos das exportações de café foram: Alemanha, Estados Unidos, Japão, Itália e Bélgica.

Segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, em 2012, o valor das exportações do Complexo Soja (grão, farelo e óleo) foi recorde e superou o montante do ano anterior em 8,1%. A redução da safra de soja americana impulsionou as vendas externas. O volume embarcado de soja em grão representou 27,4% da produção de Minas Gerais em 2012, e em 2011 foi equivalente a 21,4%. Os principais destinos das exportações do Complexo de Soja foram: China, Países Baixos, Alemanha, Espanha e Taiwan.

Para o milho, segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a receita de exportação cresceu 51,4% entre 2011 e 2012. O volume embarcado foi de 341.200 toneladas, aumento de 50,3% em comparação a 2011. Os principais destinos das exportações de milho são: Coreia do Sul, Irã, Taiwan, Egito e Venezuela.

De maneira geral, a rentabilidade auferida na safra de grãos 2011/2012 com as principais culturas, foi extremamente positiva, dando fôlego aos produtores para a gestão de suas dívidas contraídas em safras anteriores, bem como para antecipar as ações necessárias para o plantio da próxima safra, notadamente na aquisição de fertilizantes e defensivos agrícolas, além da renovação e atualização do maquinário agrícola.

### **2.1.2 – A Estratégia de Atuação da Conab em Minas Gerais**

Para cumprimento da missão institucional, que é “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares e famílias em situação de risco nutricional.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, quais sejam:

#### **2.1.2.1 – Gestão dos estoques públicos:**

Nesse sentido, atenção especial foi dada à fiscalização dos estoques públicos e execução das atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsa de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas. Destaca-se no segmento de venda em balcão o incremento nas vendas de milho, destinadas ao pequeno criador e às agroindústrias de pequeno porte, notadamente na Área Mineira da Sudene, em decorrência da longa estiagem que vem assolando a região.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques de alguns produtos foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e ao Governo Federal, menores despesas com a formação de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

### **2.1.2.2 – Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar**

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos tem por objetivo promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos, visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR–Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e CPR–Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não conta com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

### **2.1.2.3 – Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos**

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.



Esse estoque é formado com recursos orçamentário/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens.

### **2.1.3 – A Contratação de Bens e Serviços**

Em 2012 foram contratadas, na modalidade **Dispensa de Licitação** (art. 24 da Lei 8.666/93), os serviços de: vigilância armada, contratados em caráter emergencial (inciso IV) e executados no imóvel situado na Av. Prudente de Moraes, 1671, bairro Santo Antonio, nesta Capital, cedido à Conab pelo Igam – Instituto Mineiro de Gestão das Águas; locação do imóvel onde se encontra instalada a sede da Sureg MG (inciso X), fornecimento de energia elétrica (inciso XXII), aquisição de materiais de consumo, excetuando-se os itens do almoxarifado, os quais são adquiridos através de pregão e contratação de serviços cujos valores não atingiram o limite de R\$16.000,00 (inciso II).

Na modalidade **Pregão**, encontram-se as despesas empenhadas para pagamentos de locação de máquinas reprográficas, fornecimento de passagens aéreas, locação de veículos, aquisição de materiais de consumo/almoxarifado), serviços de braçagem, serviços técnico-contábeis, aquisição de combustíveis diversos, aquisição de motorreductor e separador de impurezas, contratação dos serviços de: agente de integração público ou privado e de portaria, medicina e segurança do trabalho, vales refeição, serviços de oficina mecânica incluindo-se o fornecimento de peças e a mão de obra, todas respaldadas na Lei 10.520/2002, caracterizadas como bens e serviços comuns.

No exercício de 2012 não foram contratados serviços nem adquiridos bens nas modalidades **Convite, Tomada de Preços** nem **Concorrência**. As despesas liquidadas no exercício de 2012 referem-se a remanescentes de serviços contratados no exercício anterior.

Em **Inexigibilidade** estão agrupados os pagamentos realizados aos serviços de assistências médica e odontológica prestadas aos empregados da Sureg MG e seus dependentes; aquelas referentes à realização dos exames médicos admissionais e periódicos obrigatórios, previstos no art. 168 da CLT; a aquisição de produtos diversos cujos fornecedores são exclusivos, tais como assinatura de periódicos, conforme previsto no art. 25 da Lei 8.666/93.

**Tabela 1 – Modalidades de Licitação – 2011/2012 (em R\$)**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2011	2012	2011	2012
<b>Licitação</b>				
Convite	10.233,79	8.664,08	10.233,79	8.664,08
Tomada de Preços	5.690,00	10.394,66	5.690,00	10.394,66
Concorrência	22.097,37	79.204,24	22.097,37	79.204,24
Pregão	7.321.292,29	12.690.254,46	7.321.292,29	12.690.254,46
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	47.010.171,52	44.538.590,24	47.010.171,52	44.538.590,24
Inexigibilidade	38.428.999,02	38.420.224,06	38.428.999,02	38.420.224,06
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	7.696,99		7.696,99	
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	935.361,22		935.361,22	
Diárias	370.691,33	436.992,81	370.691,33	436.992,81
Não se Aplica	673.285,45		673.285,45	

Fonte: Siafi

### 2.1.4 – Os Fatores de Risco e sua Gestão em 2012

A Sureg MG não dispõe de estrutura própria de controle interno, nem unidade estruturada para controle de riscos.

Assim sendo, sem descumprimento dos normativos, a Superintendência Regional vem aprimorando e adequando as suas práticas e metodologias de trabalho às novas tendências da moderna Administração Pública, promovendo mudanças substanciais nos procedimentos de trabalho, objetivando identificar e avaliar os pontos de fragilidade nos diversos processos da Companhia, adotando as medidas corretivas ao seu nível de competência ou encaminhando-as às instâncias superiores.

Não obstante a inexistência de uma unidade de controle interno, as ações nesse sentido têm sido feitas de forma descentralizada, sendo a ação de identificação de riscos realizada por cada uma das gerências, dentro de sua área de atuação, mediante adoção de mecanismos que favoreçam o atingimento da eficiência operacional e obediência aos normativos, objetivando antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas e fraudes.

Dentre os procedimentos adotados podemos citar:

#### a) Área operacional:

- Implantação de uma sistemática e de um cronograma de supervisões aos diversos programas.

**b) Área administrativa:**

- Designação formal de dois agentes para fiscalização dos contratos, de forma que o acompanhamento não sofra solução de continuidade na ausência de um deles;
- Estabelecimento de sistemática de controle de vencimento dos contratos, de tal forma que sejam adotadas as providências de renovação, se for o caso, previamente à data de vencimento;
- Implantação de mecanismo que impeçam o pagamento de despesas que excedam o valor do contrato;
- Ampliação do número de treinandos.

**2.1.5 – Os Fatores de Risco e sua Previsão para os Próximos dois Exercícios**

A Sureg MG não dispõe em sua estrutura de área específica destinada a análise de risco.

**2.2. Análise sobre o ambiente de negócios****2.2.1 Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização**

A Sureg MG atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Estado de Minas Gerais.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora própria constituída por 16 armazéns, agrupados em 10 unidades, com capacidade estática total para 374.400 toneladas. Essas unidades operam em ambientes natural e artificial e prestam-se a guarda e conservação dos estoques públicos de grãos e outros alimentos e, além disso, destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral, dando também suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

As Unidades Armazenadoras sob jurisdição da Sureg MG operam tanto na modalidade granel, representando 65,08% da capacidade total, como também na modalidade convencional que participa com 34,26% do total. A unidade existente destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, tem espaço de armazenagem que corresponde a 0,63% da capacidade estática total. Essa unidade encontrava-se com as atividades momentaneamente paralisadas, para a realização de obras e serviços de manutenção. Embora venham operando regularmente, as unidades armazenadoras em virtude da sua utilização por muitos anos, necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas quanto dos seus equipamentos.

Pela sua função estratégica o Governo Federal representa o seu maior cliente. No setor privado, tem se destacado como clientes as indústrias multinacionais de processamento de grãos que necessitam guardar a sua matéria-prima durante o processo produtivo. As cooperativas de café também aparecem com destaque entre os maiores clientes da Conab em Minas Gerais.

Buscando a otimização da sua rede armazenadora, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às normas da legislação de certificação de unidades armazenadoras.

Indiretamente a Conab atua na atividade de armazenagem mantendo uma rede armazenadora contratada para a prestação desses serviços, constituída tanto por armazéns privados como armazéns

pertencentes à CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais. Esses armazéns se destinam a guardar estoques públicos nas localidades onde não existem unidades da Conab ou quando estas não são suficientes para o atendimento à demanda da região.

### 2.2.2 – Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

#### a) Armazenagem

O total da capacidade estática de Minas Gerais em 2012 era de 8.631.756 t, sendo 6.028.516 t da rede privada de armazéns, 1.685.9760 t de Cooperativas de Agricultores, e 917.264 da rede oficial, sendo 374.400 t da Conab.

Entre as dez principais empresas que prestam serviços em armazenagem, recebimento, estocagem, rebeneficiamento e expedição de produtos agrícolas, no Estado de Minas Gerais, de maneira análoga à Conab, três são Cooperativas de Agricultores, seis são armazéns privados e uma trading.

**Tabela 2 – Principais Cooperativas/Empresas que prestam serviços Análogos à Conab em Minas Gerais**

Nome do agente armazenador	CNPJ	Capacidade (t)
Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda.	20.770.566/0055-00	307.026
Carol Sodru S.A	12.006.181/0001-42	215.079
VLI Mutimodal S.A	42.276.070/0011-08	139.793
Atlas Armazéns Gerais Ltda.	22.218.317.0002-12	129.662
Spasso Empreendimentos e Serviços Ltda.	01.457.287/0004-99	110.774
Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda.	20.499.489/0001-03	106.304
Nova Ponte Serviços Gerais Ltda.	01.053.102/0001-38	91.029
Cooperativa Agrícola Mista de Iraí Ltda.	25.489.642/0001-27	89.765
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	47.067.525/0110-61	85.800
Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.	17.370.354/0001-20	85.236

Fonte: Conab/Sureg MG

**b) Comercialização:** no Estado de Minas Gerais não existem empresas do setor privado que prestem serviços de comercialização análogos aos prestados pela Conab, devido às peculiaridades da atuação da Conab como órgão estatal e aos estoques que administra.

#### c) Classificação

O posto de classificação de produtos agrícolas da Sureg MG, credenciado junto ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vem sendo utilizado para fins de controle de qualidade de produtos vegetais nas operações de formação, manutenção, movimentação e comercialização dos estoques governamentais e/ou de propriedade do Governo Federal, bem como

para realização do controle dos serviços prestados por empresas credenciadas e contratadas pela Conab para a realização da classificação de produtos vegetais.

Em Minas Gerais em 2012 existiam 09 empresas credenciadas junto ao MAPA para a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos conforme quadro a seguir:

**Quadro 3 – Relação das entidades públicas e privadas credenciadas pelo MAPA  
Para realizar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e  
Resíduos de valor econômico em Minas Gerais**

<b>Entidades credenciadas pelo MAPA para serviços de classificação em MG</b>
Sindarroz-MG – Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Minas Gerais
SENAI-MG – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
GTA – Gestão e Tecnologia e Comércio de Alimentos Ltda. – GTA Alimentos
GR Classificações
Coopadap – Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba
Codil Alimentos Ltda.
Clave – Classificação de Produtos Vegetais Ltda.
Clastec – Classificação Técnica Ltda.

Fonte: MAPA

### 2.2.3 – Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias

As receitas operacionais da Companhia com o serviço de armazenagem atingiram a importância de R\$ 1.169.006,23 em 2012, representando uma redução de 46,53% em relação ao exercício anterior devido a uma menor demanda por serviços de armazenagem, aliada a uma conjuntura internacional de aumento dos preços das commodities, estimulando as exportações de produtos agrícolas.

**Tabela 3 – Serviços que Geram Receitas Próprias na UJ**

<b>Serviço</b>	<b>Receita</b>	<b>%</b>
Armazenagem de Produtos Agrícolas	1.169.006,23	100,00
Leilão de Terceiros (público)		-
Leilão de Terceiros (privado)		-
Classificação de Produtos		-
<b>Total de Serviços</b>	<b>1.169.006,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

## 2.2.4 – Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

### a) Principais clientes do setor público

O principal cliente do setor público da Conab é o Governo Federal, a quem oferece suporte aos programas de abastecimento e sustentação de renda.

### b) Principais clientes do setor privado

Os principais clientes do setor privado que comercializaram com a Conab no estado de Minas Gerais, através dos leilões públicos, são os setores de indústrias ligados ao beneficiamento de grãos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 4 – Principais Clientes do Setor Privado – Comercialização**

CNPJ	ARREMATANTE	PRODUTO	QUANTIDADE (t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (R\$)
25.860.305/0001-02	Moinho Sul Mineiro S/A.	Trigo em grãos (indústria)	8.605	4.642.585,00
17.159.518/0001-75	Domingos Costa Indústrias Alimentícias S/A.	Trigo em grãos (indústria)	7.257	3.879.822,02
25.650.383/0001-74	Cocal Cereais Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	2.067	1.575.663,20
04.614.118/0001-60	Nutribel Nutrição Betim Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	1.839	1.326.413,58

Fonte: Dirab/Suope/Geope

### c) Principais clientes do setor público – armazenagem

No exercício de 2012, posição em 31/12/2012, os estoques públicos eram de 86.197 toneladas. A seguir, relacionamos os produtos, quantidade e valores dos estoques governamentais em cada uma das quatro contas operacionais de controle dos estoques públicos.

**Tabela 5 – Principais Clientes do Setor Público Posição em 31/12/2012 – Armazenagem**

Razão Social	CNPJ	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
PGPM	26.461.699/0225-83	Milho	172	93.028
		Sacaria de polipropileno	60	54.356,40
Mercado de Opções	26.461.699/0345-90	Café arábica em tipo	82.514	429.195.630,02
		Milho	1.385	2.056.947
		Sacaria juta malva nova 500	0,8	2881,02
		Sacaria de polipropileno nova 100 g	89	80.063,1
		Trigo	351	257.599,74
PAA	26.461.699/0448-03	Açúcar cristal	63	63.598,00
		Arroz longo fino beneficiado tipo 2	317	317.780,00

PAA	26.461.699/0448-03	Leite de vaca em pó integral	31	31.787,00
Estoque Estratégico	26.461.699/0250-94	Açúcar cristal	102	181.393,17
		Arroz beneficiado longo tipo 2	478	831.865,45
		Embalagem plástica capa de fardo	27	19.402,14
		Farinha de mandioca tipo 1	83	234.932,76
		Feijão anão cores	95	361.314,67
		Feijão anão cores tipo 2	146	471.416,40
		Fubá de milho	73	121.886,70
		Macarrão espaguete	70	102.153,58
		Óleo refinado de soja	141	493.944,54

Fonte: Saagra

#### d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

No exercício de 2012, a quantidade de produtos de terceiros movimentados nos armazéns da Conab em MG foi de 27.300 toneladas. A seguir, relacionamos os sete principais clientes, produtos movimentados, quantidade e valores dos estoques.

**Tabela 6 – Principais Clientes do Setor Privado Movimentação em 2012 – Armazenagem**

Razão Social	CNPJ	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
Cargill Agrícola S/A	60.498.706/0134-88	Fécula e amido	3.836	8.846.830
		Milho	9.969	
		Laticínios	11	
		Embalagens	123	
		Produtos Industrializados	20	
Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas	25.266.685/0008-10	Café	4.271	27.384.700
Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha	25.863.341/0001-11	Café	2.846	20.467.277
Cocal Cereais Ltda.	25.650.383/0001-74	Arroz	1.927	1.252.695
Cooperativa Agropecuária de Campos Altos	17.033.358/0002-02	Café	1.479	7.982.812
Pimex Açúcar e Álcool	02.846.631/0001-51	Açúcar	1.466	1.853.363
Louis Dreyfus Commodities	00.831.373/0044-44	Café	1.349	5.571.833

Fonte: Saagra

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1- Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio- econômicas que envolvem cada produto.

#### 3.2 – Análises dos Programas de Sustentação de Renda

As dinâmicas de comercialização e a competitividade da agricultura mineira são fundamentais para o Estado figurar com destaque entre os maiores produtores nacionais. O setor agropecuário mineiro apresenta um conjunto de características que o diferencia dos demais setores da economia, destacando-se: a dispersão do espaço rural, a sazonalidade da produção, a duração do ciclo produtivo, o clima e o solo. Tais fatores demonstram que a estrutura produtiva do Estado de Minas Gerais é bastante heterogênea, onde se encontra desde a produção intensiva em grandes propriedades especializadas em produção para exportação, até propriedades onde a produção destina-se a subsistência.

Assim, a produção agrícola mineira tem, como principal característica, sua diversidade, coexistindo, de um lado, regiões de base produtiva praticada de forma intensiva com uso de pacotes tecnológicos modernos, com predominância no aumento da produtividade e redução dos custos, e de outro lado, outras cuja produção é essencialmente rudimentar e voltada para a subsistência. A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por vários produtos para o Estado de Minas Gerais.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e o destino dos produtos, é de responsabilidade da SPA/MAPA – Secretaria de Política Agrícola, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Na prática, isso significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor. Nas economias em que a agricultura tem papel relevante, como, por exemplo, na agricultura familiar, existe a preocupação em estabelecer políticas de sustentação de renda para o setor. Estes instrumentos de políticas públicas buscam corrigir as distorções da atividade. Isso ocorre ao se reduzir o excesso eventual de oferta, num período crítico



para o produtor, ou devolver esse excedente ao mercado na entressafra, atenuando, assim, o impacto da elevação dos preços ao consumidor. Esse conjunto de ações que traduzem a prática da PGPM, é uma importante ferramenta para impulsionar a agricultura, além de regularizar o abastecimento alimentar do País.

Especificamente quanto aos instrumentos de comercialização usualmente utilizados para implementação da PGPM no Estado de Minas Gerais, especialmente nas AGF – Aquisições do Governo Federal, Contratos de Opção, PEP – Prêmio de Escoamento de Produto e Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, não houve, no exercício de 2012, necessidade de intervenções governamentais no Estado, haja vista que os preços de mercado estiveram acima dos Preços Mínimos definidos no período.

### **3.2.1 – Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

No exercício de 2012, os principais produtos produzidos no Estado de Minas Gerais mantiveram seus preços em patamares acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, não havendo necessidade de intervenção governamental no mercado.

A Sureg MG adquiriu, através de Leilões Públicos, 254.500 unidades de sacaria de polipropileno, correspondendo a um volume financeiro de R\$ 255.398,90 para ensaque de milho destinado a venda de parte dos estoques públicos destinados às propriedades de pequeno porte por meio do programa Vendas em Balcão, no município de Juiz de Fora.

### **3.2.2 – Contratos de Opção de venda**

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas, cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

No exercício de 2012, a Sureg MG não realizou operações através deste instrumento.

### **3.2.3 – PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto**

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

No exercício de 2012, a Sureg MG não realizou operações através deste instrumento.

### **3.2.4 – Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa**

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

#### **3.2.4.1 – Pepro – Laranja**

Em 2012, foi negociada 17,6% da subvenção ofertada para o estado de Minas Gerais, cujos leilões foram realizados no exercício, com a previsão de pagamento de subvenção no valor de R\$1.080.769,05, conforme tabela abaixo:

**Tabela 7 – Pepro – Laranja - Valores Previstos para a Subvenção**

Produto	Quantidade (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)
	Ofertada	Negociada	
Laranja	1.460,4	256,9	1.080.769,50

Fonte: Geope/Secom

Apresentamos abaixo a tabela com as dez maiores operações envolvendo a modalidade Pepro - Laranja, que representam 70% do total da previsão de pagamento das subvenções:

**Tabela 8 – Dez Maiores Operações na Modalidade Pepro- Laranja**

ADQUIRENTE	CNPJ/CPF	Quantidade negociada (caixa)	Valor da Operação (R\$)
JOSÉ SALOMÃO GIBRAN AGROPECUÁRIA S/A	58.177.205/0002-08	40.000	166.600,00
MARIA LEONIA VILELA GOUVEIA	050.024.426-09	23.000	111.430,00
ROGÉRIO AUGUSTO GROU	542.003.008-00	20.000	96.550,00
MARIA ELIZA GUERREIRO	138.685.838-23	16.000	78.160,00
DALVO ANTONIO CARVALHO GOUVEIA	037.364.666-68	20.000	64.250,00
NILSON FRANCISCO CASAGRANDE	005.385.358-06	15.800	63.028,00
ARMANDO HENRIQUE CAMPEDELLI MARTENSEN	213.866.158-03	11.000	51.370,00
CARLOS ALBERTO PAULINO DA COSTA	005.093.886-04	10.000	49.400,00
JOSE FAGLIARI NETTO	046.953.638-10	8.000	39.520,00
REINALDO CESAR CHIODEROLLI	046.834.578-73	9.000	37.620,00
<b>TOTAL</b>		<b>172.800</b>	<b>757.928,00</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

### 3.2.4.2 – Acórdão nº 7189/2012 - da 1ª Câmara do TCU

Relativamente ao Acórdão nº 7189/2012 - da 1ª Câmara do TCU, que determinou a devolução do prêmio indevidamente recebido pela Unicoop – União Cooperativa Agropecuária Sul de Minas e a aplicação das penalidades previstas no item 15, subitens 15.1 e 15.3 dos Avisos de Pepro, a Conab providenciou a inclusão da Cooperativa no cadastro de inadimplentes (registro de inadimplência nº 1516, de 22/08/2012 e FAX Dirab/Suope/Geope nº 1515 de 22/08/2012). A Unicoop recorreu administrativamente da decisão, por meio de requerimento datado de 13/11/2012, cuja análise está sendo procedida pela Cojur - Procuradoria Jurídica da Companhia.

### 3.3 – Programa de Subvenção Direta aos Produtores de Cana-de-açúcar na área de atuação da Sudene:

Criado através da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, visa beneficiar produtores independentes de cana-de-açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção de cana-de-açúcar tenha sido cultivada em terras e beneficiada em unidades industriais da região de atuação da Sudene.

**Tabela 9 – Programa de Subvenção Direta aos Produtores de Cana de açúcar**

Produto	Número de Produtores	Produção (t)	Valor da Subvenção (R\$)
Cana-de-açúcar	122	479.927,7	2.399.648,47

Fonte: Geope/Secom

### 3.4 – PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA é um programa interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, com recursos oriundos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, voltado ao fortalecimento da agricultura familiar e garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

No âmbito da Sureg MG o instrumento utilizado no exercício de 2012 foi a CPR – Doação - Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, com recursos oriundos do MDS.

O Programa foi iniciado em 2003 atendendo naquele ano no Estado de Minas Gerais a 439 produtores rurais com a aquisição de 1.773 toneladas de produtos; em 2012, o programa beneficiou um total de 10.060 produtores com a aquisição de 21.089.317kg de produtos destinados a doação.

Foram formalizados em Minas Gerais, no ano de 2012, projetos no valor de R\$42.323.738,22, atendendo a 121 municípios nas diversas regiões do Estado, beneficiando diretamente a 10.060 produtores rurais e aproximadamente 1.400.000 pessoas atendidas com as doações dos produtos adquiridos.

No exercício de 2012, foram contratados 211 projetos na modalidade CPR – Doação, conforme tabela abaixo:

**Tabela 10 – Aquisições por meio da CPR- Doação em Minas Gerais**

Fonte de Recursos	N.º de Municípios	Produtos	N.º de Produtores	Quantidade de Produtos (kg)	Valor (R\$)
MDS	121	Diversos	10.060	21.089.317	42.323.738,22

Fonte: Supaf/Gecaf

Dos projetos contratados pela Sureg MG nos anos anteriores, existem 285 projetos com valores a serem executados através de Termos Aditivos, conforme discriminado abaixo:

**Tabela 11 – Valores Contratados em Exercícios Anteriores e Aditivados**

Exercício	N.º Projetos com saldo	Valor Contratado	Valor Executado	Saldo a Executar
2011	177	42.026.703,72	25.867.091,06	16.159.612,660
2010	77	51.187.272,56	47.030.636,94	4.156.635,620
2009	22	37.694.288,88	37.000.210,36	694.078,520
2008	9	45.426.276,36	45.251.365,20	174.911,160
<b>TOTAL</b>	<b>285</b>	<b>176.334.541,52</b>	<b>155.149.303,56</b>	<b>21.185.237,96</b>

Fonte: Geope/Secom

No exercício de 2012, as operações modalidade CPR – Doação, no estado de Minas Gerais, corresponderam a 11,20% do total das operações realizadas pela Conab. A seguir, relacionamos as dez maiores operações na modalidade:

**Tabela 12 – Dez Maiores Operações na CPR – Doação (Recursos do MDS)**

PROPONENTE	CNPJ	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUAPE	07.835.924/0001-57	874.999,20
COOPERSAM – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SANTA MARIA	07.327.110/0001-01	600.000,01
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES BOA FÉ	07.128.840/0001-83	600.000,00
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE INHAPIM	09.540.500/0001-90	600.000,00
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VISTA ALEGRE	08.169.577/0001-33	599.999,22
CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES E CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE RIO PARDO DE MINAS	14.039.050/0001-97	599.995,72
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PIRAPORA – MG	10.281.386/0001-00	598.500,00
AGENCIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LAGO DE FURNAS	05.219.477/0001-86	594.000,00
ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES	04.623.231/0001-02	571.499,05
ASSOCIAÇÃO RURAL DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA	10.871.579/0001-11	553.314,47

Fonte: Supaf/Gecaf

### 3.5 – Principais Indicadores de Desempenho

No mês de novembro de 2012 foi realizado um curso de indicadores na Conab Matriz, com participação de representantes de algumas das Superintendências Regionais. Neste evento foram discutidos e escolhidos indicadores passíveis de apuração pelas Regionais, visando o acompanhamento e gerenciamento das atividades da área operacional da Companhia, e sua inclusão no Relatório de Gestão.

Da escolha inicial de 40 indicadores para o acompanhamento das atividades das Regionais, após uma avaliação crítica este número foi reduzido para 23 indicadores que deverão ser testados ao longo dos anos de 2012 e 2013, tanto quanto às dimensões tradicionalmente utilizadas (eficiência,

eficácia, economicidade, efetividade, equidade), quanto às qualidades como transparência, sustentabilidade, controle e acessibilidade.

Relativo à Sustentação de Renda os indicadores que estão sendo acompanhados e testados se encontram descritos nos quadros a seguir.

#### Quadro 4 – Resultados do Indicador do percentual de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado

<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPEP/TP)*100$ onde: PPEP=Produtores atendidos pelo PEP e TP=Total de Produtores PEP é Prêmio de Escoamento do Produto Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Análise crítica do Resultado:** no exercício de 2012, e anteriores, os preços dos produtos amparados pela PGPM no estado de Minas Gerais mantiveram-se em patamares acima dos preços mínimos, pelo que não houve necessidade de intervenção do governo federal, através dessa modalidade.

#### Quadro 5 – Resultados do Indicador do percentual de produtores atendidos pelo Pepro em Relação ao total de produtores no Estado

<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo Pepro em relação ao total de produtores no Estado</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPepro/TP)*100$ onde: PPepro=Produtores atendidos pelo Pepro e TP=Total de Produtores Pepro é Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>0,71 %</b>	<b>0</b>	<b>0,20 %</b>

**Análise crítica do Resultado:** foram atendidos produtores na modalidade Pepro - Laranja. Minas Gerais se destaca como um dos maiores produtores do produto do país. Considerando que os

leilões de Pepro foram realizados ao final da safra no estado, boa parte dos produtores já havia comercializado sua produção, o que inviabilizou a participação de um número maior de produtores. No exercício, 20 adquirentes apresentaram a documentação comprobatória, representando 0,71% dos produtores de laranja do estado de Minas Gerais. Nos exercícios anteriores, no Estado de Minas Gerais, não se registrou a utilização significativa do instrumento Pepro, devido às peculiaridades do mercado no estado, o que somente veio acontecer no presente exercício, com o lançamento do Pepro - Laranja, tendo em vista que a produção destina-se, na sua maioria, à indústria de suco paulista.

#### Quadro 6 – Resultados do Indicador do número médio de documentos comprobatórios na Subvenção PEP/Pepro conferidos por dia

<b>Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/Pepro conferidos por dia</b>			
Objetivo do Indicador: Verificar o volume de documentos conferidos por dia			
Tipo: Eficiência			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $NDCO/Nd$ onde: $NDCO=N^{\circ}$ de DCO conferidos e $Nd=N^{\circ}$ de dias utilizados para conferência. DCO=Documentos Comprobatórios da Operação apresentados tanto pelo arrematante quanto pelo produtor (declaração do produtor e do armazenador, declaração e comprovante de pagamento, NF de venda, Nota de Cargas, etc.)			
Base geográfica: UF e Brasil.			
Periodicidade: Anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>3,6</b>	<b>0</b>	<b>1,2</b>

**Análise crítica do Resultado:** considerando o pouco volume de documentos apresentados, não foi necessário grande período de tempo para sua conferência, sendo utilizados poucos dias na sua análise.

#### Quadro 7 – Resultados do Indicador do Percentual de projetos do PAA com Valores elevados (acima de R\$300 mil)

<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)</b>			
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pve/Pa)*100$ onde: Pve=Projetos com valores elevados e Pa=Projetos aprovados.			
Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	

<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>20,1</b>	<b>26,5</b>	<b>21,2</b>

**Análise crítica do Resultado:** de acordo com os dados acima, observa-se certa estabilidade na formalização de projetos com valores elevados, sendo que, na sua maioria, trata-se de projetos de continuidade. O que se observa é que os projetos com valores elevados estão mais concentrados em municípios com grande número de agricultores familiares detentores de DAP, aliado a um reduzido número de Associações aptas a participarem do programa no mesmo município. A esses fatores, alia-se também a predominância dos projetos em regiões de maior incidência de pessoas em insegurança alimentar e nutricional.

#### **Quadro 8 – Resultados do Indicador do Percentual de agricultores com Menor renda atendidos pelo PAA**

<b>Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA</b>			
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda			
Tipo: Equidade			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Amr/Ta)*100$ onde: Amr =Agricultores de menor renda e Ta=Total de agricultores atendidos pelo Programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope, SigPAA			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>43,7</b>	<b>44,2</b>	<b>39,4</b>

**Análise crítica do Resultado:** de acordo com os dados acima, nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 a Sureg MG priorizou o atendimento aos produtores de menor renda, na forma estabelecida no Plano Brasil sem Miséria, através de ações de incentivo à maior participação desses grupos de produtores nos projetos em execução. Note-se a estabilidade do percentual de agricultores familiares atendidos.

#### **Quadro 9 – Resultados do Indicador do Percentual de recursos do PAA destinado ao Atendimento de agricultores com menor renda**

<b>Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda</b>			
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda			
Tipo: Equidade			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(R_{Amr}/R_p)*100$ onde: R <sub>Amr</sub> =Recursos para Agricultores de menor renda e R <sub>p</sub> =Recursos do Programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			

Fonte dos dados: Geope, SigPAA			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>43,6</b>	<b>42,9</b>	<b>41,0</b>

**Análise crítica do Resultado:** apesar da estabilidade no número de produtores de menor renda observada nos últimos anos, o volume de recursos aplicados, gradativamente, apresenta incremento, passando de uma participação de 41% em 2010, para uma participação de 43,6% no exercício passado, demonstrando uma melhora significativa no atendimento a esses produtores.

#### **Quadro 10 – Resultados do Indicador do Percentual de projetos supervisionados em Relação ao total de projetos do PAA em execução**

<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução</b>			
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ps/Pe)*100$ onde: Ps=Projeto supervisionado e Pe=Projeto em execução Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>12,7</b>	<b>4,7</b>	<b>4,8</b>

**Análise crítica do Resultado:** até o exercício de 2011, devido ao pequeno número de empregados ligados às ações do PAA, as supervisões realizadas se davam em função de apuração de denúncias e, na maioria das vezes, em aferição de satisfação dos segmentos envolvidos. A partir do exercício de 2012 a Sureg MG mudou seu foco de atuação, procurando atuar proativamente na aferição da execução dos projetos, atribuindo aos empregados ligados à área de fiscalização, a realização dessas tarefas. Com isso, pode quase triplicar o número de supervisões realizadas.

#### **Quadro 11 – Resultados do Indicador do Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado**

<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Map/Tme)*100$ onde: Map=Municípios atendidos pelo programa e Tme=Total de municípios do Estado			



Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>14,0</b>	<b>13,5</b>	<b>18,8</b>

**Análise crítica do Resultado:** Minas Gerais possui 853 municípios. Desse total foram atendidos, em 2012, somente 14% o que demonstra o enorme potencial para desenvolvimento do PAA no estado. Os projetos em execução estão distribuídos por todo o território mineiro, porém observa-se uma maior participação dos municípios das regiões norte e sul do estado e da Zona da Mata, locais que concentram um grande número de pequenos agricultores, remanescentes de quilombos, assentados da reforma agrária e povos indígenas, públicos prioritários definidos pelas esferas governamentais para atendimento no programa.

### Quadro 12 – Resultados do Indicador do Percentual de Mulheres produtoras atendidas pelo PAA

<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa			
Tipo: Equidade			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Mp/Tp)*100$ onde MPb=Mulheres produtoras contempladas e Tp=Total de Produtores atendidos. Produtores atendidos integra mulheres e homens produtores. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>40 %</b>	<b>21,4</b>	<b>27,0</b>	<b>23,0</b>

**Análise crítica do Resultado:** a participação de mulheres no PAA foi prejudicada nos exercícios anteriores, em função, principalmente, da questão cultural, que privilegiava a participação masculina. A Declaração de Aptidão ao Pronaf, na sua maioria, emitida tendo o marido como primeiro titular, impediu, por muito tempo, a efetiva participação feminina, o que fica evidente da análise dos números acima. O governo federal estabeleceu como meta a participação de, no mínimo, 40% de mulheres no programa, meta esta, que somente será atingida no presente exercício.

## **4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

### **4.1 – Análise das Principais Ações Ligadas à Venda de Produtos**

As vendas dos estoques públicos de alimentos estocados no Estado de Minas Gerais se restringiram aos produtos adquiridos em exercícios anteriores, haja vista a inexistência de produtos de safras recentes.

As vendas desses estoques em 2012 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços no mercado interno ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo.

As intervenções no mercado são feitas através de leilões públicos, com ou sem subvenção. São realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Sugof – Superintendência de Gestão da Oferta, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções, cabendo à Superintendência Regional de Minas Gerais acompanhar a realização desses leilões, distribuindo os documentos que confirmam a operação e providenciando o pagamento de comissão pela realização dos leilões devidas às Bolsas de Mercadorias do Estado.

No caso de aquisições através de AGF, a Superintendência Regional identifica, no mercado local, a demanda para os produtos que necessitam da presença governamental, quando os preços praticados no mercado estão abaixo dos preços mínimos, normalmente ocasionados por excesso de oferta dos produtos. As aquisições são realizadas diretamente junto ao produtor rural ou através de sua Cooperativa.

As vendas podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no MOC – Manual de Operações da Conab (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

#### **4.1.1 – Relação dos Produtos que foram objeto de intervenção no mercado:**

No Estado de Minas Gerais foram ofertados produtos somente para venda de estoques geridos pela Superintendência Regional de Minas Gerais.

Foram objetos de intervenção, através da venda dos estoques públicos sob a guarda da Sureg MG, os produtos arroz em casca, feijão, milho em grãos e trigo em grãos, totalizando 22.940 toneladas.

### **4.2 – Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção**

Os leilões públicos de produtos agrícolas se dão através das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros. O leilão é realizado por meio do SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, onde todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas.

As vendas realizadas através dos leilões públicos visam complementar a oferta de produtos e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

#### 4.2.1 – Venda em Leilão Público

Foram comercializados os produtos arroz, feijão, milho em grãos e trigo em grãos conforme abaixo discriminado:

**Tabela 13 – Produtos Vendidos no Estado de Minas Gerais**

PRODUTO	QUANTIDADE(t)	VALOR DA OPERAÇÃO (R\$)
Arroz em casca	4.899	3.622.638,32
Feijão	37	46.250,00
Milho em grãos a granel	2.142	798.714,00
Trigo em grãos	15.862	8.522.407,02
<b>TOTAL</b>	<b>22.940</b>	<b>12.990.009,34</b>

Fonte: Dirab/Suoep

Na tabela abaixo, estão listados as dez maiores operações de vendas realizadas no âmbito da Sureg MG, onde se observa a participação de grandes empresas industriais e comerciais do segmento de alimentos:

**Tabela 14 – Dez Maiores Operações de Vendas em Leilão Público**

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE. (t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (R\$)
1º	25.860.305/0001-02	Moinho Sul Mineiro S/A.	Trigo em grãos (indústria)	8.605	4.642.585,00
2º	17.159.518/0001-75	Domingos Costa Ind.s Alimentícias S/A.	Trigo em grãos (indústria)	7.257	3.879.822,02
3º	25.650.383/0001-74	Cocal Cereais Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	2.067	1.575.663,20
4º	04.614.118/0001-60	Nutribel Nutrição Betim Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	1.839	1.326.413,58
5º	04.695.085/0001-20	Codil Alimentos Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	900	654.480,00
6º	004.219.606-04	Nélio Leopoldo Soares	Milho em grãos a granel	900	337.500,00
7º	106.099.386-49	Francisco José Aguiar Paixão e Outro	Milho em grãos a granel	600	225.000,00
8º	10.412.719/0001-93	Forte Grãos a Granel Ind., Com. e Transp. de Cereal	Milho em grãos a granel	300	112.500,00
9º	09.650.643/0001-55	Rações Solo Verde Ltda.	Milho em grãos a granel	192	68.544,00
10º	19.348.168/0001-10	Cerealista Roldão Ltda.	Arroz em casca natural (a granel)	93	66.081,54

Fonte: Dirab/Suoep/Geope

#### 4.2.2 – VEP – Venda Para Escoamento do Produto

Nesta modalidade de venda é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Não houve ações nesta modalidade, no estado de Minas Gerais no exercício de 2012.

#### 4.2.3 – Vendas em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, por meio do Programa de Vendas em Balcão, a Conab tem assegurado um contínuo processo de incremento de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos.

Em Minas Gerais o Programa de Vendas em Balcão no exercício de 2012, ofertou somente milho, na quantidade e preço médio constante do demonstrativo a seguir:

**Tabela 15 – Volume Físico, Financeiro e de Atendimentos das Vendas em Balcão**

Milho / MG	Quantidade Vendida (em t)	Receita De Venda (em R\$)	Preço Médio de Venda (R\$ / sc 60 kg)	N.º de Atendimentos
Total	12.834	5.733.787,85	26,80	5.794

Fonte: Supab/Gepab

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos em 2012, cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, resultando na comercialização de 602.907 toneladas de produtos, sendo 602.555 toneladas de milho em grãos e 352 toneladas de farelo de arroz, com benefício direto que compreendeu ao todo 252.244 atendimentos.

Em Minas Gerais, o produto tradicionalmente ofertado pelo Programa de Vendas em Balcão tem sido o milho em grãos, o qual se constitui como um dos principais insumos utilizados na composição de ração animal.

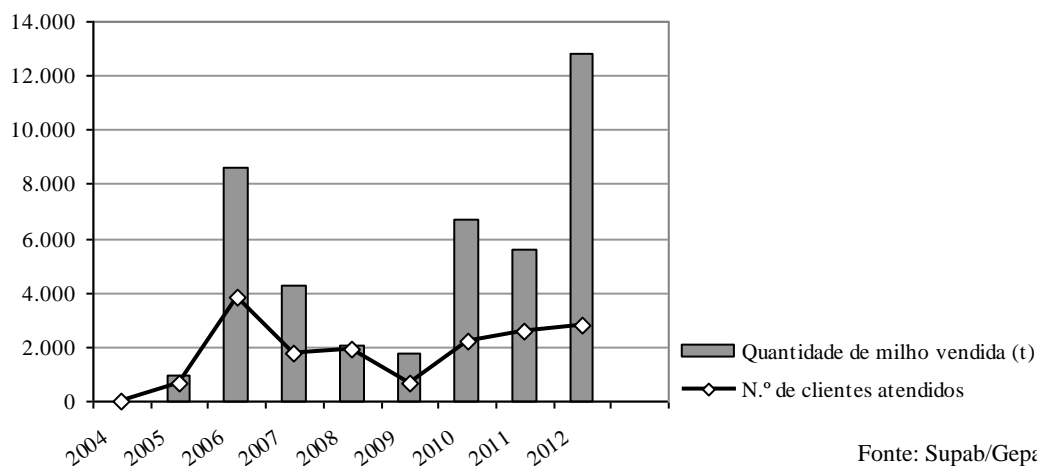
No ano de 2012, foram vendidas no Estado 12.834 toneladas de milho, com a geração de uma receita superior a R\$5,7 milhões, mediante 5.794 atendimentos, ao preço médio de R\$ 26,80 a saca com 60 kg.

A comercialização de milho em balcão tem sido realizada por meio das Unidades Armazenadoras de Juiz de Fora e Montes Claros, as quais se encontram estrategicamente instaladas nas Regiões da Zona da Mata e Norte de Minas. Ressalte-se que a escolha pelos citados locais de venda se justifica, sobretudo, por tais regiões não apresentarem condições edafoclimáticas favoráveis à produção desse cereal.

Se por um lado a Zona da Mata é marcada por um relevo acidentado, com pouca disponibilidade de áreas cultiváveis, o que restringe sobremaneira o uso da mecanização no cultivo das lavouras e penaliza os produtores com a elevação dos custos de produção em razão da necessidade de maior contratação de mão de obra, provocando consequentemente a redução da competitividade frente a outras regiões com maior aptidão agrícola.

Por outro lado, a Região Norte de Minas, situada no semiárido mineiro, tem a produção de milho prejudicada por condições climáticas adversas, pois historicamente são registrados índices pluviométricos abaixo dos ideais, bem como uma média elevada de temperatura ambiente. Destaca-se que o déficit hídrico da Região é o responsável direto por repetidas perdas e pela menor produtividade do Estado. Por essas razões, tanto a Zona da Mata quanto a Região Norte de Minas acabam sacrificadas pela necessidade da importação de milho oriundo de outras regiões do Estado, o que gera o aumento do custo para os pequenos produtores que precisam adquirir o produto para o arraçoamento de suas criações.

**Figura 9 – Evolução das Vendas em Balcão em Minas Gerais**



De acordo com a Figura 8, percebe-se que o quantitativo de 8.500 toneladas de milho em grãos comercializado no Estado de Minas Gerais em 2006 representou o segundo melhor desempenho alcançado pelas vendas de milho realizadas por meio do Programa de Vendas em Balcão desde 2004. Contudo, a partir daquele ano, pode-se constatar uma tendência de queda acentuada na comercialização no período compreendido entre os anos de 2007 a 2009.

A queda refletida na posição das vendas ocorridas em 2007 se justifica principalmente em razão da indisponibilidade de estoques para atendimento aos clientes do Programa de Vendas em Balcão nos meses de janeiro a julho do referido ano. À época, registrou-se também o aumento dos preços do produto, sendo que, no âmbito nacional, a substancial redução dos estoques públicos teve influência significativa na queda dos níveis de comercialização do produto no ano de 2008.

Em 2009, devido à baixa dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo assim os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto.

Em 2010, com a recomposição dos estoques, realizou-se a comercialização de mais de 6.600 toneladas do produto pelo Programa de Vendas em Balcão em Minas Gerais, sinalizando para uma extraordinária recuperação, tendo em vista que o volume comercializado naquele ano superou ao do ano anterior em aproximadamente 384%.

No entanto, no ano de 2011, sobretudo em razão da indisponibilidade de estoque na UA Montes Claros, especificamente nos meses de fevereiro a junho, houve uma queda de 15,70% em relação ao quantitativo comercializado em 2010, frustrando a expectativa de crescimento das vendas.

Já em 2012, no comparativo anual, houve um aumento das vendas em mais de 127% em relação ao quantitativo de milho comercializado no exercício anterior. Tal resultado se revela 49% superior ao índice de vendas alcançado em 2006. Ressalte-se que esse excepcional desempenho ocorreu em meio a um contexto de mercado nitidamente afetado pelos reflexos advindos do anúncio e posterior confirmação de quebra da safra de milho nos EUA, cuja situação de oferta e demanda no mercado se agravou ainda mais em razão do longo período de estiagem que atingiu, sobretudo, os municípios localizados na área de abrangência da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Com a crescente demanda de milho para exportação, o preço do produto se elevou consideravelmente, chegando a ultrapassar no mercado atacadista o valor de R\$35,00 a saca de 60 kg. Aliado ao recrudescimento da seca no Brasil, tais efeitos culminaram na publicação da Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG n.º 470, de 24/05/2012, a qual estabeleceu parâmetros específicos para a liberação de milho em grãos, oriundo de estoques públicos, para fins de comercialização por meio do Programa de Vendas em Balcão.

Em substituição à referida Portaria Interministerial, foi editada a Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG n.º 601, de 29/06/2012, a qual redefiniu os parâmetros para a venda de milho com subvenção econômica.

Há que se destacar que a publicação da Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG n.º 601/2012 exerceu indubitável pressão no desempenho das vendas de milho no Estado de Minas Gerais, tendo em vista que pequenos criadores (avicultores, suinocultores, bovinocultores, caprinocultores e ovinocultores), situados e com atividade nos 168 municípios mineiros localizados nas mesorregiões Norte e Jequitinhonha - Mucuri, sob o amparo da Sudene, tiveram a prerrogativa de se beneficiar da forma de venda direta e especial de milho em balcão, observando-se necessariamente o limite mensal de compra estipulado com base no(s) plantel(is) declarado(s) no cadastro técnico do criador adquirente:

- Consumo declarado de até 3.000 kg/mês: limite de compra mensal de até 3.000kg de milho em grãos, ao preço líquido de R\$20,91 a saca de 60kg (ICMS incluso com dedução do benefício fiscal);
- Consumo declarado de 3.001 até 7.000 kg/mês: limite de compra mensal de até 7.000kg de milho em grãos, ao preço líquido de R\$24,23 a saca de 60kg (ICMS incluso com dedução do benefício fiscal);

- Consumo declarado de 7.001 até 14.000 kg/mês: limite de compra mensal de até 14.000kg de milho em grãos, ao preço líquido de R\$28,38 a saca de 60kg (ICMS incluso com dedução do benefício fiscal).

Para fins de acompanhamento, segue adiante demonstrativo contendo as dez maiores operações de vendas em balcão realizadas em 2012, as quais foram em sua totalidade executadas pela UA Juiz de Fora, cujos clientes, em razão de possuírem estabelecimento e exercerem atividade de criação animal fora da área de abrangência da Sudene, não puderam se beneficiar da subvenção econômica instituída por meio da Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG n.º 601/2012:

**Tabela 16 – Dez Maiores Operações de Vendas em Balcão em Minas Gerais**

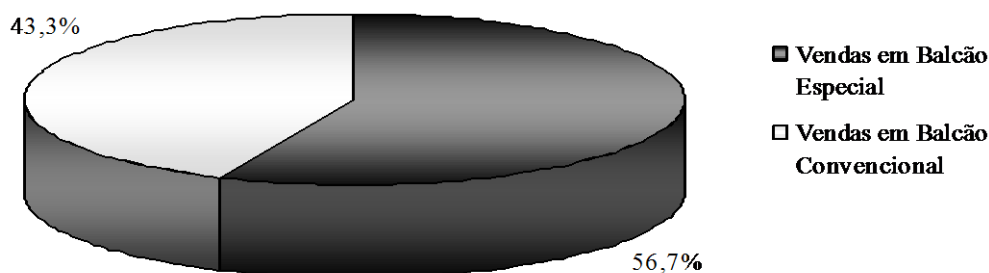
Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada* (t)	Total da Operação (R\$)
1	José Jerônimo da Silveira	milho	162.000	R\$ 81.540,47
2	Paulo Cezar da Silva Bertelli	milho	161.596	R\$ 79.329,22
3	Alonso Vicente de Paula	milho	116.700	R\$ 57.134,61
4	Joaquim Campos Pereira	milho	108.000	R\$ 54.021,33
5	Sérgio Bomtempo Martins	milho	107.755	R\$ 55.298,43
6	Guilherme Campos Pereira	milho	106.676	R\$ 53.581,97
7	Luiz Carlos Ribeiro Fernandes	milho	99.000	R\$ 46.524,62
8	Márcio da Rocha Lima	milho	98.000	R\$ 47.196,40
9	Hélio Detoni	milho	97.500	R\$ 48.011,20
10	Inácio Rezende Lopes	milho	70.400	R\$ 35.683,11
<b>Total</b>			<b>1.127.627</b>	<b>R\$ 558.321,37</b>

\* Equivale ao somatório das vendas realizadas por cliente no período de janeiro a dezembro/2012

Fonte: Sureg MG

Ressalta-se, por fim, que as Vendas em Balcão Especial, realizadas sob o amparo da Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG n.º 601/2012, proporcionaram uma arrecadação superior a R\$2,8 milhões, com um volume comercializado de 7.287 toneladas de milho em grãos, o que representou 56,7% do quantitativo total do cereal vendido em 2012.

**Figura 10 – Comparativo das Vendas em Balcão por Modalidade de Venda em Minas Gerais**



Fonte: Supab/Gepab

#### 4.2.4 – Doações de Produtos Alimentícios

No âmbito da Sureg MG, a doação de produtos alimentícios visa atender demandas específicas de famílias ou grupos populacionais em situação de risco ou de insegurança alimentar e nutricional, cujo rol de beneficiários pode ser, em síntese, dividido da seguinte forma:

- Grupos populacionais específicos;
- População em situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- Entidades públicas e de interesse social.

Em 2012, as doações de cestas de alimentos realizadas pela Sureg MG se restringiram basicamente no atendimento aos denominados grupos populacionais específicos, sobre os quais daremos destaque.

Para a execução dessa ação, a Conab tem firmado com o MDS, desde 2003, parceria estabelecendo o repasse de recursos orçamentário/financeiros por parte do Ministério para a aquisição de produtos alimentícios e custeio de despesas correlatas. Nessa parceria, a Conab figura como responsável direta pela execução, disponibilizando, para tanto, a sua estrutura operacional e administrativa.

A ação orçamentária intitulada “Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do MDS, visa à distribuição de cestas de alimentos para fins de atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar e nutricional de grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, comunidades atingidas por construções de barragens e comunidades de terreiros.

Destaca-se que a coordenação desses trabalhos se encontra sob a responsabilidade da Sesan – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, que, em articulação com a Funai, Funasa, INCRA, OAN/MDA, Seppir, Seape, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Frisa-se que a aquisição dos alimentos destinados a compor as referidas cestas é realizada pela Matriz por meio de leilões eletrônicos, sendo a entrega efetuada nos locais previamente definidos, com base nos avisos de compra e nas relações de cadastro de lotes, objetivando compor o Estoque Estratégico.

Importante ressaltar que, desde a publicação dos avisos de compra, a Sureg MG passa a ter uma atuação direta nas etapas subsequentes do processo, que vão desde a confirmação da compra à efetiva entrega das cestas de alimentos ao público beneficiário.

Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar produtos oriundos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para a composição das cestas de alimentos.

Em 2012, foram entregues 1.314.848 cestas de alimentos a 412.567 famílias, perfazendo uma distribuição total de 30.726 toneladas de alimentos em atendimento a 26 estados mais o Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior, verifica-se, em âmbito nacional, um aumento de 3,9% no número de famílias atendidas, embora tenha havido uma redução de 2,4% na quantidade de cestas entregues e de 2,7% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstra a seguinte tabela:



**Tabela 17 – Comparativo de Distribuição de Cestas de Alimentos**

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)
2003	254.911	13.777	5,40	715.435	41.331	5,78	16.607	1.409	8,48
2004	447.764	18.547	4,14	1.620.828	93.811	5,79	38.077	2.239	5,88
2005	505.375	21.355	4,23	1.950.914	103.733	5,32	47.956	2.460	5,13
2006	343.452	19.735	5,75	1.820.792	125.189	6,88	40.943	2.758	6,74
2007	402.726	30.097	7,47	2.097.153	93.154	4,44	49.590	2.173	4,38
2008	354.218	19.654	5,55	1.439.256	111.671	7,76	32.552	2.436	7,48
2009	338.446	17.922	5,30	1.427.275	81.270	5,69	32.636	1.811	5,55
2010	446.363	19.851	4,45	1.946.543	89.404	4,59	46.299	2.069	4,47
2011	396.769	20.864	5,25	1.738.726	88.684	5,10	42.419	2.148	5,06
2012	412.567	20.489	4,96	1.314.848	75.232	5,72	30.726	2.281	7,42

Fonte: Supab/Gepab

Conforme citado anteriormente, na área de atuação da Sureg MG são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as comunidades atingidas por barragens e as de comunidades de terreiros. Eventualmente são realizados também atendimentos especiais. Ao todo, a quantidade de cestas distribuídas em 2012 no Estado de Minas Gerais representou 5,72% da quantidade total distribuída pela Conab em todo o território nacional. Já o número de famílias atendidas e a quantidade de produto distribuído representaram, respectivamente, 4,96% e 7,42%.

Com base nos resultados apresentados no período de 2003 a 2012, pode-se apurar as médias de 5,25%, 5,70% e 6,05%, respectivamente, em relação à participação da Sureg MG no tocante ao número de famílias atendidas, à quantidade de cestas distribuídas e à quantidade de produtos distribuídos pela Conab em todo o Brasil. Conclui-se, portanto, que os percentuais de participação da Sureg MG em 2012 se mantiveram muito próximos das médias obtidas nos últimos 10 anos, o que revela pouca oscilação nos referidos índices de atendimento.

**Tabela 18 – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos por Segmento Beneficiário**

Ano		Beneficiários					Total	
		Acam-pados	Quilom-bolas	Comuni-dades de Terreiros	Atendimentos Especiais / Emergenciais	MAB <sup>1</sup>		Indígena s
2003	N.º Famílias	12.426	1.351	–	–	–	–	13.777
	Quant. Cestas	37.278	4.053	–	–	–	–	41.331
	Quant. Produtos(t)	1.309	100	–	–	–	–	1.409
2004	N.º Famílias	10.616	2.555	–	4.112	382	882	18.547
	Quant. Cestas	80.798	3.621	–	4.112	1.492	3.788	93.811
	Quant. Produtos(t)	1.920	90	–	100	37	92	2.239

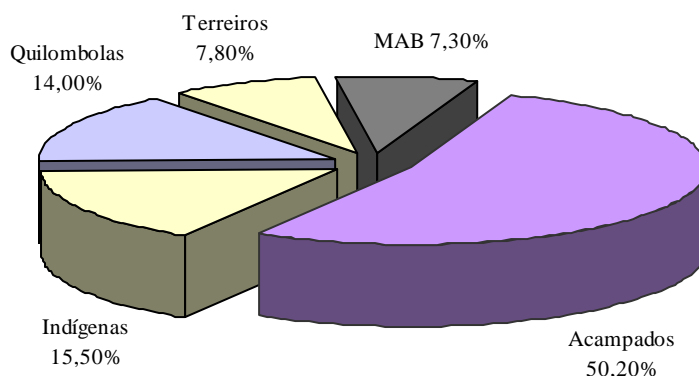
2005	N.º Famílias	13.234	2.289	800	2.000	532	2.500	21.355
	Quant. Cestas	72.802	10.309	3.200	2.000	2.878	12.544	103.733
	Quant. Produtos(t)	1.723	243	75	44	68	307	2.460
2006	N.º Famílias	13.533	2.289	800	81	532	2.500	19.735
	Quant. Cestas	86.612	14.364	4.800	81	2.892	16.440	125.189
	Quant. Produtos(t)	1.890	314	107	1	63	383	2.758
2007	N.º Famílias	13.533	2.612	800	10.120	532	2.500	30.097
	Quant. Cestas	52.334	12.110	3.773	10.120	2.540	12.277	93.154
	Quant. Produtos(t)	1.116	253	83	259	53	409	2.173
2008	N.º Famílias	13.533	2.289	800	–	532	2.500	19.654
	Quant. Cestas	71.819	14.734	4.800	–	3.192	17.126	111.671
	Quant. Produtos(t)	1.515	327	106	–	70	418	2.436
2009	N.º Famílias	10.198	2.151	1.600	–	1.303	2.670	17.922
	Quant. Cestas	50.617	9.004	4.800	–	4.406	12.443	81.270
	Quant. Produtos(t)	1.126	205	107	–	99	274	1.811
2010	N.º Famílias	10.300	2.151	1.600	1.100	1.505	3.195	19.851
	Quant. Cestas	51.293	9.672	4.800	6.100	5.209	12.330	89.404
	Quant. Produtos(t)	1.186	227	114	128	129	285	2.069
2011	N.º Famílias	10.300	2.879	1.600	1.385	1.505	3.195	20.864
	Quant. Cestas	46.115	11.027	6.400	1.585	6.680	16.877	88.684
	Quant. Produtos(t)	1.087	272	163	69	155	402	2.148
2012	N.º Famílias	10.300	2.879	1.600	–	1.505	3.195	20.489
	Quant. Cestas	44.780	10.952	3.087	–	4.768	10.635	75.232
	Quant. Produtos(t)	1.315	291	72	13	131	433	2.281

<sup>1</sup> MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

Fonte: Supab/Gepab

Dentre os grupos populacionais específicos, o segmento constituído por trabalhadores rurais acampados continua figurando como o maior grupo atendido pela Sureg MG. Em 2012, foram 10.300 famílias de acampados que representaram 50,2% do número total de famílias beneficiadas com a distribuição de cestas de alimentos no Estado. Em seguida, destacaram-se as comunidades indígenas com 3.195 famílias representando 15,5%, quilombolas com 2.879 famílias representando 14,0%, comunidades de terreiros com 1.600 famílias representando 7,8% e MAB com 1.505 famílias representando 7,3%.

**Figura 11 – Famílias Beneficiadas com a Distribuição de Cestas de Alimentos – MDS em Minas Gerais**



Fonte: Supab/Gepab

### 4.3 – Análise da efetividade das principais intervenções no mercado em Minas Gerais

#### 4.3.1 – Vendas em Balcão

No que se refere à efetividade alcançada pelas vendas em balcão realizadas em 2012, a Sureg MG obteve um aumento recorde das vendas de milho da ordem de 127% em relação ao quantitativo comercializado e de 440% em relação ao número de clientes atendidos na comparação com o exercício anterior.

Ressalte-se que essa ampliação fora impulsionada, sobretudo, a partir da publicação da Portaria Interministerial n.º 470/2012 e obtida sem que houvesse o aumento da capacidade estática dos pontos de venda em balcão de milho no Estado.

Todavia, compete destacar que o preço praticado pela Conab para a comercialização do produto em balcão bem como a proximidade de localização dos estabelecimentos de pequenos criadores em relação aos locais de venda estabelecidos nos municípios de Juiz de Fora e Montes Claros são os principais fatores determinantes para o aumento do volume de vendas, da área de alcance e do rol de clientes, visto que o custo do frete pode se constituir como fator impeditivo ao acesso do pequeno criador aos estoques públicos destinados ao Programa de Vendas em Balcão.

### 4.4 – Resultado Financeiro Geral

No estado de Minas Gerais, no exercício de 2012, foram utilizados diversos instrumentos de comercialização, tais como: aquisições de sacaria através de AGF, Leilões de Pepro – Laranja, Vendas em Leilões Públicos e Vendas em Balcão. Foram comercializados nas diversas modalidades um total de R\$20.059.965,59.

**Tabela 19 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo	0,00	0,00
		Sacaria (mil unid.)	254,5	255.398,90
	Contrato de opção	Arroz	0,00	0,00

Subvenção	Leilões de PEP	Sisal e trigo	0,00	0,00
	Leilões de Pepro	Laranja	256,9	1.080.769,50
<b>Total de Aquisições e Subvenções</b>			<b>511,4</b>	<b>1.336.168,40</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	22.940	12.990.769,50
	Vendas em Balcão	Milho	12.834	5.733.787,85
Subvenção	VEP	Milho	0,00	0,00
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>35.774</b>	<b>18.723.797,19</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>60.530,90</b>	<b>20.059.965,59</b>

Fonte: Supab/Gepab

#### 4.5 – Principais indicadores de desempenho

Conforme explicitado no item 3.5, o indicador relativo à Promoção do Abastecimento que está sendo acompanhado e testado se encontra descrito no quadro a seguir.

#### Quadro 13 – Resultados do Indicador da Efetividade das Intervenções no Mercado

<b>Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os estabelecimentos rurais com atividade voltada para a cultura animal (bovino, bubalino, caprino, ovino e suíno).				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Nc/Nec)*100$ onde: Nc=Nº de compradores e Nec=Nº de estabelecimentos criatórios no Estado. Base geográfica: UF Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Supab e IBGE (Censo Agropecuário 2006)				
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Indefinida</b>	<b>0,51</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>

Por se tratar de indicador definido recentemente, não houve meta estipulada para o exercício de 2012. Contudo, destaca-se que o resultado apresentado no referido exercício revela significativa evolução se comparado àqueles apurados nos três últimos anos. Tal resultado se deve, principalmente, em razão da comercialização do milho em balcão com preços subvencionados, em conformidade com a Portaria Interministerial n.º 470/2012.

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

### 5.1 - Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Em 2005, por iniciativa da Conab e da Abracen – Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento, foi apresentada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento uma proposta de apoio, por parte do Governo Federal ao conjunto das Ceasas brasileiras.

A primeira reivindicação do conjunto das Ceasas foi montar um banco de dados que reunisse as informações de todas elas. Ou seja, os dados coletados na portaria e no mercado. Na portaria são obtidos os dados de quantidade e a origem de cada produto ofertado.

As articulações para implantação do Prohort teve seu impulso inicial em Minas Gerais, em razão da CeasaMinas – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A ter efetuado a doação do software “Detecweb” que atende plenamente às necessidades do Banco de Dados nacional e possibilita a inserção das informações via internet. Por sua vez, a Conab desenvolveu um software recuperador de dados (extração de relatórios), chamado BI (*Business Intelligence*) e está hospedando os dados em servidor próprio, localizado na Matriz.

Dessa maneira foi criado o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort, sob a coordenação da Conab e, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Portaria n.º 171, de 24/03/2005, instituiu o Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, no âmbito da Conab, tendo como principais objetivos:

- Estimular e coordenar a captação de dados relativos ao processo de comercialização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros e a integração dos seus respectivos bancos de dados, universalizando as informações;
- Favorecer melhorias nos processos de gestão técnico-operacional e administrativa dos mercados atacadistas;
- Agregar inteligência e conhecimentos tecnológicos gerados pelo desenvolvimento do setor, em âmbito nacional e internacional, para transferência à cadeia produtiva, orientados às necessidades e exigências de mercado;
- Prestar assessorias e consultorias em infraestrutura física, tecnológica e ambiental aos mercados atacadistas, resguardada a existência de suporte requerido;
- Estimular a interação do setor com as universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e às políticas públicas de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional.

A padronização e classificação de produtos, embalagens adequadas, rastreabilidade de produtos, a redução do uso de defensivos agrícolas, a produção planejada e com uso das boas práticas agrícolas, são iniciativas preconizadas pelo programa que deverão favorecer o consumidor a ter maior acesso a alimentos em volume, qualidade e preços justos.

O seu público alvo compreende as centrais de abastecimento, entrepostos, mercados do produtor, atacadistas, produtores, varejistas, empresas agrícolas, órgãos públicos, dentre outros.

Ressalte-se que, no tocante a geração e difusão de informações no âmbito do Prohort, a Sureg MG não registrou ações de participação direta em 2012. Importante esclarecer que a geração de tais

informações se encontra sob a coordenação da Matriz, sendo que a difusão tem sido realizada preponderantemente por meio eletrônico, através do portal [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br), no qual se acessa o Prohort, e onde é disponibilizada a posição diária de oferta e preço dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasa, além de informações institucionais sobre o Programa e as Ceasas, trabalhos técnicos e normativos, estatísticas e dados de conjuntura agrícola, legislação, agroqualidade, etc.

Já no ano de 2008, todas as centrais de abastecimento existentes no Estado de Minas Gerais foram integradas à base de dados do Prohort, sendo que dos onze entrepostos, cinco são unidades descentralizadas da CeasaMinas.

**Quadro 14 – Centrais de Abastecimento Existentes em Minas Gerais**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO EM MINAS GERAIS		
1	CeasaMinas	Contagem (Grande BH)
2	CeasaMinas	Barbacena
3	CeasaMinas	Caratinga
4	CeasaMinas	Gov. Valadares
5	CeasaMinas	Juiz de Fora
6	CeasaMinas	Uberlândia
7	Ceasa Varginha	Varginha
8	Ceasa- Uberaba	Uberaba
9	Ceasa Patos	Patos de Minas
10	Ceasa Itajubá	Itajubá
11	Ceanorte	Montes Claros

## 5.2 - Desenvolvimento do Mercado Hortigranjeiro em Minas Gerais – a CeasaMinas

A CeasaMinas – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A, é uma empresa de economia mista, vinculada ao MAPA e foi inaugurada no dia 28 de fevereiro de 1974. São seis unidades no Estado: Contagem, Barbacena, Caratinga, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberlândia. O entreposto em Contagem, na Grande BH, é o mais diversificado do Brasil e ocupa o terceiro lugar nacional em vendas de hortigranjeiros.

A área total destas unidades monta a 2.825.157 m<sup>2</sup>. As áreas de expansão das Ceasa são aproximadamente de 1.500.000 m<sup>2</sup> e a área urbanizada de 1.370.400 m<sup>2</sup>.

As empresas instaladas em todas as unidades somam 785 e têm cerca de 16,7 mil produtores cadastrados. Possuem como estrutura 59 pavilhões destinados às empresas estabelecidas, com permissão de uso, para comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros, num total de 305.782 m<sup>2</sup> de área construída.

Para cumprir sua tarefa de elo logístico entre a produção e o consumo de alimentos, a CeasaMinas conta com cerca de 480 profissionais entre colaboradores diretos e terceirizados; é parceira de universidades e centros de pesquisa e tecnologia, instituições públicas e privadas, e busca sistematicamente otimizar seus recursos, imprimindo mais eficiência em seus resultados.

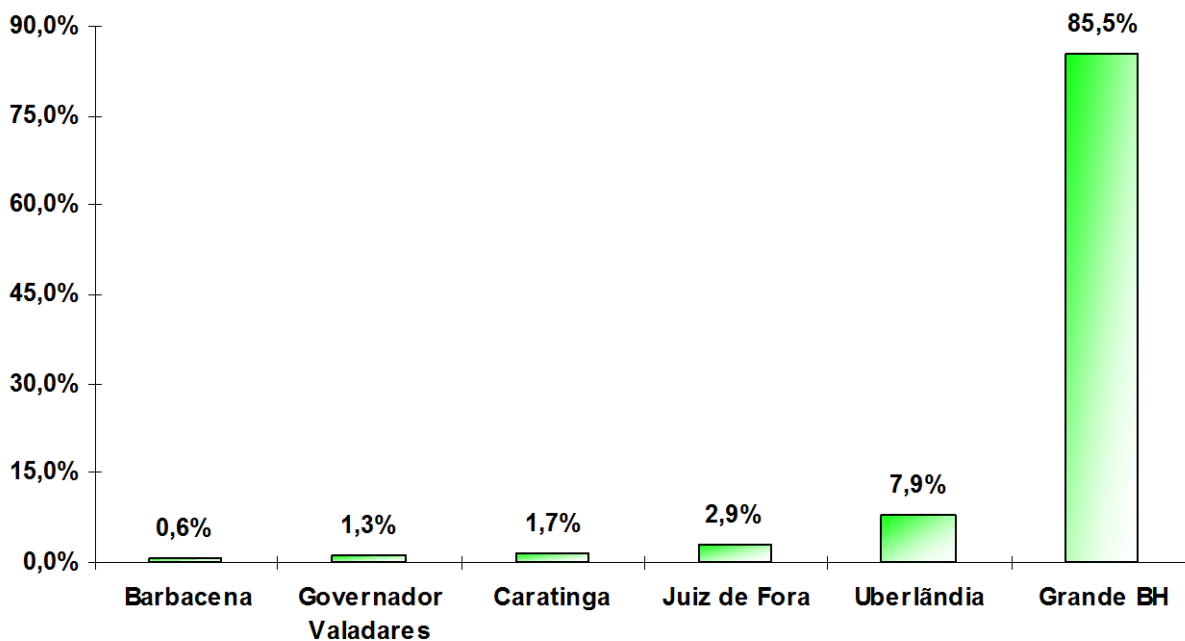
Principais dificuldades da CeasaMinas:

- Os principais entrepostos já são quarentões, carentes em muitos aspectos, tanto pelo tempo decorrido quanto por não acompanharem os grandes avanços do país.
- Questão da permanência da CeasaMinas no Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal;
- Regularização dos pavilhões no Cartório de Registros;
- O Governo do Estado de Minas Gerais resguardou as portarias, pavilhão 4 e o Mercado Livre do Produtor, quando pagou as dívidas que possuía com a União cedendo a Ceasa/MG;

Os dados de comercialização da CeasaMinas em seus seis entrepostos – Grande BH, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares, Caratinga e Barbacena - atingiram em 2012 a marca de pouco mais de 2.728 mil toneladas de produtos ofertados, distribuídos entre os setores de Hortigranjeiros, Cereais e Produtos Diversos. Esse número na comparação com o ano de 2011 representou um decréscimo nas ofertas em torno de 12 mil toneladas. A soma em valores monetários de todos os bens ofertados nos entrepostos da CeasaMinas em 2012 atingiram a quantia aproximada de R\$ 4.489.607.876 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e sete mil e oitocentos e setenta e seis reais).

As ofertas dos cereais, hortigranjeiros e produtos diversos se distribuíram em 2012 pelas unidades da CeasaMinas da seguinte forma:

**Figura 12 – Distribuição da Oferta por Unidade da CeasaMinas em 2012**



Fonte: Seest/Detec/CeasaMinas

**Tabela 20 – Volume Comercializado nos Entrepostos da CeasaMinas**

GRUPO	Volume (kg)			
	2011	2012	TOTAL (%)	2012/2011 (%)
<b>Hortaliças</b>	<b>977.065.823</b>	<b>981.217.525</b>	<b>36,0</b>	<b>0,4</b>
Folha, Flor e haste	79.344.074	79.666.698	2,9	0,4
Fruto	376.722.385	378.213.851	13,9	0,4
Raiz, Bulbo, Tubérculo e Rizoma	520.999.364	523.336.976	19,2	0,4
<b>Frutas</b>	<b>783.760.086</b>	<b>835.035.649</b>	<b>30,6</b>	<b>6,5</b>
Brasileira	751.606.514	805.361.010	29,5	7,2
Importada	32.153.572	29.674.639	1,1	-7,7
<b>Aves e Ovos</b>	<b>74.365.399</b>	<b>71.497.527</b>	<b>2,6</b>	<b>-3,9</b>
<i>Hortigranjeiros</i>	<i>1.835.191.308</i>	<i>1.887.750.701</i>	<i>69,2</i>	<i>2,9</i>
<i>Cereais</i>	<i>90.627.005</i>	<i>80.725.282</i>	<i>3,0</i>	<i>-10,9</i>
<i>Produtos diversos</i>	<i>814.767.597</i>	<i>759.752.858</i>	<i>27,8</i>	<i>-6,8</i>
<b>Total Geral</b>	<b>2.740.585.910</b>	<b>2.728.228.841</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,5</b>

Fonte: Seest/Detec/CeasaMinas

Verifica-se que o volume de comercialização do ano de 2012 foi aproximadamente igual ao volume comercializado em 2011, com uma redução quase insignificante de 0,5%.

**Tabela 21 – Preço Médio de Comercialização nos Entrepostos CeasaMinas**

GRUPO	Preço Médio em R\$/kg		
	2011	2012	2012/2011 (%)
<b>Hortaliças</b>	<b>1,02</b>	<b>1,15</b>	<b>12,7</b>
Folha, Flor e haste	0,74	0,84	13,5
Fruto	1,11	1,19	7,2
Raiz, Bulbo, Tubérculo e Rizoma	1,00	1,16	16,0
<b>Frutas</b>	<b>1,37</b>	<b>1,46</b>	<b>6,6</b>
Brasileira	1,26	1,34	6,3
Importada	3,83	4,57	19,3
<b>Aves e Ovos</b>	<b>2,15</b>	<b>2,43</b>	<b>13,0</b>
<i>Hortigranjeiros</i>	<i>1,22</i>	<i>1,33</i>	<i>9,0</i>
<i>Cereais</i>	<i>1,44</i>	<i>1,79</i>	<i>24,3</i>
<i>Produtos diversos</i>	<i>2,45</i>	<i>2,41</i>	<i>-1,6</i>
<b>Total Geral</b>	<b>1,59</b>	<b>1,65</b>	<b>3,8</b>

Fonte: Seest/Detec/CeasaMinas

A produção mineira de hortigranjeiros está distribuída por todo o Estado, embora não de maneira uniforme, pois algumas mesorregiões se adaptaram e detêm alto nível tecnológico, a exemplo do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, embora a Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes, Norte de Minas e Sul/Sudoeste de Minas detenham altos índices de participações.

Em 2012 as ofertas das mesorregiões mineiras tiveram o seguinte comportamento:



**Tabela 22 – CeasaMinas Oferta Mineira de Hortigranjeiros por Mesorregião – em kg**

Mesorregião	2011	2012	Varição 2012/2011 (%)
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	274.283.967	309.750.413	12,93
Metropolitana de Belo Horizonte	264.531.315	259.729.671	-1,82
Campo das Vertentes	156.122.437	151.558.276	-2,92
Norte de Minas	138.324.599	151.292.338	9,37
Sul/Sudoeste de Minas	106.592.888	95.438.839	-10,46
Vale do Rio Doce	65.486.156	65.740.152	0,39
Oeste de Minas	43.192.433	42.894.937	-0,69
Zona da Mata	24.326.474	24.343.961	0,07
Central mineira	16.655.242	22.791.526	36,84
Jequitinhonha	8.159.688	8.751.103	7,25
Noroeste de Minas	5.106.653	5.303.912	3,86
Vale do Mucuri	207,314	31.652	-84,73
<b>Total Geral</b>	<b>1.102.989.166</b>	<b>1.137.626.780</b>	<b>3,14</b>

Fonte: Seest/Detec/CeasaMinas

O somatório da participação das mesorregiões mineiras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de BH, Campo das Vertentes, Norte de Minas e Sul/Sudoeste de Minas totalizou mais de 85% de toda a oferta mineira ou aproximadamente 51% de toda movimentação de hortigranjeiro do complexo CeasaMinas no ano de 2012.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem a batata, cenoura, cebola amarela e grãos como seus principais produtos de entrada na estatal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Uberaba é o maior produtor mineiro de grãos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, por apresentar grande proximidade ao grande mercado consumidor do Estado, tem em produtos com maior grau de perecibilidade suas principais ofertas, dos quais se destacam as hortaliças folha e fruto. O repolho híbrido, o tomate longa vida, a cenoura, a beterraba sem folhas e os ovos de granja foram os grandes destaques de ofertas da mesorregião de Campo das Vertentes.

As condições climáticas e meteorológicas observadas no Norte de Minas conferiram a esta mesorregião grande destaque no fornecimento de frutas, sobretudo a bananas prata e nanica, o mamão formosa e o limão Tahiti.

As mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas e a Vale do Mucuri apresentaram decréscimos significativos em suas ofertas na comparação 2012/2011.

Na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, os produtos que apresentaram maior redução de ofertas foram a Ovos de Granja (86%) e a batata lisa (4,3%). Entre os períodos analisados, os municípios de Itanhandu e Machado sofreram quedas de até 100% (Machado). Com respeito à batata lisa, as principais reduções ocorreram nos municípios de Ipuina e Cachoeira de Minas, sendo que o primeiro reduziu sua oferta de quase 21.650 toneladas para pouco mais de 18.898 toneladas. Cabe aqui, um destaque para o município de Bom Repouso cuja oferta de batata lisa saltou de 14.743 toneladas em 2011 para quase 18.200 toneladas em 2012, o que o levou ao segundo lugar em número de volume ofertado da mesorregião nessa hortaliça.

### 5.3 - O Comércio Atacadista na CeasaMinas

O comércio atacadista nos entrepostos da CeasaMinas nos últimos 10 anos mostrou-se vigoroso, com uma oferta de 27.419.639 toneladas de produtos e consequente movimentação financeira de R\$36.103.480.174,20 (trinta e seis bilhões, cento e três milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro reais e vinte centavos).

Ao longo desses 10 anos, o perfil dos estados e países ofertantes apresentou algumas oscilações. O Estado de Minas Gerais se consolidou como o maior centro abastecedor dos entrepostos com quase 40% do total de produtos ofertados, em segundo e terceiro lugares firmaram-se os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, com respectivamente 9 e 4% das ofertas. Entretanto é importante frisar a participação de todos os Estados/Países fornecedores quando se refere a produtos diversos, os quais não são controlados por procedência, mas que representaram quase 33% do total de toda a procedência.

### 5.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Dado que a Sureg MG não executa quaisquer atividades relativas ao Refap, e conforme explicitado no Item 3.5, o indicador de desempenho relativo à Articulação e Organização do Abastecimento que está testado e acompanhado se refere aos mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasa e outros) integrados à base de dados da Conab:

**Quadro 15 – Indicador dos Mercados atacadistas de hortigranjeiros Integrados à base de dados da Conab/Prohort**

<b>Nome do Indicador: Mercados atacadistas hortigranjeiros integrados à base de dados Conab/Prohort</b>				
Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas hortigranjeiros integrados à base de dados Conab/Prohort				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(MI/Mp)*100$ onde MI=Mercados Integrados à base de dados e Mp=N. de mercados previstos para integração à base de dados. A base de dados compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados, volume físico e financeiro de comercialização e origem dos produtos ofertados, sendo estas informações fornecidas pelos mercados que integram o sistema e disponibilizadas on-line no site <a href="http://www.ceasa.gov.br">www.ceasa.gov.br</a> . Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual.				
Fonte dos dados: Mercados Atacadistas (Ceasas)				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
100 %	100%	100%	100%	100%

**Análise crítica do Resultado:** Dadas as características do Prohort e a abrangência da ação da CeasaMinas no Estado de Minas Gerais e, ainda, considerando que todas as demais centrais mineiras de abastecimento foram integradas à base de dados da Conab já no ano de 2008, este indicador deixa de mostrar um dado relevante, podendo ser substituído por outro que propicie uma análise e desenvolvimento do programa, a ser estudado e analisado durante o ano de 2013.

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1 – Armazenagem de Produtos Agrícolas

#### 6.1.1 – Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação de estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

Dessa forma, em Minas Gerais os serviços de armazenagem de terceiros é realizado de forma suplementar. As Unidades jurisdicionadas pela Sureg são utilizadas para armazenagem de produtos governamentais, na sua maioria de café objeto do Contrato de Opções e de milho para atendimentos às populações consideradas necessitadas de ação governamental.

##### 6.1.1.1 – Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab

Os armazéns que compõem a rede armazenadora própria em Minas Gerais apresentavam no final do exercício de 2012, o estoque de 4.624 toneladas de produtos diversos, representando uma redução de 68% em relação a 2011, totalizando o valor de R\$ 24.400.359, como se pode observar na tabela a seguir:

**Tabela 23 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Açúcar	16,6	27.168,24
Arroz	82,7	136.620,45
Café	3.796,2	20.445.410,42
Embalagens	39,9	306.182,83
Féculas e amidos	616,6	504.158,58
Feijão	0,5	540,00
Laticínios	8,3	70.303,50
Milho	0,1	34,21
Produtos industrializados /manufaturados	63,5	909.940,30
<b>TOTAL</b>	<b>4.624,3</b>	<b>22.400.359</b>

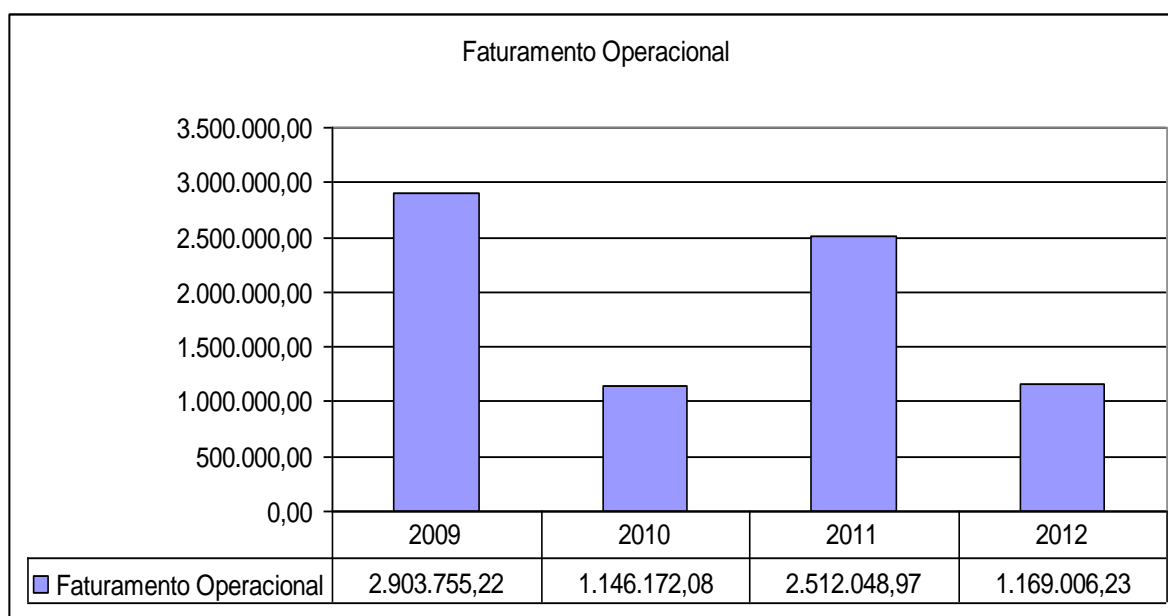
Fonte : Suarm/Saagra

Um dos fatores que contribuíram para a redução do faturamento com armazenagem de terceiros no exercício de 2012 foram os preços das commodities, que no decorrer do ano foram marcados por fortes altas, tanto no mercado doméstico como no internacional, influenciado pela quebra da safra nos Estados Unidos, fato este que diminuiu o interesse para estocagem na cadeia logística.

### 6.1.2 – Faturamento total com serviços de armazenagem

Em 2012, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e seguro dos produtos armazenados, foi de R\$ 1.169.006,23, um decréscimo de 46,53% sobre o exercício anterior. Essa redução se deu em virtude da inexistência de demanda por serviços de secagem, realizados na UA Uberaba, e de demanda de armazenagem na UA Montes Claros, serviços estes que haviam contribuído para o aumento do faturamento em 2011.

**Figura 13 – Faturamento Total com Serviços de Armazenagem**



Fonte: Diafi/Sucon

### 6.1.3 – Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

No exercício de 2012 o resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas foi negativo em R\$ 5.119.971,42. O faturamento com os serviços de armazenagem de estoques de terceiros foi de R\$1.169.006,23. O resultado das receitas de vendas de produtos são nulas devido ao repasse dos valores do Tesouro ou MDA/MDS, restando apenas a receita de serviços de armazenagem, para a cobertura das despesas.

As receitas com a armazenagem de produtos dos estoques públicos são recebidas pela Matriz e descentralizadas para as unidades armazenadoras no grupo Receitas Operacionais Diversas que inclui também repasse dos recursos para pagamento das despesas de pessoal.

**Tabela 24 – Demonstração do resultado financeiro das operações de Armazenagem de produtos agrícolas**

<b>Discriminação</b>	<b>R\$</b>
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>1.169.006,23</b>
<b>Receita de Vendas</b>	
Vendas estoques estratégicos	-
Recebimento de Vendas em Balcão	4.019.127,50
Repasse de Vendas em Balcão	(4.019.127,50)
Recebimento da Agricultura Familiar	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-
Vendas estoques reguladores PGPM	-
Vendas PGPM	1.400.616,31
Repasse de Vendas da PGPM	(1.400.616,31)
Vendas Abastecimento Social	-
Vendas atacado	-
Adições a receita de vendas	-
<b>Receita de Serviços</b>	<b>1.169.006,23</b>
- Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(29.073,74)
<b>= Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>1.139.932,49</b>
- Custo Líquido das Vendas e Serviços	-
<b>= Lucro bruto operacional</b>	<b>1.139.932,49</b>
- Despesas Operacionais	(37.503.579,54)
Despesas de Pessoal	(25.185.498,42)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(12.318.081,12)
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>31.246.220,57</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(2.544,94)</b>
<b>Resultado</b>	<b>(5.119.971,42)</b>

Fonte: Diafi/Sucon/Gerac

## 6.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme explicitado no item 3.5, os indicadores relativos à Prestação de Serviços que estão sendo acompanhados e testados se encontram descritos nos dois quadros a seguir.

### Quadro 16 – Resultado do Indicador dos Custos dos Serviços de Armazenagem Prestados em Relação à Receita

<b>Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos.			
Tipo: Eficiência			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: Cs/R onde: Cs=Custo dos serviços prestados e R=Receita. Custo dos Serviços prestados envolve secagem, limpeza e armazenagem. Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
< que 1	2,07	1,01	1,08

**Análise crítica do Resultado:** O resultado deste indicador mostra que os custos da Conab na prestação de serviços de armazenagem estão acima das receitas auferidas. Vários fatores colaboram para esse resultado como unidades com baixa capacidade de armazenagem para terceiros, unidades que possuem apenas estoques públicos.

### Quadro 17 – Resultado do Indicador do Volume de Entrega em que ocorreu Reprocessamento

<b>Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento</b>			
Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qr/Qe)*100$ onde: Qr=Quantidade de produto reprocessado e Qe=Quantidade de produto entregue. Produto reprocessado é aquele que precisa passar mais de uma vez pelo processamento para atingir o nível ideal de limpeza e secagem, para ser enquadrado nos padrões de qualidade estabelecidos pelo normativo.			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
0 %	0 %	0 %	0 %

**Análise Crítica do Resultado:** Nas unidades armazenadoras em Minas Gerais não foram constatadas necessidades de reprocessamento de produtos armazenados para atingir o nível ideal de limpeza e secagem, para ser enquadrado nos padrões de qualidade estabelecidos pelo normativo, concluindo-se assim que foram observadas as boas práticas de armazenagem.

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1 – Rede Armazenadora

#### 7.1.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora da Conab no Estado de Minas Gerais é composta por 10 unidades armazenadoras estrategicamente localizadas nas regiões agrícolas do Estado, sendo nove na modalidade de armazenagem em ambiente natural e uma em ambiente artificial (temperatura controlada até 3°C), essa unidade encontra-se desativada.

As unidades armazenadoras convencionais, aptas para o recebimento de produtos ensacados em ambiente natural, especialmente café beneficiado cru, localizadas na região Sul e Central do Estado de Minas Gerais estão estabelecidas nos municípios de Varginha, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões, Campos Altos e Juiz de Fora, consideradas como unidades coletoras.

Na região do Triângulo Mineiro estão localizadas duas outras unidades armazenadoras em ambiente natural, sendo uma no município de Uberaba, para estocagem de produtos a granel, também considerada coletora, e outra em Uberlândia/MG, unidade mista para armazenagem de produtos a granel e convencional, classificada como intermediária.

Na região Norte encontra-se localizada uma unidade armazenadora em ambiente natural no município de Montes Claros, apta a estocagem de produtos ensacados. Essa unidade atende aos programas sociais e institucionais de abastecimento operacionalizados pela Conab na região, além de prestar serviço de armazenagem para terceiros.

Dois novos armazéns localizados nos municípios de Manhumirim e Teófilo Otoni, pertencentes ao antigo IBC, foram cedidos à Conab pela União Federal em 2012, e ainda não estão em operação. Estão sendo realizados levantamentos das necessidades de obras e equipamentos dessas unidades com vistas às reformas necessárias ao início de suas operações. As unidades deverão operar como armazém geral, como polo do Programa de Vendas em Balcão e como unidade de apoio às operações resultantes dos Termos de Cooperação Técnica firmados com o MDS, com o MDA e com o BNDES.

A capacidade estática ativa de armazenagem em relação ao exercício de 2011 não se alterou. Do espaço físico total disponível para o armazenamento de 374.400 toneladas, 60,69% dessa capacidade estática é destinada ao depósito de até 239.427 toneladas de produtos a granel. O restante da capacidade estática é utilizado para a armazenagem de até 152.633 toneladas de produtos ensacados e/ou industrializados, o que equivale a 38,69% e 2.400 toneladas para produtos frigorificados ou 0,60% da capacidade total.

**Tabela 25 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns em 2012**

Unidade Armazenadora	Nº de Armazéns	Capacidade (em t)			Total da Capacidade
		Convencional	Granel	Frigorificada	
Campos Altos	1	10.000			10.000
Conceição do Rio Verde	1	19.200			19.200
Juiz de Fora	1	24.420			24.420
Montes Claros	3	7.920			7.920
Perdões	1	10.000			10.000

Passa Quatro	1			2.400	2.400
São Sebastião do Paraíso	1	10.300			10.300
Uberaba	1		25.800		25.800
Uberlândia	6	24.000	215.800		239.800
Varginha	1	24.560			24.560
<b>Total</b>		<b>130.400</b>	<b>241.600</b>	<b>2.400</b>	<b>374.400</b>

Fonte: Sicarm

### 7.1.1.1 – Posição dos Estoques nos Armazéns Próprios

No fim do exercício de 2012, os estoques depositados nas unidades armazenadoras próprias somavam 86.252.887 kg de produtos oriundos de estoques públicos e 4.624.000 Kg de produtos de terceiros.

Os estoques públicos em suas diversas modalidades, depositados em unidades próprias da Conab se distribuem nas seguintes quantidades 232.896 kg na PGPM, de 84.341.752 kg no Contrato de Opções, 413.163 kg no PAA, 1.269.074 kg no Estoque Estratégico.

**Tabela 26 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – PGPM**

Posição em 31/12/2012 – PGPM					
Armazém	Unidade Armazenadora	Nome	Safra	Estoque (kg)	Valor (R\$)
54.0287.0005-7	Uberlândia	Milho em tipo	2009/2010	171.000,00	92.220,30
54.0287.0025-1	Montes Claros	Sacaria de polipropileno nova 100		60.396,00	54.356,40
		Milho em tipo	2008/2009	1.500,00	808,95
<b>Total</b>				<b>232.896,00</b>	<b>147.385,65</b>

Fonte: xFAC

**Tabela 27 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias - Contrato de Opções**

Posição em 31/12/2012 – Contrato de Opções					
Armazém	Unidade Armazenadora	Produto	Safra	Estoque (kg)	Valor (R\$)
54.0287.0003-0	Uberlândia	café arábica em tipo	2009/2009	6.457.100,00	35.034.679,58
		café arábica em tipo	2009/2010	6.538.050,00	35.395.210,74
54.0287.0004-9	Uberlândia	café arábica em tipo	2009/2009	3.992.360	21.981.509,46
54.0287.0006-5	Uberaba	sacaria polipropileno nova 100		735	661,50
		trigo melhorador abaixo do padrão	2008/2008	351.576	257.599,74
54.0287.0017-0	Conceição do Rio Verde	sacaria de juta malva nova 500		858,00	2.881,02
		café arábica em tipo	2002/2003	1.166.107	4.769.296,61
		café arábica em tipo	2009/2009	7.279.142	42.480.742,49
		café arábica em tipo	2009/2010	4.466.727	24.420.721,85



54.0287.0018-9	São Sebastião do Paraíso	café arábica em tipo	2002/2003	591.780	2.385.918,10
		café arábica em tipo	2009/2009	6.533.670	34.980.679,60
		café arábica em tipo	2009/2010	3.642.020	19.784.456,30
54.0287.0019-7	Varginha	café arábica em tipo	2002/2003	913.257	3.737.454,71
		café arábica em tipo	2009/2009	8.812.730	48.463.018,62
		café arábica em tipo	2009/2010	12.769.460	69.137.312,73
54.0287.0020-0	Juiz de Fora	sacaria de polipropileno nova 100		63.958,00	57.562,20
		milho em tipo	2008/2009	1.004.533,00	541.744,65
		café arábica em tipo	2002/2003	526.930	2.142.914,93
		café arábica em tipo	2009/2009	4.234.860	23.340.476,34
		café arábica em tipo	2009/2010	3.182.020	17.402,910,71
54.0287.0021-9	Campos Altos	café arábica em tipo	2002/2003	725.422	2.984.863,22
		café arábica em tipo	2009/2009	2.782.890	15.212.567,74
		café arábica em tipo	2009/2010	2.208.250	12.116.582,21
54.0287.0022-7	Perdões	café arábica em tipo	2002/2003	12.170	49.703,18
		café arábica em tipo	2009/2009	4.004.110,00	21.659.390,47
		café arábica em tipo	2009/2010	1.675.340,00	9.118.131,14
54.0287.0025-1	Montes Claros	sacaria de polipropileno nova 100		25.001,00	22.500,90
		milho em tipo	2008/2009	45.526,10	24.552,23
		milho em tipo	2008/2009	335.170,00	180.757,18
<b>Total</b>				<b>84.341.752,10</b>	<b>430.283.889,43</b>

Fonte: xFAC

**Tabela 28 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – PAA**

Posição em 31/12/2012					
Armazém	Unidade Armazenadora	Produto	Safra	Estoque (kg)	Valor (R\$)
54.0287.0004-9	Uberlândia	Arroz longo fino beneficiado Tipo 2		82.620,00	136.570,86
		Açúcar Cristal		16.566,00	27.168,00
		Leite de vaca em pó integral		8.271,00	70.303,50
54.0287.0024-3	Montes Claros	Arroz longo fino beneficiado Tipo 2		235.160,00	388.719,48
		Açúcar Cristal	2010/2011	16.938,00	27.778,32
		Açúcar Cristal	2011/2012	30.094,00	49.354,16
		Leite de vaca em pó integral		23.516,00	199.886,00
<b>Total</b>				<b>413.165,00</b>	<b>899.780,32</b>

Fonte: xFAC

**Tabela 29 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias – Estoque Estratégico**

Posição em 31/12/2012 – Estoque Estratégico					
Armazém	Unidade Armazenadora	Produto	Safra	Estoque (kg)	Valor (R\$)
54.0287.0003-0	Uberlândia	Embalagem plástica capa fardo		730,00	562,75
540287.0004-9	Uberlândia	Farinha de mandioca tipo 1		27.045,00	82.976,76
		Arroz longo fino beneficiado tipo 2		135.240,00	228.974,85
		Feijão anão cores		24.819,00	93.511,61
		Feijão anão cores tipo 2		40.575,00	115.269,52
		Açúcar cristal	2011/2012	27.074,00	47.920,98
		Açúcar cristal	2011/2012	4.955,00	8.952,69
		Macarrão espaguete		8.271,00	12.230,17
		Macarrão espaguete		10.818,00	16.151,27
		Óleo refinado de soja		21.640,00	64.703,60
		Óleo refinado de soja		16.546,00	56.422,99
		Fubá de milho		8.271,00	12.691,67
		Fubá de milho		13.518,00	23.809,25
54.0287.0024-3	Montes Claros	Farinha de mandioca tipo 1		56.280,00	151.956,00
		Arroz longo fino beneficiado tipo 2		343.410,00	602.890,60
		Feijão anão cores		70.548,00	267.803,06
		Feijão anão cores tipo 2		105.725,00	356.146,88
		Açúcar cristal	2011/2012	70.350,00	124.519,50
		Macarrão espaguete		23.516,00	31.759,12
		Macarrão espaguete		28.140,00	42.013,02
		Óleo refinado de soja		47.032,00	161.767,95
		Óleo refinado de soja		56.280,00	211.050,00
		Fubá de milho		24.828,00	38.133,63
		Fubá de milho		26.828,00	47.252,15
		Embalagem plástica capa fardo		8.513,00	4.703,54
Embalagem plástica capa fardo		18.314,00	14.135,85		
54.0287.0001-4	Uberlândia	Café arábica em tipo	2000/2001	2.057,00	4.027,19
		Café arábica em tipo	2000/2001	1.089,00	2.240,94
		Café arábica em tipo	2001/2002	2.178,00	3.819,12
		Café arábica em tipo	2002/2003	3.388,00	6.971,83
		Café arábica em tipo	2002/2003	18.650,00	81.612,40
54.0287.0017-0	Conceição do Rio Verde	Café arábica em tipo	2000/2001	2.168,00	4.376,11
54.0287.0018-9	São Sebastião do Paraíso	Café arábica em tipo	2000/2000	1.461,00	3.456,00
		Café arábica em tipo	2000/2000	302,00	1.684,98
54.0287.0019-7	Varginha	Café arábica em tipo	2000/2001	2.524,00	4.714,07
		Café arábica em tipo	2000/2001	6.551,00	27.476,00

540287.0020-0	Juiz de Fora	Café arábica em tipo	2000/2001	420,00	385,01
		Café arábica em tipo	2000/2001	866,00	1.439,98
54.0287.0022-7	Perdões	Café arábica em tipo	2000/2001	484,00	1.020,61
		Café arábica em tipo	2002/2003	1.417,00	4.723,57
		Café arábica em tipo	2009/2010	2.253,00	17.019,84
			<b>Total</b>	<b>1.265.074,00</b>	<b>2.983.277,06</b>

Fonte: xFAC

### 7.1.1.2 – Serviços de Manutenção

As unidades armazenadoras em Minas Gerais contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção periódica e de um programa de investimentos que proporcionem a modernização das instalações e dos equipamentos.

A Sureg MG, da mesma maneira que as outras Superintendências Regionais da Conab, ainda no ano de 2012 apresentou dificuldade para elaboração de projetos, especificações de serviços e demais instrumentos necessários para compor editais de contratação de serviços e obras, em razão do seu reduzido quadro de pessoal técnico qualificado para a referida área.

Ressalta-se que, em novembro de 2012 a Sureg MG publicou o edital de Convocação Sureg MG nº 001/2012 para credenciamento de empresas de arquitetura visando suprir a deficiência de profissionais para a elaboração de projetos de engenharia.

Em 2012 foram gastos para a manutenção das unidades armazenadoras R\$94.406,93, sendo atendidas 07 unidades armazenadoras.

A aplicação dos recursos, por unidade armazenadora, e os dados relativos às aquisições e contratações estão discriminados detalhadamente na Tabela 30.

**Tabela 30 – Gastos para a manutenção das unidades armazenadoras realizados em 2012**

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente (R\$)	Capital (R\$)	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total (R\$)	Geral
				Corrente	Capital		
UA Uberaba	Compl. Despesa – Construção Depósito de Agrotóxicos		8.664,08			<b>8.664,08</b>	
	Tinta p/ vedação das células de armazenagem do Silo Búfalo	620,00				<b>620,00</b>	
	Aquisição de material p/ manutenção de poço artesiano	680,00				<b>680,00</b>	
	Aquisição de capacitores trifásicos	1.893,00				<b>1.893,00</b>	
	Aquisição de capacitores trifásicos	286,00				<b>286,00</b>	
	Aquisição de materiais p/ impermeabilização das lajes superiores	10.589,95					<b>10.589,95</b>

UA Uberaba	Aquisição de equipamentos de proteção individual	794,28				<b>794,28</b>
	Aquisição de material p/ manutenção de poço artesiano	198,49				<b>198,49</b>
	Aquisição de 1 escada extensível confeccionada em fibra de vidro		975,00			<b>975,00</b>
UA Uberlândia	Aquisição de 1 monorredutor p/ transporte corrente de transilagem	19.470,00				<b>19.470,00</b>
	Aquisição 2 separadores de impurezas p/ laboratório de classificação		9.999,99			<b>9.999,99</b>
	Aquisição de 2 homogenizadores		3.300,00			<b>3.300,00</b>
	Fornecimento de cabos pêndulos termométricos e mão de obra	6.200,00				<b>6.200,00</b>
	Aquisição de roçadeiras		7.245,00			<b>7.245,00</b>
	Fornecimento e instalação de transformadores de corrente para os controladores automáticos da subestação do silo Búfalo	2.580,00				<b>2.580,00</b>
	Conserto de portas de aço	500,00				<b>500,00</b>
	Manutenção do disjuntor de alta tensão	1.958,00				<b>1.958,00</b>
	Aquisição de equipamentos de proteção individual	397,14				<b>397,14</b>
	Aquisição de 1 escada extensível confeccionada em fibra de vidro		975,00			<b>975,00</b>
UA Varginha	Reparos nos rufos	1.583,00				<b>1.583,00</b>
UA Montes Claros	Aquisição de kit conversor eletrônico da balança rodoviária		9.660,00			<b>9.660,00</b>
UA Conceição do Rio Verde	Manutenção no determinador de umidade	370,00				<b>370,00</b>
UA Juiz de Fora	Serviços de manutenção balança rodoviária	1.200,00				<b>1.200,00</b>
	Terraplenagem nas ruas internas do pátio	1.450,00				<b>1.450,00</b>
UA Perdões	Serviço de manutenção na bomba injetora e no compressor	648,00				<b>648,00</b>
	Aquisição de 1 aparelho de ar condicionado		700,00			<b>700,00</b>
<b>Totais</b>		<b>51.417,86</b>	<b>41.519,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>92.936,93</b>

Geope/Seope

A Conab estabeleceu cronograma de investimentos necessários à adequação da infraestrutura física das unidades armazenadoras às exigências da Instrução Normativa nº 03/2010 que instituiu o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. O levantamento dos custos estimados para essas intervenções foi realizado pela Matriz, em conjunto com a Sureg MG. Após levantamento detalhado dos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados, com base na Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011, chegou-se a estimativa de custos totais no valor de R\$2.833.000 até 2015, conforme quadros detalhados a seguir:

**Quadro 18 – Plano de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras**

<b>CAMPOS ALTOS – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 10.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O3
Sistema de combate a incêndio		370.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>472.000</b>	
<b>CONCEIÇÃO DO RIO VERDE – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 19.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O3
Sistema de combate a incêndio		425.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>527.000</b>	
<b>JUIZ DE FORA – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 19.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O3
Sistema de combate a incêndio		425.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>527.000</b>	
<b>MONTES CLAROS – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 9.900</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>68.000</b>	
<b>PERDÕES – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 10.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O3
Sistema de combate a incêndio		325.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1

<b>TOTAL</b>		<b>427.000</b>	
<b>SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 10.300</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O3
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>102.000</b>	
<b>UBERABA – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 25.800</b>	<b>Modalidade: Granel</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		40.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>88.000</b>	
<b>UBERLÂNDIA – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 239.800</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Intermediária</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Aeração		200.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Sistema de captação de material particulado (secador)		260.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>528.000</b>	
<b>VARGINHA – MG</b>			
<b>Capacidade estática: 27.900</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Intermediária</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos R\$</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		2.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>102.000</b>	

Geope/Seope

### 7.1.2 - Rede Armazenadora Contratada

A Sureg MG mantém uma rede armazenadora contratada apta a operar com os estoques governamentais. Em 2012 era composta por 35 armazéns, em todas as regiões do Estado de Minas Gerais.

No total, Minas Gerais conta com uma rede contratada com capacidade estática de 114.877 t para armazenagem convencional e 345.653 t, a granel.

A rede contratada atua como apoio logístico, notadamente na movimentação dos estoques públicos, permitindo abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para recebimento de nova safra, além de auxiliar no posicionamento estratégico dos estoques governamentais.

No fim do exercício de 2012, haviam 1.223 armazéns cadastrados no Estado de Minas Gerais. Desses, apenas 35 unidades, com capacidade estática para 460.530 t, estavam credenciadas para operar com estoques dos programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou ainda, por constarem como inadimplentes no Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme detalhado na Tabela 31.

**Tabela 31 – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais**

Situação	2011		2012					
	N.º UA	Capac. (t)	Convencional		Granel		Total	
			N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
Credenciados	88	1.575.489	17		114.877	345.653	35	460.530
Descredenciados	41	307.026	-	-	-	-	-	-
Aptos s/ Contrato	5	88.904	-	-	-	-	-	-
Impedidos	889	4.202.474	707	2.699.123	403	4.190.843	1.110	6.889.966
<b>Cadastrados</b>	<b>1.181</b>	<b>8.084.872</b>	<b>754</b>	<b>2.968.220</b>	<b>469</b>	<b>5.663.536</b>	<b>1.223</b>	<b>8.631.756</b>

Fonte: Suarm/Gecad

### 7.1.2.1 Posição dos Estoques na Rede Armazenadora Contratada

No final do exercício havia 2.428 t de milho e feijão, pertencente ao Governo Federal, depositados em armazéns credenciados, sendo as despesas com armazenagem e sobretaxa em 2012 foram na ordem de R\$ 639.421,95.

**Tabela 32 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados**

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Capal – Coop. Agropecuária de Araxá	Milho				360	194.148,00
Proage – Armazéns Gerais da Produção	Milho				1868	1.007.886,98
Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda.	Feijão		X		0,939	2.504,69
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais	Milho				200	107.860,00
<b>Total</b>						<b>1.312.399,67</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

### 7.1.3 – Capacitação de Mão de obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão

de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008. Essa atividade era realizada por intermédio do Centreinar – Centro Nacional de Aprendizagem em Armazenagem, criado em 21 de agosto de 1975, através de um acordo entre a Universidade Federal de Viçosa e a Cibrazem – Companhia Brasileira de Armazenamento, hoje Conab.

A ação de capacitação de mão de obra do setor armazenador por meio do convênio com o Centreinar, órgão responsável pela execução da Ação, foi suspensa em 2008 motivada pela:

- a) Necessidade de Implementação de novos controles, como *feedback* do participante e redefinição do público-alvo beneficiado com o treinamento;
- b) Necessidade de regularização administrativa do Centreinar, conforme previsto no Convênio Conab e a Funarbe.

A partir de 2010 a regularização administrativa do Centreinar foi implementada através da constituição do Conselho Diretor composto por representantes da Conab e da UFV – Universidade Federal de Viçosa.

A retomada da ação depende agora da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, e da assinatura de novo convênio com o Centreinar que inclua a implementação dos controles e da redefinição do público-alvo beneficiário do treinamento.

#### 7.1.4 – Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab em Minas Gerais

**Tabela 33 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

Armazéns Cadastrados		Produção – safra 2011/12		Demanda %
Nº UA	Capacidade Estática (t)	Produto	Quantidade (t)	
1.224	8.643.520	Café	1.598.068	- 69,4
		Milho	7.798.700	
		Soja	3.058.700	
		Total Produção	12.455.468	

Fonte: Conab

Por um longo período de tempo, praticamente não ocorreram investimentos no setor armazenador, e com as crescentes taxas de produção da agricultura mineira nos últimos anos tem ocorrido dificuldades regionais em termos de logística (disponibilidade de armazenagem, transporte de grãos e portos).

A infraestrutura de armazenagem mineira não tem acompanhado o ritmo de crescimento da produção agrícola. Em 2012 enquanto a capacidade estática para armazenagem era de 8.643.520 toneladas, o setor agrícola produziu cerca de 12.455.468 toneladas dos produtos como café, milho e soja, principais culturas do Estado de Minas Gerais.

A capacidade estática para armazenagem de produtos agrícolas em Minas Gerais em 2012 estava dividida da seguinte forma: 65% para armazenagem a granel e 34,34 % para produto ensacado.



A maior concentração da capacidade estática de armazenagem está relacionada às instalações de propriedade do setor privado com 6.028.513 toneladas em 895 unidades, representando 69,84 % do total do Estado de Minas Gerais.

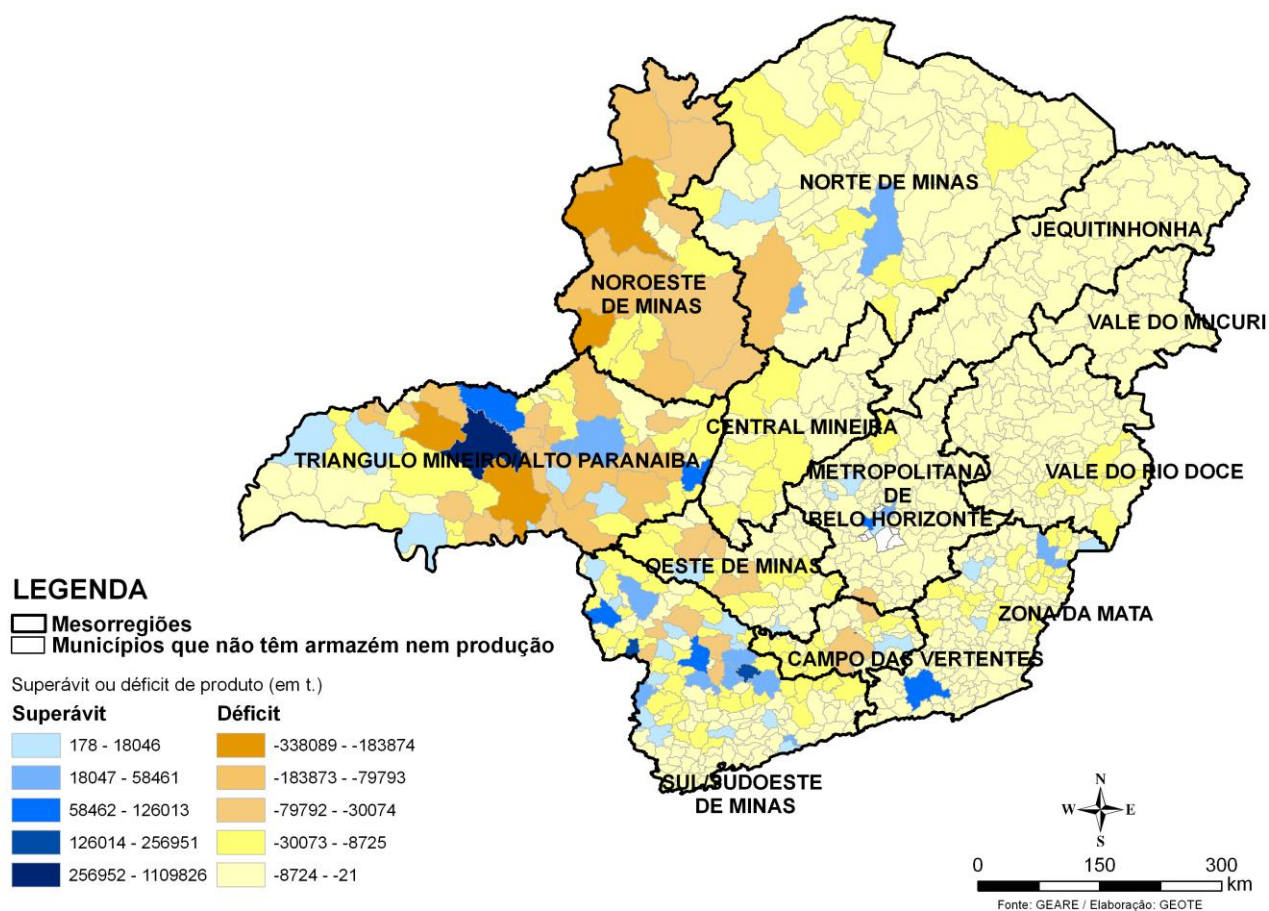
O segmento cooperativista conta com 257 armazéns e capacidade de armazenagem para 1.685.976 t representando 19,53% da capacidade mineira.

Atualmente a rede de armazenagem oficial em Minas Gerais conta com 63 armazéns, sendo 47 armazéns da CASEMG e 16 da Conab, e uma capacidade estática de 917.264 t, representando somente 10,63 % da capacidade brasileira.

Por outro lado, não preocupa somente o déficit na capacidade de armazenamento existente no Estado de Minas Gerais, a infraestrutura de armazenagem necessita ser modernizada, principalmente em regiões agrícolas tradicionais.

A figura a seguir demonstra a relação de produção agrícola x capacidade estática de armazenagem, no Estado de Minas Gerais.

**Figura 14 - Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem**



Do total de 853 municípios existentes no Estado de Minas Gerais foram registrados déficit de armazenagem em 793.

De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit em 53 municípios, destacando-se Uberlândia (1.109.826 t), Varginha (256.951 t), Guaxupé (180.297 t), Araguari (126.013 t) e Contagem (107.602 t).

Por outro lado, os maiores déficits ocorrem nos municípios de Perdizes (162.993 t), Monte Alegre de Minas (183.874 t), Guarda-Mor (188.364 t), Uberaba (239.346 t) e Unaí (338.089 t).

## **7.2 – Análise das ações de fiscalização de estoques públicos**

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder ao registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Sufis – Superintendência de Fiscalização e Estoques que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que nas Superintendências Regionais os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, acompanham as operações de remoção, dentre outras atividades. O quadro de fiscais na Sureg MG é composto por 09 fiscais que atuam na fiscalização dos armazéns.

Em 2012 no Estado de Minas Gerais foram realizadas 05 fiscalizações relacionadas aos estoques públicos e 16 fiscalizações ligadas às operações de garantia e sustentação de preços.

### **7.2.1 – Quadro de Fiscais**

O fiscal da Conab é um empregado, com função compatível na estrutura organizacional, formalmente capacitado para executar as atividades de fiscalização, de acordo com orientação superior e normativos existentes.

Para desempenhar a função de fiscal o empregado tem que possuir conhecimento específico de armazenagem, ter noções de classificação, de cálculos e de métodos de cubagem. Deverá, ainda, saber elaborar o mapeamento de armazéns, saber interpretar os normativos e aplicar o Manual de Fiscalização, fazer observar as condições estabelecidas no Contrato de Depósito formalizado com as empresas prestadoras de serviços de armazenagem.

Para formação e reciclagem de Fiscais, a Conab realiza periodicamente treinamentos específicos, conforme a situação.

O quadro de fiscais da Sureg MG em 2012 era composto de 9 empregados para acompanhamento e avaliação da integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras contratadas. Além disso, os fiscais realizam também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

### Quadro 19 – Quadro dos fiscais da Sureg MG em 2012

	NOME
01	Elias José Silveira Gomes
02	Geraldo Antônio Dias
03	Hudson Antônio Lacerda
04	Marcelo Augusto Sabará
05	Paula Cristina da Silva
06	Dirceu Arquilau Ferreira
07	Hilton Martins Abreu
08	Joaquim Naves
09	Marcelo Marques Dias

Fonte: Sufis/Sureg MG

### 7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2012 foram fiscalizados de forma acumulada em Minas Gerais, por fiscais da Matriz e das Regionais, 105 armazéns e 543.784 toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, estoque estratégico, estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias. Em relação ao exercício de 2011, quando foram fiscalizadas 870.802 toneladas, houve uma redução de 62,45% na quantidade fiscalizada em razão da redução dos estoques públicos que foram objeto de venda. Além disso, em virtude da elevação dos preços das commodities tanto no mercado nacional como no mercado externo não foi necessária atuação do Governo Federal nas aquisições de estoques para a sustentação dos preços dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Minas Gerais. Tal fato determinou a não recomposição dos estoques públicos, fato que reduziu o volume de estoques a serem fiscalizados.

**Tabela 34 – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais Nos Exercícios de 2011 e 2012**

Discriminação	Exercício			
	2011		2012	
	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	93.742	93.517	12.635	12.635

Contrato de Opção	662.139	660.878	480.164	480.164
Agricultura Familiar	3.837	3.837	1.662	1.662
Fome Zero	3.186	3.186	1.531	1.531
Estoque Próprio	0	0	0	0
Varreduras	109.101	109.101	101	101
Terceiros	283	283	47.691	47.691
<b>Total</b>	<b>872.288</b>	<b>870.802</b>	<b>543.784</b>	<b>543.784</b>

Fonte: Gefis

Quando constatada perdas qualitativas ou quantitativas nas operações realizadas as diferenças apuradas são registradas nos TVN – Termos de Vistoria e Notificação e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pela Sureg, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVN, à Suope – Superintendência de Operações (para abertura do processo administrativo), Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Sufin – Superintendência de Finanças (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

#### 7.2.2.1 – Perdas

Nas operações de fiscalização realizadas em 2012, nos armazéns estabelecidos do Estado de Minas Gerais foram registradas perdas em armazenagem nos estoques públicos na ordem de 77,29 t de milho vinculadas às operações de Contratos de Opção e de 1,19 t vinculadas à PGPM, depositados no armazém credenciado da Proage – Armazéns Gerais da Produção Ltda.

Nos armazéns da Conab foram registradas perdas em armazenagem nos estoques de milho vinculados à PGPM, especificamente nas unidades armazenadoras localizadas nos municípios de Juiz de Fora e Montes Claros, nos quantitativos de 11,80 t e 18,44 t, respectivamente, vinculados à PGPM. Na unidade armazenadora localizada no município de Uberlândia, registrou-se a perda de 9,01 t de feijão anão cores também vinculado à PGPM.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças no caso do armazém credenciado e abertura de processos administrativos nos casos de unidades da Conab.

Os valores referentes à indenização dos produtos estocados no armazém da Proage foram quitados tão logo detectadas as perdas.

#### 7.2.2.2 – Desvios

No exercício não foram registradas perdas de produto armazenado por motivo de desvio.

### 7.2.2.3 – Produtos Abaixo do Padrão

No exercício foi registrada a perda qualitativa de produto classificado como abaixo do padrão devido a ataque de insetos de 351 t de trigo vinculado ao Contrato de Opção na Unidade Própria de Uberaba, não sendo constatado dolo/culpa por parte dos responsáveis pela armazenagem.

A Conab solicitou autorização ao Ministério da Agricultura para a venda do produto através de leilão, conforme prevê o Art. 7 do Regulamento Técnico de Classificação do Trigo, aprovado pela Instrução Normativa MAPA nº38/2010.

### 7.2.2.4 – Produtos desclassificados

No exercício não foram registradas perdas de produto armazenado por motivo de desclassificação.

### 7.2.2.5 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

A partir de 2012 a fiscalização além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, também efetuou a avaliação da situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias de estoques públicos e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto à situação cadastral das unidades armazenadoras registradas nos TVN, em casos de requisitos obrigatórios para a habilitação técnica.

Em 2012 foi constatada a ocorrência de 51 irregularidades nos armazéns vistoriados, conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 35 – Levantamento das Irregularidades Ocorridas em 2012**

<b>Irregularidades/etapas</b>	<b>1ª</b>	<b>2ª</b>	<b>3ª</b>	<b>4ª</b>	<b>5ª</b>	<b>6ª</b>	<b>7ª</b>	<b>8ª</b>	<b>9ª</b>	<b>TOTAL ANO</b>
Animais/aves no pátio e interior do armazém	1									1
Insetos vivos	1						1		1	3
Goteiras	5		3		2		6		8	24
Falta passarela										
Infiltração										
Falta corrimão										
Higienização	3						2		2	7
Termometria com problemas	1		1		1				1	4
Conservação de produtos estocados										
Pilhas desmornadas										
Ruas e travessas obstruídas										
Pilhas com topo irregular										
Pilhas/blocos sem identificação							1		1	2
Fezes no interior de armazém										
Pilha inclinada										
Pilha desmornada										

Produto derramado	1							1	2
Animais no pátio									
Armazém destelhado									
Sacaria danificada	1			1		1		1	4
Pássaros dentro do armazém									
Elevador com vazamento									
Ave morta sobre pilha									
Roedores dentro do armazém								1	1
Falta tela contra pássaros									
Avaria no teto (parte destelhada)									
Falta mapeamento									
Embalagens vazias sobre pilhas									
Determinador de umidade vencido									
Balança rodoviária aferição Vencida	1								1
Porta em más condições						1		1	2
CDA sem identificação									
<b>Total</b>	<b>14</b>		<b>4</b>	<b>4</b>		<b>12</b>		<b>17</b>	<b>51</b>

Fonte: Sufis

### 7.2.2.6 – Descredenciamento de Armazéns

Em Minas Gerais, no exercício de 2012 não houve descredenciamento de armazéns. A empresa que havia sido descredenciada em 2011 devido a constatação de irregularidades na operação de Pepero em 2007, está com processo de reanálise pela Matriz.

### 7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Cgsr – Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 24, de 16 de abril de 2012, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

A Conab por meio de um Plano de Trabalho celebrado com o MAPA, fiscaliza, in loco, toda e qualquer fase ou aspecto da operação com o objetivo de certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação

da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

A definição das apólices a serem fiscalizadas é da competência da Secretaria-Executiva do Cgsr, por meio de amostragem probabilística que garante a sua representativa, observando o critério de agrupamentos das operações em unidades da federação, atividades produtivas e sociedades seguradoras. Para cada grupo de operações resultantes é realizada uma amostragem aleatória simples de, no mínimo, 2% das operações.

Para o cumprimento do Plano de Trabalho 2012, as operações foram realizadas nos meses de agosto e novembro de 2011.

**Tabela 36 – Demonstrativo do Número de Apólices Fiscalizadas**

Discriminação	Exercício			
	2009	2010	2011	2012
Propostas de Seguro Rural	135	190	80	64
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>190</b>	<b>80</b>	<b>64</b>

Fonte: Sufis/Gevep

No exercício de 2012, em Minas Gerais, foram fiscalizadas 64 (sessenta e quatro) apólices de seguro rural definidas pelo MAPA, uma redução de 20,0 % em relação a 2011.

#### 7.2.4 – Serviços de Cobrança e Recebimentos.

O serviço de cobrança e recebimento encontra-se centralizado na Matriz. Em relação aos valores ajuizados para cobrança de débitos, a situação até 2012 se encontra detalhada na tabela a seguir:

**Tabela 37 – Relatório de Dívidas de Agentes – Período 01/04/1992 a 20/01/2013 - Valores Ajuizados até 2012**

Documento cobrança	Nome do Agente	CNPJ /CPF	Data Base	Valor Base	Produto	Qtd Produto	Tipo Corr .	Despesas	S. Dev.	SIT.
3409/88	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	1.016.473,38	Arroz em casca	3,489	INPC	0,00	8.108,52	F
3410/88	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	5.178.909,39	Milho Em Grãos	25,175	INPC	0,00	41.311,46	F
4761/88	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	4.981.624,66	Milho Em Grãos	23,279	INPC	0,00	39.737,66	F
5386/87	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	198.387,93	Arroz em casca	667	INPC	0,00	1.582,69	F
5387/87	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	1.465.771,35	Arroz em casca	4,734	INPC	0,00	11.692,67	F
5772/88	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	01/04/1992	19.333,14	Arroz em casca	65	INPC	0,00	154,40	F
0662/88	ARMAZENADOR CELEIRO LTDA.	21.909.403/0001-28	31/07/1992	307.012,86	Sorgo	914	INPC	0,00	1.097,75	F
0102/96	ARMS GERAIS RIO GRANDE LTDA.	22.369.920/0001-14	04/12/2003	207.156,41	Milho Em Grãos	766,111	Sobretaxa	0,00	413.163,66	M
0121/96	ARMS GERAIS RIO GRANDE LTDA.	22.369.920/0001-14	04/12/2003	94.665,69	Milho Em Grãos	350,095	Sobretaxa	0,00	188.806,23	M
0966/96	ARMS GERAIS RIO GRANDE LTDA.	22.369.920/0001-14	04/12/2003	186.922,65	Milho Em Grãos	691,282	Sobretaxa	0,00	372.808,38	M
0968/96	ARMS GERAIS RIO GRANDE LTDA.	22.369.920/0001-14	04/12/2003	408.831,28	Milho Em Grãos	1.511.950	Sobretaxa	0,00	815.394,64	M
0797/99	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	980.514,84	Milho Em Grãos	7.105.180	Sobretaxa	0,00	3.831.823,57	F
0797/99A	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	106.816,15	Milho Em Grãos	774,030	Sobretaxa	0,00	417.434,38	F
0797/99B	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	10.316,74	Milho Em Grãos	74,759	Sobretaxa	0,00	40.317,53	F
1296/99	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	2.685,89	Milho Em Grãos	19,463	Sobretaxa	0,00	10.496,40	F
1297/99	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	26.899,10	Milho Em Grãos	194,921	Sobretaxa	0,00	105.120,90	F
1298/99	ATLAS ARMS GERAIS LTDA.	22.218.317/0002-12	31/07/1999	118.157,67	Milho Em Grãos	856,215	Sobretaxa	0,00	461.756,75	F
0288/89	CAMINO BENEFÍCIO E SERVIÇO LTDA.	13.850.000/0000-00	01/04/1992	2.717.320,32	Milho Em Grãos	11,578	INPC	0,00	21.676,15	F
0473/89	CAMINO BENEFÍCIO E SERVIÇO LTDA.	13.850.000/0000-00	01/04/1992	103.140,00	Arroz em casca	306	INPC	0,00	823,06	F



3360/88	CAMINO BENEFÍCIO E SERVIÇO LTDA.	13.850.000/0000-00	01/04/1992	69.938.916,22	Arroz em casca	228,184	INPC	0,00	557.897,17	F
1700/86	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	127.436,51	Milho Em Grãos	650	INPC	0,00	1.016,69	F
2231/86	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	1.306.627,39	Feijão Anão	2,012	INPC	0,00	10.422,90	F
2232/86	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	2.389.970,02	Milho Em Grãos	12,021	INPC	0,00	19.064,73	F
2584/88	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	15.002.894,26	Milho Em Grãos	72,930	INPC	0,00	119.676,82	F
3145/89	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	1.387.886,35	Milho Em Grãos	6,444	INPC	0,00	11.070,90	F
3941/87	CIA ARMS GERAIS UNAÍ LTDA. - Cargeul	13.983.000/0000-00	01/04/1992	4.486.879,56	Milho Em Grãos	21,811	INPC	0,00	35.791,50	F
0140/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	13.264.775,94	Milho Em Grãos	50,839	INPC	0,00	105.811,83	F
1058/90	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	8.392.666,71	Milho Em Grãos	32,166	INPC	0,00	66.947,48	F
1507/90	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	3.852.202,17	Milho Em Grãos	15,502	INPC	0,00	30.728,85	F
1508/90	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	10.948.661,38	Milho Em Grãos	44,806	INPC	0,00	87.336,90	F
1516/90	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	9.300.568,11	Arroz em casca	29,458	INPC	0,00	74.189,92	F
2358/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	109.833,88	Arroz em casca	377	INPC	0,00	876,17	F
2377/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	5.421.042,21	Arroz em casca	17,860	INPC	0,00	43.243,08	F
2378/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	2.122.387,12	Arroz em casca	7,285	INPC	0,00	16.930,34	F
2775/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	5.311.264,63	Arroz em casca	17,857	INPC	0,00	42.367,57	F
2776/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	14.621.284,30	Arroz em casca	46,762	INPC	0,00	116.633,07	F
3291/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	2.837.240,05	Milho Em Grãos	13,792	INPC	0,00	22.632,54	F
4129/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	2.047.682,34	Arroz em casca	6,992	INPC	0,00	16.334,15	F
4760/89	CIA NAC DE ARMS GERAIS LTDA.-CONAGE	02.196.798/0001-14	01/04/1992	113.067.885,74	Arroz em casca	372,510	INPC	0,00	901.933,42	F
0663/98	COOPERMOR- COOP M DE GUARDA MOR LTDA.	64.270.994/0001-49	31/03/1998	36.787,33	Milho Em Grãos	275,974	INPC	0,00	259.244,74	F
0686/88	GERALDO SILVA ARMZ LTDA.	14.474.000/0000-00	01/04/1992	531.852,24	Arroz em casca	1,770	INPC	0,00	4.242,72	F
0633/86	GERALDO SILVA ARMZ LTDA.	14.474.000/0000-00	31/07/1992	507.821,65	Feijão Anão	183	INPC	0,00	1.815,73	F
0633/86A	GERALDO SILVA ARMZ LTDA.	14.474.000/0000-00	31/07/1992	8.389,22	Feijão Anão	13	INPC	0,00	29,53	F
3747/88	GERALDO SILVA ARMZ LTDA.	14.474.000/0000-00	31/07/1992	3.110.911,77	Milho Em Grãos	14,824	INPC	0,00	11.123,42	F
5380/87	GERALDO SILVA ARMZ LTDA.	14.474.000/0000-00	31/07/1992	588.453,77	Arroz em casca	1,822	INPC	0,00	2.103,89	F

1939/84	IRMÃOS KEHDI COM E IMPORT LTDA.	14.587.000/0000-00	31/07/1992	78.215.861,55	Milho Em Grãos	124,189	INPC	0,00	279.670,82	F
0357/99	LÍDER ARMS GERAIS LTDA.	37.129.244/0010-70	30/06/1999	46.369,36	Milho Em Grãos	381,327	Sobretaxa	0,00	205.649,65	F
1241/98	LÍDER ARMS GERAIS LTDA.	37.129.244/0010-70	30/06/1999	83.442,16	Milho Em Grãos	769,535	Sobretaxa	0,00	415.010,23	F
3544/98	LÍDER ARMS GERAIS LTDA.	37.129.244/0010-70	30/06/1999	36.868,15	Milho Em Grãos	303,192	Sobretaxa	0,00	163.511,45	F
AC-1058/99	TAPUIA ARMS GERAIS PIRAJUBA LTDA.	25.963.968/0001-44	14/08/1998	49.281,87	Milho Em Grãos	428,538	Sobretaxa	0,00	21.084,47	F
AC-1057/99	TAPUIA ARMS GERAIS PIRAJUBA LTDA.	25.963.968/0001-44	31/03/1999	67.052,17	Milho Em Grãos	503,017	Sobretaxa	0,00	271.277,07	F
0960/96	WALDEMAR JOSE ZANCANARO E OUTROS	303.111.019-68	28/02/1997	13.008,10	Milho Em Grãos	2.365.106	Sobretaxa	0,00	1.275.501,67	M
0963/96	WALDEMAR JOSE ZANCANARO E OUTROS	303.111.019-68	28/02/1997	5.737,00	Milho Em Grãos	1.043.090	Sobretaxa	0,00	562.538,44	M
0962/96	WALDEMAR JOSE ZANCANARO E OUTROS	303.111.019-68	09/06/2004	323.407,01	Milho Em Grãos	1.049.001	Sobretaxa	0,00	565.726,24	M
1359/88	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	131.676.360,00	Arroz em casca	425,275	INPC	0,00	1.050.371,91	F
3500/88	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	21.480.150,87	Arroz em casca	65,505	INPC	0,00	171.345,57	F
3500/88A	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	103.432.361,20	Arroz em casca	324,472	INPC	0,00	825.072,03	F
3500/88B	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	24.069.049,06	Arroz em casca	73,400	INPC	0,00	191.996,90	F
3500/88C	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	39.410.290,16	Arroz em casca	119,628	INPC	0,00	314.372,59	F
3500/88D	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	19.354.949,98	Arroz em casca	58,751	INPC	0,00	154.392,83	F
5281/87	YPE ARMS GERAIS LTDA.	21.942.156/0001-61	01/04/1992	19.907.800,00	Arroz em casca	66,253	INPC	0,00	158.802,87	F

<b>Totais =&gt;</b>	<b>Qtd Dividas: 61</b>	<b>Valor Base: 747.025.248,96</b>	<b>Qtde Produto: 21.809.336</b>	<b>Saldo a receber:</b>	<b>R\$ 15.969.097,58</b>
---------------------	------------------------	-----------------------------------	---------------------------------	-------------------------	--------------------------

Fonte: Diafi/Sufin/Gecob

SIT. (Situação)	A = EM ANÁLISE P/GRUPO DE TRABALHO - B = COBRANÇA SUSPensa P/DETERMINAÇÃO JUDICIAL - B1 = COBRANÇA EM ANÁLISE - C = CPR/CADIN - AGUARDANDO INSTRUÇÃO - D = BAIXADO DEC.SUP./VL.IRRISORIO/PEND.SIRCO - E = ENCAMINHADO PARA COBRANÇA JUDICIAL - F = AJUIZADO - G = COMP. DÍVIDA-ASS. ESCR. PÚB. CONF. DIV. - H = DÉBITO QUITADO EM PRODUTO - I = DÉBITO QUITADO EM ESPÉCIE - J = DÉBITO BAIXADO APÓS DECISÃO JUDICIAL - K = PERD. ABSORV/BAIXA CONT./COMPENS/EXCLUS - L = PERDAS ESTORN. / RECUP. QUALID./ CANC. - M = AJUIZADO PELO B. BRASIL - N = ENC. À SUPERINTENDENCIA P/INSTRUÇÃO - O = COBRANÇA EM ANDAMENTO - P = REM. P/INSTRUÇÃO JUDICIAL - Q = EM JULGAMENTO P/TCU - R = PAGAMENTO PARCIAL EM ESPÉCIE - S = PAGAMENTO PARCIAL EM PRODUTO - T = AGUARD.COMERC. DO PRODUTO - U = FALTA DOCUMENTO P/ AJUIZ. - V = PROCESSO EXTRAVIADO - W = VERIFIQUE A SITUAÇÃO P/ ALTERAÇÃO - X = VALOR IRRISORIO P/ AJUIZAMENTO - Y = PAGAMENTO EFETUADO EM JUIZO - Z = BAIXADO DEC. SUP. PEND. (CADIN/SIRCOI)
--------------------	---

### **7.3 – Análise das ações de movimentação de estoques públicos**

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do MOC – Manual de Operações da Conab, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

O estoque de milho transferido do Estado do Mato Grosso para Minas Gerais no exercício teve o intuito de liberar espaço para recebimento da safra agrícola, e formação de estoques reguladores em Minas Gerais.

A Sureg MG recebeu em 2012 produtos transferidos do Estado do Rio Grande do Sul destinados a formação dos estoques reguladores, como arroz, açúcar, leite em pó, e que foram armazenados nas unidades de Montes Claros e Uberlândia para posterior distribuição aos programas governamentais de combate a fome e confecção de cestas básicas (mercadorias diversas) para doações a famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, coordenada diretamente pela Defesa Civil do Estado de Minas Gerais.

#### **7.3.1 – Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora**

Foi contratado o transporte para Minas Gerais, relativo à remoção de 10.000 t de milho, vinculado ao Mercado de Opções de Mato Grosso, o que representa 30% a mais que a quantidade contratada em 2011. Efetivamente foram transportadas 9.230 toneladas, representando 92,30 % da quantidade contratada, as quais foram depositadas nas unidades armazenadoras próprias da Conab em Minas Gerais, localizadas nos municípios de Juiz de Fora e Montes Claros.

Para remoção de 264 t de milho vinculado à PGPM e 5.732 t vinculado ao Mercado de Opções da PROAGE – Armazéns Gerais da Produção Ltda. localizada no município de Centralina / MG foi contratado o transporte para remoção com destino às Unidades da Conab em Minas Gerais localizadas nos municípios de Juiz de Fora e Montes Claros e Uberlândia, sendo efetivamente transportados 100,00% da quantidade contratada.

#### **7.3.2 – Remoção de produtos do PAA**

No exercício de 2012, foram removidas 275 toneladas de arroz e 88 toneladas de leite em pó da Sureg RS para a Sureg MG, produtos que foram doados às famílias em situação de insegurança alimentar por meio do convênio do MDS .

### 7.3.3 – Remoção de Produtos MI, MDA e MDS

Não houve, no exercício, a contratação de transporte para remoção de produtos vinculados ao MI, MDA e MDS.

## 7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

**Quadro 20 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento às solicitações de cadastro**

<b>Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufacturam/comercializam produtos alimentícios			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(NSa/NS)*100$ onde: NSa=Nº de solicitações de cadastro atendidas e NS=Nº de solicitações de cadastro. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>100%</b>	<b>83,6</b>	<b>90,0</b>	<b>158,07</b>

**Análise crítica do Resultado:** em 2012 foram atendidas 86,36% das solicitações de cadastro recebidas. As solicitações não atendidas em 2012 em virtude de não terem sido recebidas em tempo hábil para a realização no ano, foram agendadas para o início do ano de 2013. O mesmo acontecendo no ano de 2011, quando foram atendidas 90% das solicitações. Em 2010 foram cadastrados e recadastrados todos os armazéns do Estado de Minas Gerais, superando a meta inicialmente prevista, atingindo um percentual de 158,07 de execução física.

**Quadro 21 – Resultados do Indicador do Percentual de armazéns impedidos**

<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(NAi/NAv)*100$ onde: Nai = Nº de Armazéns impedidos e Nav = Nº de Armazéns vistoriados. Situações de Impedimento: cadastro efetivado com impedimento, credenciado com impedimento, descredenciado, impedimento financeiro Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>90,76</b>	<b>74,08</b>	<b>74,94</b>

**Análise crítica do Resultado:** o percentual de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos aumentou em 2012 em virtude do início da obrigatoriedade da Certificação das Unidades Armazenadoras. Uma das exigências estabelecidas para a habilitação técnica implica em que somente poderão assinar contrato para o armazenamento de estoques públicos ou de propriedade da Conab os armazéns que forem certificados.

#### Quadro 22 – Resultados do Indicador do Percentual de armazéns credenciados

<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Nac/Ncd)*100$ onde: Nac = N° de Armazéns credenciados e Ncd =N° de Armazéns cadastrados. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,42</b>	<b>1,61</b>

**Análise crítica do Resultado:** em 2012 todos os armazéns cadastrados e aptos para operar com os estoques públicos já possuíam contrato assinado com a Conab, antes de 2012, no exercício não houve formalização de nenhum contrato de depósito para a prestação de serviços de armazenamento de estoques públicos ou de propriedade da Conab no Estado.

#### Quadro 23 – Resultados do Indicador do Percentual de produto Armazenado em relação a capacidade estática

<b>Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>			
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Em/Ce)*100$ onde: Em=Estoque médio mensal/anual (em t) e Ce=Capacidade estática. Capacidade estática é a disponibilidade, em toneladas, para armazenamento de produtos. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>70</b>	<b>24,27</b>	<b>37,19</b>	<b>75,93</b>

**Análise crítica do Resultado:** nos últimos dois anos o índice de ocupação das unidades armazenadoras da Conab em Minas Gerais se mostrou baixo em virtude de diversos fatores como a

não recomposição dos estoques públicos em razão da não necessidade de intervenção do Governo no setor agrícola, e também em virtude dos preços elevados dos produtos agrícolas tanto no mercado nacional como internacional, resultando em uma diminuição da demanda de armazenagem.

#### **Quadro 24 – Resultados do Indicador do Percentual de Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos**

<b>Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qas/QA)*100$ onde: Qas=Quantidade armazenada para programas sociais e QA=Quantidade total Armazenada. Programas Sociais considerados: PAA, Fome Zero, Ajuda Humanitária...			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade:			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>1,85</b>	<b>1,30</b>	<b>0,70</b>

**Análise crítica do Resultado:** os estoques de produtos destinados aos programas sociais representam um percentual menor que 2% em relação aos outros produtos do Governo Federal e de terceiros.

#### **Quadro 25 – Resultados do Indicador do Custo médio para a fiscalização dos Estoques**

<b>Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio despendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado			
Tipo: Eficiência			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $Cf/Ef$ onde: Cf=Custo da fiscalização e Ef=Estoque fiscalizado (em t). O custo envolve despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros).			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope e Siafi			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (R\$ / t):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Indefinida	0,13	0,06	0,07

**Análise crítica do Resultado:** em 2012, o custo médio da fiscalização teve um aumento de 116% em relação a 2011, tal aumento justifica-se em virtude da redução de 37% dos estoques públicos, sendo que tal redução não refletiu no número de armazéns vistoriados e período de fiscalização.

**Quadro 26 – Resultados do Indicador do Percentual de desvio de produtos armazenados**

<b>Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>			
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes			
Tipo: Efetividade			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ed/Ef)*100$ onde: Ed=Estoque desviado e Ef=Estoque fiscalizado. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,05</b>

**Análise crítica do Resultado:** não foi constatado desvio de produtos armazenados vinculados aos programas governamentais em Minas Gerais nos últimos dois anos. As ações de fiscalizações periódicas, as supervisões técnicas, o controle de qualidade realizado e a conscientização dos depositários quanto às boas práticas de armazenagem contribuíram para obtenção destes resultados.

**Quadro 27 – Resultados do Indicador do Percentual de Alteração da qualidade dos produtos armazenados**

<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>			
Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento			
Tipo: Efetividade			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Eaq/Ecf)*100$ onde: Eaq=Estoque com alteração da qualidade e Ecf=Estoque Contábil fiscalizado. Considerar como alteração de qualidade: produto Abaixo do Padrão (AP) e Desclassificado. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (%):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,04</b>	<b>0,00</b>

**Análise crítica do Resultado:** não foi constatada alteração de qualidade de produtos armazenados vinculados aos programas governamentais em Minas Gerais no ano de 2012. As ações de fiscalizações periódicas, as supervisões técnicas, o controle de qualidade realizado e a conscientização dos depositários quanto às boas práticas de armazenagem contribuíram para obtenção destes resultados.

**Quadro 28 – Resultados do Indicador do Custo da remoção de produtos por tonelada**

<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>			
Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos			
Tipo: Eficiência			
Área Responsável: Geope			
Fórmula de cálculo e método de medição: Cr/Tr onde: Cr=Custo da remoção e Tr=Tonelada removida. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal e anual			
Fonte dos dados: Geope			
<b>Evolução dos resultados do Indicador (R\$ / t):</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Indefinida</b>	<b>126,84</b>	<b>211,91</b>	<b>112,71</b>

**Análise crítica do Resultado:** análise do Resultado: Pelo acompanhamento do custo de remoção de produtos é possível verificar que o quantitativo a ser contratado influencia o custo, sendo que quanto maior o quantitativo a ser removido menor o custo. No exercício de 2012 o quantitativo removido para Minas Gerais foi superior ao de 2011.



## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da Sureg MG

A Gestão Tecnológica da Conab, embora centralizada na Matriz, comporta um espaço e diversas atividades descentralizadas que permitem às Superintendências Regionais a administração de vários aspectos da Tecnologia da Informação.

A Sureg MG, administrando recursos disponibilizados pela Matriz, executa ações, sempre em consonância com o Planejamento Estratégico e com as Normas de Recursos Computacionais, visando prover o corpo de empregados da Companhia com equipamentos e *softwares* compatíveis com as atividades executadas. Neste sentido, tanto na Sede da Sureg MG, quanto nas Unidades Armazenadoras, procura-se a proporção de um microcomputador para cada empregado que efetivamente dele necessita para a consecução das suas atividades ordinárias; todos conectados à rede da Conab, em que pese a exaustão da rede lógica da Sede, a qual, em virtude da iminência da mudança de endereço, não foi reestruturada.

Em 2012 foi efetuada a substituição de todos os microcomputadores adquiridos anteriormente a 2005, uma vez que estes não mantinham mais a compatibilidade com os novos *softwares* adquiridos ou construídos pela Conab.

Com o intuito de proporcionar melhores condições de trabalho, no que diz respeito à garantia da preservação de dados e informações e, também, integrar de forma mais eficaz as unidades armazenadoras à rede da Conab, foi instalado em cada uma dessas unidades um servidor de rede, integrando de forma completa todas as unidades operacionais do Estado de Minas Gerais diretamente à rede da Conab Matriz, sem necessidade de circulação de dados pela Sede da Regional.

Desta forma, todas as unidades da Sureg MG estão atualmente interligadas à rede da Conab e todos os seus empregados possuem um *login* para acesso à rede, além de um endereço eletrônico pessoal, de forma que em qualquer lugar do Estado o acesso à Intranet é direto e as informações são trocadas e recebidas em tempo real.

Ainda no âmbito das unidades operacionais do interior do Estado, a área de tecnologia da informação da Sede da Sureg MG procura, sempre que possível, instalar equipamentos mais novos, no intuito de propiciar um menor número de intervenções, uma vez que na maioria dos municípios onde se encontram essas unidades não há disponibilidade de profissionais com especialização técnica para manutenção de *hardware*.

Em consonância com diretrizes do Governo Federal e com instruções da área de Tecnologia da Informação da Matriz da Conab, em agosto de 2007 a Sureg MG, substituindo os *softwares* da Microsoft anteriormente utilizados, instalou em todas as suas estações de trabalho a suíte de aplicativos de automação de escritório do BrOffice.org, versão brasileira do OpenOffice.org, baseado em padrões abertos, o que permite a troca de arquivos em diversos formatos, inclusive os proprietários.

Nessa mesma ocasião foram adotados como padrão o navegador de Internet Mozilla Firefox e o serviço de correio eletrônico Mozilla Thunderbird.

Embora a suíte de aplicativos do BrOffice seja bastante intuitiva e similar ao *software* da Microsoft, a Sureg MG empreendeu um grande esforço e treinou todos os seus colaboradores para a

utilização dos aplicativos do BrOffice, do navegador de Internet e do serviço de correio eletrônico.

## **8.2 – Perfil dos recursos humanos envolvidos**

Na Sureg MG, conforme estabelecido no Regimento Interno da Conab, a área de Tecnologia da Informação é diligenciada pelo Sedem – Setor de Desenvolvimento Empresarial, subordinado à Gedes – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico.

O Artigo 108 do Regimento Interno estabelece em seu item I, como atividade do Sedem: “*executar as atividades referentes à tecnologia da informação, observando o princípio de integração corporativa de softwares, sistemas e equipamentos;*”

Para a execução desta tarefa, em toda a Sede da Regional e em todas as Unidades Armazenadoras do interior do Estado o Sedem conta com uma reduzida equipe de colaboradores, composta por somente um empregado com formação Técnica em Administração de Redes e quatro estagiários, dois no período da manhã e dois no período da tarde.

## **8.3 – Segurança da informação**

De forma pioneira no âmbito da Conab, a Sureg MG implantou um sistema de *backup* de dados e documentos que vem funcionando desde 1999.

O sistema de *backup* idealizado, elaborado, implantado e administrado na Sureg MG é executado por meio de um *software* instalado em cada estação de trabalho que sincroniza e atualiza os arquivos produzidos pelos empregados armazenando-os em um Servidor de *Backup*, que fica instalado na sala dos servidores da Sureg MG.

Para cada estação de trabalho foi criada uma pasta no servidor de *backup*, contendo três subpastas, com níveis diferentes de tratamento e armazenamento de arquivos, em razão de sua utilização ou necessidade de consulta.

Além deste primeiro nível de *backup* (arquivos atualizados no servidor de *backup*) é efetuado o armazenamento e a atualização diária destas pastas em mídia removível, utilizando-se um conjunto de 04 HD, sendo que cada um deles comporta um montante de cinco cópias de todos os arquivos de trabalho produzidos na Sureg MG.

Com esta sistemática, todos os arquivos de trabalho são copiados para o Servidor de *Backup*, atualizados diariamente ao final do expediente e efetuadas cópias em HD removível.

Desta forma são armazenadas, por mês, quatro cópias de cada dia da semana. Portanto, todos os documentos gerados no âmbito da Sureg MG possuem, além do original na estação de trabalho do empregado, uma cópia atualizada no servidor de *backup* e mais vinte cópias de suas últimas edições, em HD removível. Ao final de quatro semanas os arquivos vão sendo paulatinamente sobrepostos.

Ao final de cada semana, como proteção adicional, o encarregado do Sedem leva consigo uma cópia de todos os documentos e arquivos de trabalho (também em mídia removível), visando minimizar as perdas decorrentes de um eventual sinistro com perda total dos microcomputadores e servidores da Sureg MG.

Este sistema de backup, de forma simplificada, mas também de maneira a assegurar a proteção dos dados gerados nas Unidades Armazenadoras subordinadas à Sureg MG, foi replicado e está em funcionamento em todas as unidades.

#### 8.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas

O desenvolvimento e produção de sistemas corporativos é todo centralizado na Matriz e ao longo dos últimos anos vários aplicativos têm sido disponibilizados, de forma a se consolidar a rede corporativa da Conab, com foco nas aplicações via *Web*.

Podemos citar a implementação de diversos aplicativos, disponibilizados tanto na Intranet, quanto no portal da Conab, que desde o ano de 2012, já permitem o acesso diretamente por todos os empregados da Sureg MG, lotados em qualquer uma de suas unidades operacionais, em razão da interligação de todas elas à rede da Companhia.

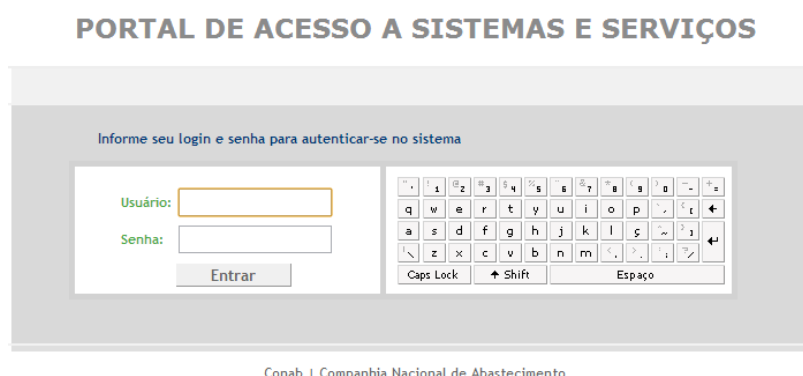
Aplicativos disponibilizados diretamente na Intranet:

**Figura 15 – Aplicativos Disponíveis para Acesso pela Intranet da Conab**



Além destes, no site da Conab, existe um *link* para a área *PORTAL DE ACESSO A SISTEMAS E SERVIÇOS*, onde, após ser efetuado o *login*, todo o empregado pode trabalhar diretamente no aplicativo relativo à sua área de atuação, conforme se mostra na figura a seguir:

**Figura 16 – Acesso ao Portal de Sistemas e Serviços**



Especificamente na Sureg MG, ao longo dos anos que se passaram da transformação do trabalho individual para o trabalho coletivo e informatizado, diversos aplicativos menores foram desenvolvidos, de maneira a facilitar a execução das tarefas e reduzir o número de erros em sua realização, resultando em melhoria de qualidade e redução do tempo de execução dos trabalhos.

Como exemplo podemos citar os seguintes aplicativos:

- Folha de ponto;
- SAS;
- SICA;
- Controle dos processos do PAA.

#### **8.4 – Contratos e serviços de terceiros na área de TI**

A contratação e o acompanhamento da manutenção dos equipamentos de informática é efetuada pela Sureg MG, o que, necessariamente, demanda um controle rigoroso do seu parque de informática, incluindo não só o controle de *hardwares*, mas também o controle de *softwares*, com o intuito, não só de preservar seu patrimônio, mas também o cumprimento da legislação no que diz respeito ao direito de propriedade intelectual.

Na sede da Sureg MG é realizada uma licitação para contratação dos serviços de manutenção dos equipamentos, com validade anual. Atualmente a empresa contratada é a Connecticut Teleinformática Comércio e Serviços Ltda., vencedora do último certame licitatório ocorrido em 01/03/2012, e prorrogado em 01/03/2013 com validade até 29/02/2014.

Para inclusão dos equipamentos que farão parte deste contrato de manutenção o Sedem – Setor de Desenvolvimento Empresarial mantém um rigoroso controle dos equipamentos a serem mantidos, excluindo deste serviço todos aqueles que ainda se encontram dentro do prazo de garantia do fornecedor e fabricante, e incluindo de forma sistemática todos aqueles para os quais os prazos de garantia expiraram de forma a assegurar que todo o parque de informática da Sureg MG esteja acobertado por serviços de manutenção.

O contrato tem cláusulas específicas de manutenções periódicas, preventivas e corretivas, visando que o funcionamento de todos os equipamentos seja rotineiramente aferido e acompanhado, com uma acentuada redução de períodos de paralisação de equipamentos por defeitos ou mau funcionamento, tanto no que se refere a *hardware* quanto a *software*.

Visando um controle e acompanhamento sistematizado do parque de equipamentos na Sede da Sureg MG, o Sedem elaborou e implantou, também, um sistema de *help desk*, que possibilita uma melhor organização do trabalho de apoio ao usuário de informática e, ao mesmo tempo, auxilia na administração do contrato firmado com empresa especializada na assistência técnica para microcomputadores, *notebooks*, impressoras e monitores de vídeo.

Em virtude da distância entre a Sede da Sureg MG e as Unidades Armazenadoras, bem como o reduzido número de equipamentos nelas instalados, não se justifica a contratação de empresa especializada em manutenção de informática para todas as unidades operacionais do interior do Estado.

O atendimento às essas unidades operacionais é prestado pela equipe da Sede da Sureg MG, já citada no item 8.2, por telefone ou por *software* de acesso remoto. No mesmo sentido é empreendida, anualmente, pelo menos uma visita técnica a estas unidades, ocasião em que se

executa a manutenção técnica dos equipamentos de informática e da rede local, bem como o controle de *hardware* e *software*.

Possuem tratamentos diferentes as Unidades Armazenadoras de Uberlândia e de Uberaba. A primeira em função do número de equipamentos de informática ali existente ser bastante superior ao das demais unidades, está sendo contratada uma empresa especializada para o apoio aos empregados que nela trabalham.

A assistência técnica prestada à Unidade Armazenadora de Uberaba, menor que a Unidade Armazenadora de Uberlândia, porém maior que as outras unidades, é efetuada por um convênio firmado com a Fureu – Fundação Rádio Educativa de Uberaba, em funcionamento já há muitos anos, no qual a Conab cedeu um espaço para instalação de uma antena no alto do seu silo de armazenagem, recebendo em troca estes serviços, sem nenhum ônus.

### 8.5 – Suficiência de equipamentos na rede da Sureg MG

Atualmente, tanto na Sede da Sureg MG, quanto em todas as unidades operacionais que lhe são subordinadas, o conjunto de computadores demonstra uma excelente suficiência de equipamentos, com um atendimento quase integral à meta de disponibilização de um equipamento para cada um dos empregados que necessitam desta ferramenta de trabalho.

**Tabela 38 – Relação de Equipamentos X Pessoal da Sede da Sureg MG**

Unidade	Nº de Empregados	Nº de Estagiários (*)	Nº de Pessoas que Utilizam Computadores	Nº de Computadores (**)	Nº de Notebooks
Sureg	3	2	5	4	
Gejur	3	2	5	4	1
Geope	2		2	2	1
Seope	16		14	14	4
Secom	20	1	19	18	
Sepab	7		7	7	
Gedes	2		2	2	
Segeo	11	1	12	12	6
Sedem	3	3	6	6	1
Gefad	2	1	3	3	1
Sereh	8		8	8	
Secof	18		18	18	
Setad	21		7	7	1
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>10</b>	<b>108</b>	<b>105</b>	<b>15</b>

Fonte: Sureg MG, Sedem e Sereh

(\*) - Os estagiários trabalham somente meio período, em horários alternados, e desta forma, geralmente utilizam o mesmo equipamento

(\*\*) - Não estão incluídos nesta relação os servidores da rede local da Sureg MG

**Tabela 39 – Relação de Equipamentos X Pessoal das Unidades Operacionais da Sureg MG**

<b>Unidades Armazenadoras</b>	<b>Nº de Empregados</b>	<b>Nº de Estagiários (*)</b>	<b>Nº de Pessoas que Utilizam Computadores</b>	<b>Nº de Computadores (**)</b>
Campos Altos	2		2	3
Conceição do Rio Verde	6	1	3	3
Juiz de Fora	8		5	4
Montes Claros	9	1	7	6
Passa Quatro	4		3	3
Perdões	4		4	3
São Sebastião do Paraíso	3		3	3
Uberaba	11	1	6	6
Uberlândia	22		17	27
Varginha	5	1	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>4</b>	<b>55</b>	<b>63</b>

Fonte: Sureg MG, Sedem e Sereh

(\*) - Os estagiários trabalham somente meio período, em horários alternados, e desta forma, geralmente utilizam o mesmo equipamento

(\*\*) - Não estão incluídos nesta relação os servidores da rede local das Unidades Armazenadoras da Sureg MG

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1 – Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Conab

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o PPA – Plano Plurianual para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macroprocessos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Sureg ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## 10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

A Conab disponibiliza informações, conhecimento para acompanhar, quantificar e monitorar as atividades relacionadas ao agronegócio em Minas Gerais, visando subsidiar ações internas e externas, na elaboração da Política Agrícola.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecerem a produção mineira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativas e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento.

Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para a comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas monitoram a produção dos principais grãos e fibras agrícolas e de interesse econômico para o Estado, desde a intenção de plantio até a consolidação da colheita pelos produtores rurais, além disto, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos produtos que compõem a safra agrícola mineira, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

### 10.1 – Análise dos Principais Resultados do Projeto SigaBrasil

O SigaBrasil é um sistema desenvolvido pela Conab considerando que as geotecnologias podem contribuir como suporte para a comunidade do agronegócio, além de subsidiar decisões governamentais quanto a eventuais intervenções e tratamento de questões logísticas localizadas.

As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram o universo de informações especializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geoespaço.

A logística do agronegócio apresenta uma estrutura complexa com informações variadas, que necessitam ser trabalhadas de forma integrada. A Sureg MG utiliza os dados disponibilizados pelo SigaBrasil no planejamento macro de seus levantamentos e realimenta o sistema com os resultados das previsões de safra que realiza.

As ações do SigaBrasil são centralizadas na Matriz, onde são compilados e tratados todos os dados levantados nas Superintendências Regionais.



## 10.2 – Análise dos principais resultados do Geosafras

O projeto Geosafras é uma iniciativa multi-institucional (Conab, INPE e PNUD), sob a coordenação da Conab, que visa o aprimoramento das estimativas de safras no Brasil com o suporte de geotecnologias como o sensoriamento remoto, GPS, sistema de informações geográficas, e também de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo.

## 10.3 – Principais resultados no levantamento de produção, nos custos e estoques de produtos agrícolas

A realização dos levantamentos de Safras Agrícola ocorre nas principais áreas de produção do Estado de Minas Gerais, consultando-se produtores rurais e fontes de informação que atuam junto ao setor agrícola, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

A tabela a seguir, contém os levantamentos efetuados em campo, pelos técnicos da Sureg MG, e respectivas periodicidades:

**Tabela 40 – Levantamentos de safras em Minas Gerais**

Tipo	Frequência/ Periodicidade	Divulgação	Responsável Pela Demanda
Levantamento de Safra de Grãos	06 vezes ao ano em campo	Até o dia 10 do mês subsequente	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Grãos	06 vezes ao ano por telefone	Até o dia 10 do mês subsequente	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Café	03 vezes ao ano (*)	Jan/Mai/Set/Dez	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Cana-de-açúcar	03 vezes ao ano	Abr/Ago/Dez	Suinf/Geasa

Fonte: Conab

(\*) O Terceiro levantamento - Fechamento da Anterior e Previsão da Nova Safra

### 10.3.1 – Levantamento da Safra de Grãos

São realizados anualmente 06 levantamentos de campo, ocasião em que são visitados 65 municípios distribuídos em 07 roteiros, abrangendo todo o Estado de Minas Gerais. Intercalando cada levantamento de campo, são realizados por via telefônica mais 06 levantamentos para atualização e acompanhamento de dados.

Os dados obtidos são trabalhados em modelo estatístico desenvolvido pela Sureg MG e compatibilizados mensalmente com o IBGE antes do encaminhamento para a Conab Matriz para análise final e posterior divulgação.

**Tabela 41 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade em Minas Gerais  
Safras 2010/2011 e 2011/2012 – 12º Levantamento**

PRODUTOS AGRÍCOLAS	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	SAFRA 10/11	SAFRA 11/12	VAR %	SAFRA 10/11	SAFRA 11/12	VAR %	SAFRA 10/11	SAFRA 11/12	VAR %
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(d)	(d/c)	(e)	(f)	(f/e)
ALGODÃO EM CAROÇO	31,6	29,6	(6,3)	3.663	3.600	(1,7)	115,8	106,6	(7,9)
Caroço de algodão				2.227	2.189	(1,7)	70,4	64,8	(8,0)
Algodão em pluma				1.436	1.411	(1,7)	45,4	41,8	(7,9)
AMENDOIM 1ª SAFRA	3,0	2,6	(13,3)	2.700	3.462	28,2	8,1	9,0	11,1
ARROZ	40,8	32,6	(20,1)	2.042	1.997	(2,2)	83,3	65,1	(21,8)
FEIJÃO TOTAL	401,3	416,5	3,8	1.451	1.543	6,3	582,3	642,6	10,4
Feijão 1ª safra	192,1	181,6	(5,5)	1.167	1.205	3,3	224,2	218,8	(2,4)
Feijão 2ª Safra	137,1	158,4	15,5	1.291	1.450	12,3	177,0	229,7	29,8
Feijão 3ª Safra	72,1	76,5	6,1	2.512	2.537	1,0	181,1	194,1	7,2
GIRASSOL	5,4	4,0	(25,9)	1.185	1.450	22,4	6,4	5,8	(9,4)
MAMONA	7,2	4,2	(41,7)	889	738	(17,0)	6,4	3,1	(51,6)
MILHO TOTAL	1.205,4	1.313,0	8,9	5.415	5.940	9,7	6.526,8	7.798,7	19,5
Milho 1ª Safra	1.148,0	1.218,5	6,1	5.399	5.978	10,7	6.198,1	7.284,2	17,5
Milho 2ª Safra	57,4	94,5	64,6	5.726	5.444	(4,9)	328,7	514,5	56,5
SOJA	1.024,1	1.024,0	(0,0)	2.845	2.987	5,0	2.913,6	3.058,7	5,0
SORGO	126,8	124,3	(2,0)	2.901	3.433	18,3	367,8	426,7	16,0
TRIGO (**)	22,5	23,0	2,2	3.908	3.917	0,2	85,3	90,1	5,6
<b>TOTAL (*)</b>	<b>2.868,1</b>	<b>2.973,8</b>	<b>3,7</b>				<b>10.650,4</b>	<b>12.164,6</b>	<b>14,2</b>

Fonte: Conab

(\*) Considerando apenas produção de caroço de algodão (60,8% nas safras 10/11 e 11/12)

(\*\*) Dados comparativos das safras comerciais 2011 e 2012.

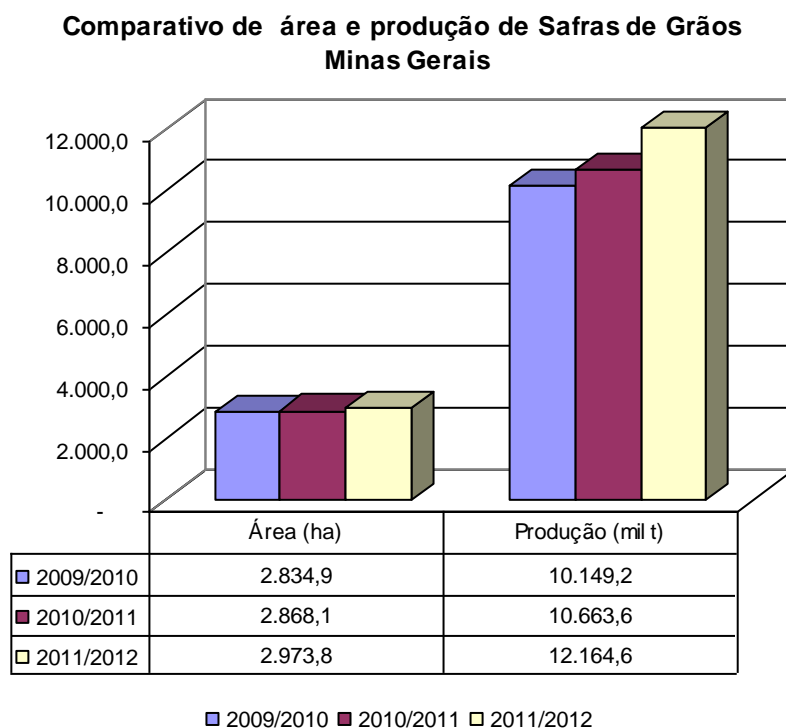
    Estimativa safra 2013: 21,5 mil ha, 3.753 kg/ha, 80,7 mil t

    Levantamento: realizado em agosto e divulgado em setembro/2012

Na safra 2010/11 o Estado de Minas Gerais fechou com área cultivada em 2.868,1 mil hectares e produção de 10.650,4 mil toneladas. Para a safra 2011/12, a área plantada com as principais culturas em Minas Gerais está estimada em 2.973,85 mil hectares, superior à da safra anterior em 3,7%. Em termos absolutos, corresponde um incremento de 105,7 mil hectares.

A produção estimada é de 12.164,6 mil de toneladas, 14,2% de aumento em relação à safra 2010/11. Tal crescimento é observado nas culturas do milho (7.798,7 mil de toneladas) e da soja (3.058,7 mil de toneladas).

**Figura 17 - Gráfico Comparativo de Área e Produção de Safras de Grãos Em Minas Gerais – de 2009/10 a 2011/12**



Fonte: Conab

A seguir, são apresentadas análises sobre o comportamento das principais culturas Mineiras, na safra 2011/12:

#### **a) Algodão**

A área de plantio apresentou uma redução de 6,3%, em comparação com a safra anterior, passando de 31,6 para 29,6 mil ha, face o desestímulo dos preços de mercado do algodão em pluma, a necessidade de rotação e a competitividade de outras culturas mais rentáveis. Estiagem no período pós-plantio e chuvas na época da colheita, bem como problemas com pragas, como o bicudo, e doenças, como a alternária, causaram perdas de produtividade em algumas áreas. As perdas foram mais sérias no Norte de Minas, onde a severidade da estiagem provocou abortamento de flores e frutos, reduzindo significativamente o rendimento inicialmente projetado e afetando a qualidade do produto colhido, e onde as áreas de soqueira, manejadas de acordo com a Instrução Normativa do IMA, apresentaram resultados relativamente melhores que os das novas áreas de plantio.

A queda de temperatura, retardando a abertura de maçãs, atrasou um pouco a colheita dos plantios da safra de verão. Para os plantios de safrinha, a colheita deve se estender até meados de setembro, quando se inicia o vazio sanitário para o algodão. No total, já foram colhidas 90% das áreas de algodão.

Estima-se um rendimento médio de 3.600 kg/ha para o estado, que significa uma redução de 1,7% em relação aos resultados alcançados no ano passado.

A produção esperada é de 106,6 mil t de algodão em caroço, sendo 64,8 mil t de caroço de algodão e 41,8 mil t de pluma.

Preços médios de comercialização: R\$56,00/@ de pluma, para produto comercializado dentro do estado, e R\$700,00/t de caroço de algodão.

### **b) Amendoim**

O plantio de amendoim sofreu uma redução de 13,3% na presente safra, passando de 3,0 para 2,6 mil ha. As lavouras foram plantadas em novembro e dezembro e a colheita concluída em maio, totalizando uma produção de 9,0 mil t e apresentando um rendimento médio de 3.462 kg/ha, superior à expectativa inicial, em razão das condições climáticas favoráveis. Destaca-se, em Minas Gerais, a participação do município de Tupaciguara, responsável por 52% da área de plantio e 79% da produção do estado.

### **c) Arroz**

A redução de 20,1% na área de plantio de arroz, que totalizou 32,6 mil ha, decorre do desestímulo de preços, da baixa rentabilidade e do risco inerente à cultura, bem como das restrições legais ao cultivo em áreas de várzea úmida. A produtividade média ficou em torno de 1.997 kg/ha, como reflexo do baixo nível de tecnologia empregado nas lavouras, notadamente de cultivo de subsistência, com eventuais excedentes comercializados em mercados locais e regionais. A colheita foi concluída em maio, gerando uma produção de 65,1 mil t, 21,8% aquém dos resultados alcançados na safra anterior.

Preços de comercialização: R\$36,00 a R\$40,00/sc 60 kg.

### **d) Feijão 1ª Safra**

A área cultivada com feijão 1ª safra totalizou 181,6 mil ha, representando uma queda de 5,5% em relação à safra passada, em razão da ocorrência de mosca branca na região Noroeste, principal região produtora do Estado, da competitividade dos mercados de milho e soja, do histórico de perdas quantitativas com chuvas na época da colheita do produto e também da menor doação de sementes do Programa Minas sem Fome.

O cultivo comercial de feijão se concentra, predominantemente, no Noroeste, onde o nível tecnológico de condução das lavouras permite a obtenção de elevados níveis de produtividade. Já nas lavouras de feijão conduzidas por agricultores familiares, o nível tecnológico e a produtividade são relativamente baixos, predomina o plantio de sementes salvas, e apenas o excedente da produção se destinando à comercialização.

A colheita foi concluída em março, com uma produtividade média de 1.205 kg/ha, ligeiramente superior à da safra passada, mas a produção fechou em queda de 2,4%, com 218,8 mil t.

### **e) Feijão 2ª Safra**

Foram plantados 158,4 mil ha de feijão 2ª safra, predominantemente de feijão cariocinha, e o incremento de 15,5% na área foi motivado pelo aquecimento dos preços de mercado. O plantio sofreu pequeno atraso em função do veranico ocorrido em fevereiro e março, mas foi concluído ainda no primeiro trimestre.

Condições climáticas favoráveis no decorrer do ciclo produtivo das lavouras favoreceram ganhos de produtividade da ordem de 12,3%, estando a produtividade média estimada em 1.450 kg/ha, tendo sido relatados apenas alguns casos pontuais de perdas por ocorrência de mosca branca.

A colheita já foi concluída, totalizando uma produção de 229,7 mil t, 29,8% maior que a safra do ano anterior.

Preços de comercialização: R\$110,00 a R\$135,00/sc 60 kg de feijão cariocinha.

#### **f) Feijão 3ª Safra**

O plantio de feijão 3a safra, estimado em 76,5 mil ha, já apresenta um crescimento de 6,1% em relação à safra passada, motivado pelos bons preços de mercado praticados ao longo do ano, e que induziram muitos produtores a optar pelo cultivo de feijão nas áreas de pivô, em detrimento do trigo irrigado.

As lavouras foram plantadas entre abril e agosto, e 35% das áreas já foram colhidas, mas ainda se encontram lavouras em fase de desenvolvimento vegetativo, floração, frutificação e maturação.

A produtividade média esperada para o Estado é de 2.537 kg/ha, visto tratar-se de lavouras altamente tecnificadas, conduzidas sob irrigação, e a produção estimada é de 194,1 mil t, 7,2% superior à safra passada.

Preços de comercialização: R\$110,00 a R\$135,00/sc 60 kg de feijão cariocinha.

#### **g) Girassol**

Foram plantados apenas 4,0 mil ha de girassol na presente safra, o que representa uma redução de 25,9%, em decorrência de baixos rendimentos ocorridos na safra passada, do fechamento da usina de beneficiamento de Três Pontas que vinha estimulando o plantio da cultura no Sul de Minas e da paralisação das ações de fomento da PETROBRAS no centro-oeste do estado, dificultando a comercialização da produção.

A maior parte das lavouras de girassol foi plantada no período de safrinha, em março e abril, e a colheita já foi realizada em 80% das lavouras, devendo ser concluída até início de setembro. As lavouras vêm se desenvolvendo bem, favorecidas pelas boas condições climáticas, e produtividade média foi reavaliada para 1.450 kg/ha, superando em 22,4% os resultados alcançados na última safra.

A produção foi estimada em 5,8 mil t, 15,6% inferior à safra 2010/2011.

Preços de comercialização: R\$54,00/sc 60 kg.

#### **h) Mamona**

Houve uma redução de 41,7% no plantio de mamona, em razão dos baixos preços pagos pelo produto e do cancelamento do convênio da Emater/MG com a PETROBRAS, que realizava toda a logística de distribuição de sementes, assistência técnica, colheita e comercialização dos grãos. Houve, ainda, uma queda substancial de produtividade, da ordem de 17,0%, em razão da forte estiagem que atingiu o Norte de Minas, principal região produtora, no período compreendido entre meados de janeiro e meados de março. A colheita já se encontra praticamente concluída, resultando numa produção 51,6% aquém da safra 2010/2011.

Os resultados da presente safra se traduzem em área de 4,2 mil ha, produtividade de 738 kg/ha e 3,1 mil t.

#### **i) Milho 1ª Safra**

A área cultivada nesta safra apresentou um aumento de 6,1%, em função dos bons resultados alcançados na última safra, do comportamento favorável do mercado, da disponibilidade de crédito e da necessidade de rotação de cultura.

O plantio ocorreu entre os meses de agosto e dezembro e as lavouras já se encontram integralmente colhidas.

Condições climáticas favoráveis e melhoras no pacote tecnológico contribuíram para o bom desenvolvimento das lavouras e para manter a tendência de crescimento nos índices médios de produtividade, que atingiram 5.978 kg/ha, representando um ganho de 10,7% em comparação com o ano anterior.

A produção, recorde no estado, aumentou 17,5%, atingindo 7.284,4 mil t. Lideram a produção do estado os municípios de Uberaba, Unaí, Sacramento, Perdizes e Buritis, que respondem por quase 20% da safra mineira de milho de verão.

Preços de comercialização: R\$26,00 a R\$29,50/sc 60 kg.

#### **j) Milho 2ª Safra**

O plantio de milho safrinha, estimulado pelo aquecimento dos preços de mercado e viabilizado pelas condições climáticas favoráveis e também pelo aumento do cultivo de soja precoce, apresentou um crescimento de 64,6% na presente safra, totalizando 94,5 mil ha.

O plantio se concentrou em fevereiro e março e a colheita, iniciada em junho, deve ser concluída até o final de agosto.

Apesar das boas condições climáticas no decorrer do ciclo produtivo das lavouras, a produtividade está estimada em 5.444 kg/ha, 4,9% inferior à safra passada, redução que pode ser atribuída ao incremento do cultivo de milho safrinha em sequeiro na presente safra.

Confirmados os dados de área e produtividade, a produção esperada é de 514,5 mil t, superando a safra 2010/2011 em 56,5%. Preços de comercialização: R\$26,00 a R\$29,50/sc 60 kg.

#### **k) Soja**

O plantio de soja se manteve em 1.024,0 mil ha na presente safra, mas vem se observando uma tendência de crescimento do uso de variedades precoces, com vistas a melhorar a segurança dos plantios de safrinha subsequentes.

As lavouras foram plantadas entre outubro e dezembro e se encontram totalmente colhidas, com uma média de produtividade da ordem de 2.987 kg/ha. A despeito dos efeitos negativos da estiagem na Região Noroeste, notadamente nas sojas de ciclo médio e tardio, as condições climáticas de maneira geral foram consideradas favoráveis ao desenvolvimento das lavouras, com reavaliações, para maior, nos índices de produtividade de alguns municípios, e o resultado ainda ficou 5,0% acima da safra passada, que foi seriamente prejudicada pela ocorrência de chuvas na colheita da soja precoce.

A produção passou de 2.913,6 mil t para 3.058,7 mil t, apresentando um crescimento 5,0%. Lideram a produção do estado os municípios de Unaí, Uberaba, Paracatu, Buritis e Uberlândia, que juntos respondem por quase 40% da produção mineira.

Preços de comercialização: R\$72,00/sc 60 kg.

#### **l) Sorgo**

A cultura do sorgo tem sido, predominantemente, implantada no período de safrinha, para aproveitamento do solo, normalmente em sequência à colheita da soja precoce, e geralmente prevalece sobre o cultivo do milho safrinha, por se tratar de cultura mais resistente à insuficiência hídrica característica do período.

A área total de plantio somou 124,3 mil ha, 2,0% inferior à safra passada. Houve redução na área do sorgo 1ª safra, de 16,8 para 6,5 mil ha, em face da maior competitividade de outras culturas no calendário de plantio da safra de verão, mas, por outro lado, cresceu o plantio do sorgo 2ª safra, motivado pelo estímulo de preços de mercado do milho, que refletem diretamente no mercado do sorgo, e favorecido pelas condições de clima e disponibilidade de solo, haja vista que houve uma intensificação do plantio de soja precoce na presente safra.

As lavouras de sorgo 1ª safra, que se concentram mais no Norte de Minas, foram plantadas no final de 2011 e já integralmente colhidas, tendo seu rendimento sido bastante prejudicado pela estiagem. Já as lavouras de sorgo 2ª safra, que representam 94,8% do total, foram plantadas, predominantemente, em fevereiro e março, e sua colheita, iniciada em junho, sofreu atrasos em decorrência das chuvas e da queda de temperatura mas já foi concluída em mais de 90% das

áreas, e, de modo geral, com rendimentos bem melhores que os da safra anterior, em virtude das boas condições climáticas.

A produtividade média do sorgo no estado está estimada em 3.433 kg/ha, 18,3% acima do ano anterior, cujos rendimentos foram prejudicados pelo longo período de estiagem.

Espera-se uma produção de 426,7 mil t, 16,0% maior que a safra 2010/2011.

Preços de comercialização: R\$20,00/sc 60 kg.

#### **m) Trigo**

O plantio de trigo em Minas Gerais foi estimado em 21,5 mil ha, 6,5% abaixo da safra anterior. Houve uma redução no cultivo do trigo irrigado, principalmente nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste, visto que muitos produtores acabaram optando pela implantação de culturas julgadas mais competitivas em suas áreas de pivô. O prolongamento do período chuvoso estimulou o crescimento do plantio de sequeiro em todo o estado, com destaque para a região central do estado, onde a cultura tem apresentado altos níveis de produtividade e se destacou pela qualidade da produção, constituindo uma nova oportunidade de negócio e uma boa opção como rotação de cultura, mas este incremento foi insuficiente para reversão da tendência de queda na área total de plantio.

As condições climáticas favoráveis vêm sinalizando ganhos em produtividade tanto nas áreas de sequeiro quanto nas áreas irrigadas, mas a produtividade média geral da presente safra deve fechar em torno de 3.753 kg/ha, com uma redução de 4,2%, em razão do aumento relativo das áreas de plantio em sistema de sequeiro.

As lavouras de sequeiro já se encontram em fase adiantada de colheita, e as lavouras irrigadas também já começam a ser colhidas, com conclusão prevista para a primeira quinzena de outubro.

Estima-se uma produção total de 80,7 mil t, 10,4% menor que a safra passada.

Preços de comercialização: R\$620,00 a R\$680,00/t.

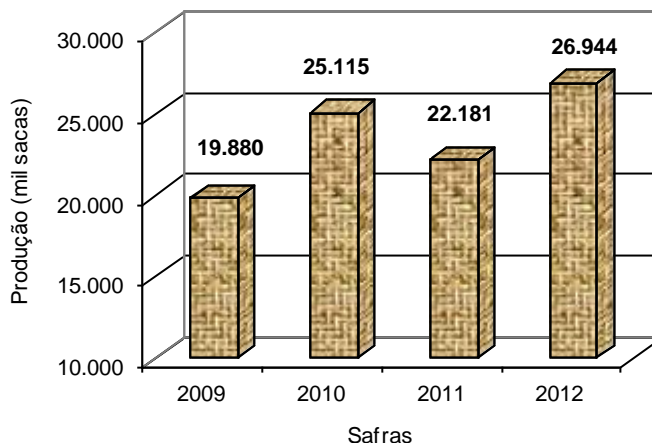
### **10.3.2 – Levantamento da Safra de Café**

Para o levantamento da safra de café, foram realizados três levantamentos em campo, nos meses de abril, agosto e dezembro, utilizando pessoal próprio da Superintendência Regional de Minas Gerais, sendo que o terceiro levantamento corresponde ao fechamento da safra atual e abertura da nova safra.

A produção de Minas Gerais está estimada em 26,94 milhões de sacas de café na safra 2012, com variação percentual de 3,3% para mais ou para menos. A produtividade média do estado atingiu 26,20 sacas de café por hectare.

Em comparação com a safra anterior, a estimativa sinaliza um crescimento da produção cafeeira em 21,47%. Este incremento se deve a bialidade positiva da cultura, ao aumento da área em produção e a melhora dos tratos culturais das lavouras incentivados pela recuperação dos preços do café, em que pese à tendência de inversão da bialidade fisiológica dos cafezais nas regiões da Zona da Mata Mineira.

**Figura 18 – Gráfico Comparativo de Produção de Safras de Café Em Minas Gerais – de 2009 a 2012**



Fonte: Conab

Destacamos que a Sureg MG realizou o primeiro teste da implantação da nova metodologia para Avaliação das Safras Brasileiras de Café, a ser unificada em todo território nacional em novembro/2012, na região do cerrado mineiro, com a participação ativa dos seus próprios técnicos, que pode analisar e avaliar o modelo proposto.

### **10.3.3 – Levantamento da Safra de Cana de Açúcar**

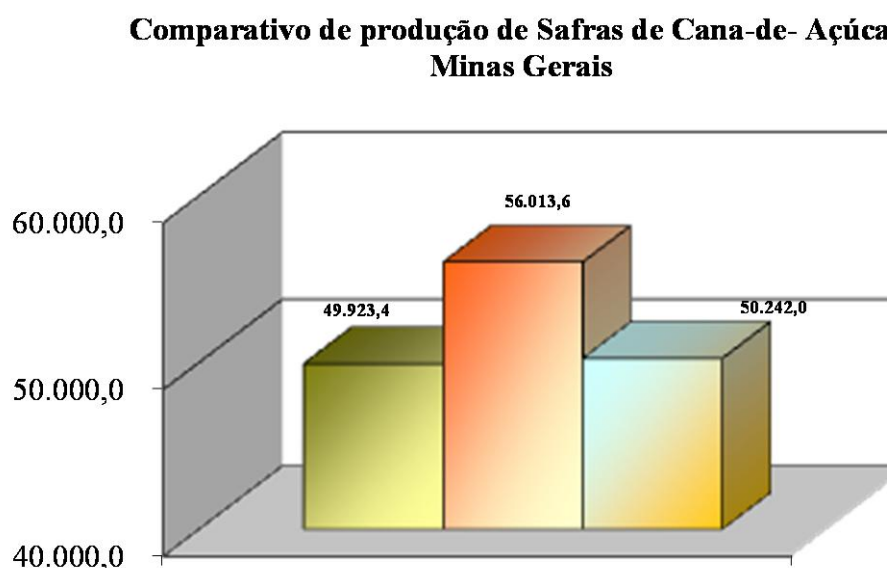
A cana de açúcar tem um cronograma pré-estabelecido pela Conab com a concordância do Departamento de Agroenergia do MAPA, para realização de três levantamentos de safra de cana-de-açúcar durante o ano de 2012. Os levantamentos aconteceram nos meses de março, julho e novembro.

A safra de cana de açúcar 2011/12 ressentiu-se da grave crise financeira de 2008, que prejudicou a renovação do canavial, além do clima seco do ano passado e da forte estiagem deste ano. Isso provocou uma redução significativa na produção mineira para cerca de 50,2 milhões de toneladas. Potencialmente, Minas Gerais teria condições de moer cerca de 58 milhões de toneladas este ano.

Em algumas regiões, a produtividade da cana apresentou quedas superiores a 20%. Outro fator que tem afetado a produtividade agrícola é o florescimento da planta que vem ocorrendo em várias regiões do Estado. Esse aspecto reduz a produtividade agrícola e a concentração de açúcares no colmo. Com a redução da cana moída e também da sua qualidade, o Estado produzirá menos açúcar e etanol que o previsto no início da safra.



**Figura 19 - Gráfico Comparativo de Produção de Safras de Cana de Açúcar Em Minas Gerais – de 2009 a 2012**



Fonte: Conab

### **10.3.4 – Outras atividades relativas à Disseminação de Conhecimento**

#### **a) Canal direto com o IBGE**

A Sureg MG mantém um canal direto com o IBGE na área do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária, através de reuniões constantes para discussão e acerto de eventuais distorções na área de safras agrícolas, além de participar do Gcea MG – Grupo de Coordenação Estatística Agropecuárias do IBGE.

#### **b) Representação no Conselho Estadual de Política Agrícola**

Outro destaque da Sureg MG é a participação nas câmaras técnicas setoriais da Avicultura, Arroz e Feijão, Bovinocultura de Leite, Cachaça, Café, Fruticultura, Grãos, Suinocultura, Seguro e Crédito Rural, Algodão e Trigo, coordenadas pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

#### **c) Participação de Comissões Técnicas do MAPA**

A Sureg MG participa, também, das reuniões da Comissão de Sementes e Mudanças de MG, da Subcomissão Técnica de Milho e da Subcomissão Técnica de Arroz e Trigo do MAPA em Minas Gerais.

#### **d) Pesquisa de preços**

São realizadas pesquisas de coleta de preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos no nível do produtor, do atacado e do varejo, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz; além de atender demandas locais.

A Sureg MG efetua pesquisa de preços de insumos mensalmente visando à atualização de custos de produção de diversos produtos, além de pesquisar semanalmente os preços recebidos pelos produtores na comercialização de sua produção, sendo que diariamente se faz a prospecção dos preços de milho nas regiões do triângulo e do noroeste mineiro atendendo determinação do setor de custo de produção na Matriz. Também procede à coleta de preços de atacado de produtos agropecuários (frango, leite, grãos, produtos regionais como o pequi, farinha de mandioca, etc.).

Atendendo demanda da área de armazenagem na Matriz, a Sureg MG informa nas quinzenas e no final de cada mês, o preço do café visando a averbação do seguro relativo às nossas unidades armazenadoras.

### **10.3.5 – Siagro – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento**

O Siagro é um sistema de informações de preços implantado pela Conab para atingir os seguintes objetivos:

- “Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento”;
- Desenvolvimento de um conjunto de aplicações que contemplam informações coletadas e geradas por diversas áreas da Conab (Suinf, Sugof, Suope, Supab, Suarm e Sureg);

Semanalmente, a Sureg MG alimenta o Siagro com os preços coletados no Estado, mantendo a devida atualização.

### **10.3.6 – Custo de Produção da Agricultura Familiar e Comercial**

O custo de produção agrícola é uma excepcional ferramenta de controle e gerenciamento das atividades produtivas e de geração de importantes informações para subsidiar as tomadas de decisões pelos produtores rurais e, também, de formulação de estratégias pelo setor público e privado.

O papel do Estado na agricultura tem nas informações do pacote tecnológico e no custo de produção excelente indicativo para a elaboração de políticas públicas em prol do produtor rural e no fomento da produção.

No âmbito do governo federal, em se tratando de agricultura, a Conab tem conhecimento e experiência acumulada na elaboração de custos de produção agrícola e a sua metodologia tem sido referência para entidades estatais e não-estatais. Suas informações são de fundamental importância para a elaboração e implementação de políticas públicas e de abastecimento e são disponibilizadas à sociedade, de forma completa e detalhada no site da Conab.

De acordo com a metodologia para o levantamento do custo de produção, a Conab atualizou os pacotes tecnológicos dos seguintes custos de produção:

- a) para a PGPAF: café arábica em Manhuaçu – MG;
- b) para a PGPM: café arábica em São Sebastião do Paraíso, Patrocínio e Guaxupé (MG);

A Sureg MG organiza reuniões para discussão da formação do custo de produção dos produtos solicitados, agenda a participação de produtores, representantes de associações, representantes de cooperativas e técnicos, além de acompanhar o pessoal da Gecup durante os deslocamentos a campo.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1 – Alocação de Empregados

Os empregados da Conab são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e a alocação de servidores é feita via concurso público, pelo qual os candidatos são alocados na área/subárea e região para a qual prestaram o concurso, obedecendo aos critérios estabelecidos nos editais.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela quatro remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas desta Sureg.

Atualmente essa realocação acontece por meio de transferência, atendendo interesse da Companhia e do empregado, sob condições estabelecidas em norma específica. No caso do interesse da Companhia, a alocação acontece em função das experiências e conhecimentos dos empregados.

### 11.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a Companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

- **Notícias do Dia** – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.
- **Correio Eletrônico** – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados, etc.). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.
- **Intranet** - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação, etc.
- **Internet** – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

### 11.3 – Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Durante o exercício, algumas ações foram implementadas com o objetivo de melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.

Primeiramente foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de levantar informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento.

Foram proferidas palestras ao corpo funcional, pela empresa Health Total – Medicina e Segurança do Trabalho, sobre os seguintes temas:

- Comportamento de segurança do trabalho;
- Stress; e,
- Responsabilidade civil em segurança do trabalho.

Durante o exercício recebemos a visita do Presidente da Companhia e do Diretor de Administração e Finanças, e nessas ocasiões foram realizadas reuniões com o corpo funcional para tratar de assuntos de interesse geral e para que os integrantes da Diretoria pudessem expor as perspectivas da empresa, podendo-se destacar os seguintes assuntos:

- Andamento das providências para agilizar o aporte de recursos para o Fundo de Pensão privada dos empregados da Conab;
- Concurso Público;
- Possibilidade de acordo com os empregados para pagamento dos níveis relativos à promoção por merecimento;
- Liberação de recursos para viabilizar mudança da Sede da Sureg MG para outro prédio;
- Plano de desligamento voluntário;
- Alocação de recursos para a mudança da sede da Sureg MG;
- Reestruturação da Companhia, dentre outros.

Tais iniciativas contribuíram para aproximar o corpo funcional da Sureg MG dos membros da Diretoria Colegiada da Conab, oportunidade em que os mesmos puderam ouvir dos próprios empregados, as demandas e anseios do corpo funcional.

Recebemos também a visita do médico do trabalho/credenciado e coordenador do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da Sede da Sureg MG, tendo o mesmo proferido palestra para o corpo funcional com o tema “Qualidade de Vida”.

Registramos ainda, que em junho de 2012, foi assinado pelo Sr. Presidente da Conab e pelo Diretor de Administração e Finanças, o Termo de Cessão Gratuita do prédio que abrigará a nova Sede da Sureg MG.

Salientamos que a transferência para a nova sede terá reflexos no nível de satisfação dos empregados e conseqüente melhoria do clima organizacional, já que esta Sureg encontra-se instalada em reduzido espaço físico, sem mobiliário adequado, e em instalações inadequadas.

Para o exercício de 2013, está previsto a realização de palestra sobre relacionamento interpessoal para todo o corpo funcional, e de *Workshop* direcionado exclusivamente para o corpo gerencial.

## 11.4 – Ações de Conhecimento e Aprendizagem

**Tabela 42 – Demonstrativo de Treinamentos**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	7	126:00	18:00
Auditoria	1	27:00	27:00
Comunicação Social	18	190:00	10:55
Educação e Desenvolvimento	33	592:00	18:00
Financeira	12	464:00	38:60
Gerencial	1	06:00	06:00
Informática	-	-	-
Jurídica	10	48:00	04:80
Operacional	4	104:00	26:00
Planejamento	5	116:00	23:20
Qualidade	-	-	-
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>1.673:00</b>	<b>18:38</b>

Fonte: Digepe/Sumoc/Gecap

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo o PEC - Plano de Educação Corporativa, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$135,38.

Em 2012 foram realizados 91 treinamentos na Sureg MG com decréscimo de aproximadamente 83,51% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em

quase todas as áreas, destacando-se a Administrativa. A redução só não foi maior devido à participação de trinta e três empregados em cursos de língua portuguesa referente a nova ortografia, realizado na Sede desta Superintendência. Esse decréscimo ocorreu, principalmente, em função das restrições orçamentárias que interferiram diretamente na diminuição do número de treinamentos. E, muito embora tenha diminuído o número de treinandos, houve aumento na média de carga/horária por participante.

A partir de 2012, com base na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, a Conab celebrou contrato com a Entidade Sem Fins Lucrativos, RenApsi – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração, visando a implantação do Programa de Aprendiz.

Nessa oportunidade, a Sureg MG foi contemplada com 05 vagas de jovens aprendizes, assim distribuídos: 04(quatro) na Sede da Superintendência e 01 (um) na Unidade Armazenadora de Uberlândia, que estão sendo aproveitados nos setores administrativos da Companhia.

## 11.5 – Informações sobre recursos humanos da Sureg MG

### 11.5.1 – Composição do quadro de servidores ativos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, menores aprendizes, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Dest – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Em relação aos empregados readmitidos na condição de anistiados, a Conab não estabeleceu lotação em separado para a Matriz e Regionais.

**Tabela 43 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	<b>Não há</b>	<b>259</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos de Carreira	-	259	4	1
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	<b>Não há</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Diretor	-	-	-	-
2.2. Assessor	-	-	-	-
2.3. Requisitado	-	-	-	-
<b>3. Conselheiro de Administração / Fiscal</b>	<b>Não há</b>	-	-	-
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	<b>Não há</b>	-	-	-
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>		<b>259</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: Digep/Sugep

Do quadro de empregados, 139 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 53,66% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados (total de 09) cujas admissões ocorreram em exercícios anteriores.

A Sureg MG contava no final de 2012 com 259 empregados, dos quais 118 encontravam-se lotados na sede, 76 nas Unidades Armazenadoras, 7 cedidos e 58 em efetivo exercício em outros órgãos.

O contingente em efetivo exercício em outros órgãos restringe-se aos empregados anistiados que, em razão da dificuldade de aproveitamento dos mesmos pela Conab, foram prestar serviços a outros órgãos da Administração Federal, sem passar pela Conab.

**Tabela 44 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	<b>91</b>	<b>1</b>	<b>34</b>	<b>12</b>	<b>2</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		5	10	26	34	6	91	1	34	12	2
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Carreira				3	1		17		6	9	2
2.2. Contrato Especial (Diretor , Assessor, Conselheiro)											
2.3. Requisitado											
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>29</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>108</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>21</b>	<b>4</b>
<b>4. Total Geral</b>	<b>259</b>										
<b>LEGENDA - Nível de Escolaridade:</b> 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado;											

Fonte: Digep/Sugep

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 65 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade visando o aproveitamento desses empregados em outras funções, haja vista que não podem ser utilizados em atividades correlacionadas com sua atual formação profissional, sob pena de incorrerem em desvio de função.

A necessidade imediata de recomposição do efetivo de pessoal na Sede da Sureg MG, aferida em recente levantamento em todas as áreas, é de 28 empregados com a seguinte qualificação:

- 12 empregados de nível superior;
- 16 empregados de nível médio;
- 02 motoristas.

**Tabela 45 – Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	<b>33</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		33	3	5
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	<b>33</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: Digep/Sugep

No exercício de 2012, a Sureg MG contava em seu quadro de pessoal com 33 empregados ocupando cargos comissionados, assim distribuídos: Superintendência 04 (quatro), Gerência Financeira e Administrativa 05 (cinco), Gerência de Desenvolvimento Empresarial 04 (quatro), Gerência Operacional 05 (cinco), Unidade Armazenadora de Uberlândia 06 (seis), Unidade Uberaba 02 (dois) e as Unidades Armazenadoras de Passa Quatro, Conceição do Rio Verde, Varginha, Perdões, São Sebastião do Paraíso, Campos Altos, Juiz de Fora e Montes Claros, 01 (um) cada, representando 12,74% da força de trabalho.

Do total de empregados com cargos comissionados, 15 possuem Nível Superior e os demais Ensino Médio.

Em comparação com o exercício anterior não houve alteração no quantitativo de cargos comissionados.

**Tabela 46 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cédidos (1.1+1.2)</b>	<b>65</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	-
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	65
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	2
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>0</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	-
3.2. Licença Maternidade – Empresa Cidadã – 60 dias	-
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	<b>2</b>
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
5.1. Sem ocorrência	-
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>69</b>

Fonte: Digep/Sugep



Do quadro total de pessoal da Sureg MG, 26,95% encontravam-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado na tabela acima. Desta forma, do total de 259 pessoas que compõem a força de trabalho da Sureg MG, os empregados efetivos que realmente prestam serviços à própria Sureg MG atingem o montante de 190 colaboradores (259-69).

Em 2012, do total de empregados cedidos, 35 possuíam idade acima de 55 anos, representando 53,84% desta força de trabalho. Deste mesmo contingente de pessoal, 66,15% foram enquadrados no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão da sua baixa escolaridade à época da demissão, ocorrida no período de 1990 e 1991.

A baixa escolaridade da maioria desses empregados e o seu enquadramento funcional foram fatores determinantes para o não aproveitamento deste contingente de pessoas na Companhia.

Dentre as dificuldades de aproveitamento pela Conab podemos citar, também, a falta de perfil adequado, inexistência de unidades da Conab nos locais de residência dos anistiados e impossibilidade dos mesmos de se transferirem para outros municípios em decorrência de problemas de saúde, da idade avançada, da dificuldade de recomeçar uma atividade profissional fora do seu local de residência e falta de condições financeiras para viver em outro local ante a necessidade de ter que arcar com despesas de aluguel, dentre outros.

Os anistiados que se enquadravam nesta situação foram remanejados/cedidos para órgãos federais com unidades no próprio município em que residem.

**Tabela 47 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	107.682,12
1.1 Área Fim	3	3	3	3	
1.2 Área Meio	6	5	4	5	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	
2.1 Área Fim	1	1	1	3	
2.2 Área Meio	4	4	4	3	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	

Fonte: Sereh/Siafi

Além dos empregados, a Sureg MG contava com 08 estagiários de nível superior e 06 de nível médio, com custo anual de R\$107.682,12 (bolsa-salário e auxílio transporte).

Em comparação ao exercício anterior, houve redução de 64,07% no total das despesas, bem como diminuição do número de estagiários, ocorrida em função do retorno de alguns empregados anistiados.

**Tabela 48 – Custos de Pessoal no Exercício de 2010 / 2011 / 2012**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	14.141.764,76	-	-	66.909,84	784.622,00	2.408.929,42	-	455.623,68	-	<b>17.857.849,70</b>
	2011	15.066.544,94	-	-	72.982,56	772.393,00	2.459.089,90	-	3.170,20	-	<b>18.374.180,60</b>
	2012	18.297.456,64	-	-	26.598,48	418.417,00	2.728.741,00	-	509.227,82	-	<b>21.980.440,94</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	1.791.902,79	-	-	-	17.578,00	618.145,43	-	60.760,81	-	<b>2.488.387,03</b>
	2011	1.942.841,33	-	22.986,24	-	-	645.040,90	-	25.195,03	-	<b>2.636.063,50</b>
	2012	2.403.528,42	-	6.304,30	-	-	737.060,39	-	50.643,80	-	<b>3.197.536,91</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	4.850.250,92	-	1.857.893,68	-	57.702,00	536.994,88	-	239.417,08	-	<b>7.542.258,56</b>
	2011	6.532.232,48	-	1.869.464,00	-	92.703,00	586.204,50	-	-	-	<b>9.080.603,98</b>
	2012	6.543.825,28	-	1.972.271,78	-	14.729,00	609.375,96	-	199.195,88	-	<b>9.339.397,90</b>
<b>Pensão Vitalícia</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>

Fonte: Dige/Sugep

Em 2012, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg MG foi de R\$ 34.517.373,75, com crescimento de 14,71% sobre o valor de 2011 e 23,76% sobre o valor de 2010.

As despesas com Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença no valor de R\$ 3.197.536,91 representou um custo de 9,26% em relação ao valor total.

As despesas com Servidores Ocupantes de Cargos Comissionados no valor de R\$ 9.339.397,90, representou um custo de 27,06% do valor total.

A tabela com os Custos de Pessoal constante da folha anterior, não contém os encargos sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae, etc.) demonstrados abaixo.

**Tabela 49 – Demonstrativo dos Custos com Encargos Sociais dos Empregados**

<b>Custo com Encargos Sociais dos Empregados da Sureg MG</b>			
Período	2010	2011	2012
Empregados cedidos	R\$ 370.697,77	R\$ 409.050,43	R\$ 515.601,34
Demais empregados	R\$ 5.576.708,98	R\$ 6.352.432,92	R\$ 7.343.274,28
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 5.947.406,75</b>	<b>R\$ 6.761.483,35</b>	<b>R\$ 7.858.875,62</b>

Fonte: Digep/Sugep

### 11.5.2 – Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão

No exercício de 2012 houve a demissão de 01 (um) empregado no âmbito desta Superintendência Regional, ocorrida por justa causa, em razão de infringir os incisos I, VI e VIII, do artigo 169; § único do artigo 172 e § 1º do artigo 173, todos do Regulamento de Pessoal da Companhia – Processo nº 21200.000484/2008-76.

A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

### 11.5.3 – Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

**Tabela 50 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>33</b>	<b>152</b>	<b>38</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		3	33	152	38
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>4</b>

2.1. Cargos de Carreira		3	9	17	4
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>42</b>	<b>169</b>	<b>42</b>

Fonte: Digep/Sugep

Para os empregados da Conab prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

Considerando a idade avançada da maioria dos empregados, cuja média atual é de 57 anos, constatamos a existência de 75 empregados (28,95% do número do quadro de pessoal) que reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa, em Minas Gerais (já superaram o tempo de contribuição para o INSS e a idade de 56 anos para aposentadoria pelo Cibrius).

Com o aumento da participação do contingente maduro na Empresa, a preocupação centraliza-se nos empregados acima de 57 anos (total de 91), pela sua importância no mercado de trabalho, sua experiência e sua responsabilidade no sustento da família.

Assim, a qualificação profissional e a valorização desses empregados no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem se constituir prioridade das políticas voltadas à força de trabalho maduro, com o objetivo de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

Em face do número de empregados em condições para se desligarem da Companhia, a implementação de um PDVI (previsão para 2013) e ainda, a ampliação de algumas atividades no âmbito desta Sureg (Venda Balcão, Programa de Aquisição de Alimentos, etc.), tornar-se-á necessário a realização de concurso público para preenchimento das vagas que possivelmente serão abertas.

#### 11.5.4 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores de desempenho relativos à Gestão de Pessoas que estão sendo propostos e analisados são:

#### Quadro 29 – Resultados do Indicador de Rotatividade de Pessoal

<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover Total</b>
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.
Tipo: Eficácia
Área Responsável: Suret/Gepes
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.

Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta e resultado p/ o exercício de 2012</b>		<b>Número de pessoas</b>	<b>Resultados nos anos anteriores (número de pessoas)</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
< que 5%	0 %	0	1	1

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:** Em 2012 não houve movimentação de pessoal no âmbito da Sureg MG.

### Quadro 30 – Resultados do Indicador de Percentual de Realização de Exames Médicos Periódicos

<b>Nome do Indicador: Percentual de Realização de Exames Médicos Periódicos</b>				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sudep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$ , onde: ASOem= n° de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Número de pessoas</b>	<b>Resultado nos anos anteriores (número de pessoas)</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
100,00%	91,89 %	238	223	147

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:** Em relação ao exercício de 2011, houve um acréscimo de 6,72% no quantitativo de empregados que realizaram o exame médico periódico no âmbito desta Sureg, representando 91,89% do quadro de empregados.

### Quadro 31 – Resultados do Indicador de Percentual de Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

<b>Nome do Indicador: Percentual de Ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais</b>				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades da Companhia.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sudep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $N^{\circ} \text{ de } (AT+DO)/QLm$ onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Número de ocorrências</b>	<b>Resultado nos anos anteriores (número de acidentes ou ocorrências)</b>	

<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Próximo a zero	0,77 %	2	1	0

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:** No exercício de 2012, tivemos a ocorrência de 02 acidentes de trabalho no âmbito da Sureg, ambos de empregados lotados na Sede da Superintendência. Um dos acidentes ocorreu no percurso trabalho/residência e outro dentro das instalações da Sede.

### **Quadro 32 – Resultados do Indicador de Percentual de Empregados com Nível Superior**

<b>Nome do Indicador: Percentual de Empregados com Nível Superior</b>			
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia			
Tipo: Eficácia			
Área Responsável: Sudep/Gebem			
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ENS/QLex)*100$ , onde: Ens= Empregados com Nível superior e QLex=Quadro de lotação no exercício. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.			
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais			
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>			
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Indefinida	34	34	34

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:** Em relação aos exercícios de 2010 e 2011 não houve alteração no quantitativo de empregados com nível superior no âmbito da Sureg MG.

### **11.6 – Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

No ato da admissão nesta Sureg MG, todo empregado é obrigado a preencher e assinar o formulário denominado “DECLARAÇÃO DE CARGO, EMPREGADO OU FUNÇÃO PÚBLICA”, declarando que, além de não possuir outro emprego, é de seu conhecimento que qualquer omissão constituirá presunção de má-fé, e se comprometendo a cientificar a Conab, caso venha a assumir cargo ou função em outra Entidade Pública ou Privada.

Portanto, no âmbito desta Sureg, inexistem situações de acumulação irregular de cargo, função ou emprego público.

### **11.7 – Previdência Complementar – Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

### Quadro 33 – Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	Cibrius
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora – Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – <a href="http://www.cibrius.com.br">www.cibrius.com.br</a>
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### 11.7.1 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

No exercício de 2012, a Sureg MG contou com 80 participantes ativos, cujas contribuições de empregados atingiram o montante de R\$ 753.668,22, representando uma média de R\$ 9.420,85 por participante. E, em relação à Conab nacional, esta Sureg teve uma participação de 4,96% no montante geral que atingiu o valor de R\$ 15.179.741,18.

#### 11.7.2 – Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre Contas Contábeis 331900703 e 331900701)

No exercício de 2012, a Sureg MG contou com 80 participantes ativos, cujas contribuições PATRONAIS atingiram o montante de R\$ 753.358,86, representando uma média de R\$ 9.416,98 por participante. E, em relação à Conab nacional, esta Sureg teve uma participação de 4,97% do montante geral que atingiu o valor de R\$ 15.173.095,79.

#### 11.7.3 – Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo Cibrius

No exercício de 2012, a Sureg MG contou com 75 participantes **assistidos** pelo Cibrius, atingindo o montante de R\$ 1.194.759,42, o que representou uma média de R\$ 15.930,12 por participante. E, em relação à Conab nacional, esta Sureg teve uma participação de 5,23% do montante geral que atingiu o valor de R\$ 22.824.464,73.

#### 11.7.4 – Resultado financeiro do Cibrius (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

**Tabela 51 – Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral  
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

<b>RENDA FIXA</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

<b>IMÓVEIS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

<b>CARTEIRA GERAL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013  
Fonte: Carta/Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.



**11.7.5 – Demonstrativo da Posição das aplicações do Cibrius**  
(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

**Tabela 52 – Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento**  
Parte 1 de 2

<b>Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento</b>						
<b>Plano de Benefício Definido – PBD</b>						
Discriminação	Esp. Tipo	Qtde	Dez/2012			
			Valor (R\$)	% Enquadramento		
				Atual	P.I.	Res 3.792
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>677.910.254,73</b>	<b>100,00</b>		
<b>SEGMENTO RENDA FIXA</b>			<b>566.987.931,58</b>	<b>83,64</b>	<b>70 a 100</b>	<b>0 a 100</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
<b>NOTAS DO TESOUREO NACIONAL</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a 15/08/2014	NTN-B	6.410	14.450.743,14			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a 15/08/2014	NTN-B	11.050	24.864.160,88			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN-B	6.200	13.789.769,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN-B	3.000	6.663.268,31			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.350	5.210.929,79			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.550	6.206.695,36			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a 15/08/2020	NTN-B	19.500	52.628.670,60			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2014	NTN-B	29.350	65.903.157,78			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2016	NTN-B	19.550	43.603.661,24			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a 15/08/2016	NTN-B	4.800	10.677.323,84			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/02/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.200	6.057.598,72			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/04/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.050	5.644.580,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN-B	10.400	23.045.685,00			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/07/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.850	10.600.797,76			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/08/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.600	9.912.434,27			
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA</b>			<b>43.895.850,13</b>			
LFS ITAU - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	22.092.067,28			
LFS BRADESCO - 16/08/2012 a 16/08/2018	LSF	40	21.803.782,85			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			<b>102.093.482,07</b>	<b>15,06</b>		
Banco do Brasil S/A - Institucional Federal	FI	7.886.950,66	17.542.370,71			
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	51.044,88	22.888.832,15			
BRB FICFI RF 300 MIL	FI	1.821.756,99	3.018.732,58			
HSBC FI Regimes de Previdência	FI	6.598.620,14	10.333.908,30			
Voto Allocated Inflação RF	FI	6.275.273,32	10.199.349,45			
Icatu Van IPC	FI	3.183.574,87	5.001.967,67			
Banco Itaú S/A - Institucional Inflação	FI	674.913,62	11.543.067,97			
BTG Pactual IPCA	FI	3.363.938,43	9.257.520,77			
BCSUL - VERAX 5SE	FIDC	928,79	6.702.113,50			
BMG Créditos consignados VIII - 4ª Série	FIDC	4.979,00	5.605.618,97			
<b>DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL (DPGE)</b>			<b>121.739.122,43</b>	<b>17,96</b>		<b>0 a 80</b>
BANCO BRJ S/A - 28/12/2010 a 28/12/2015	DPGE	5.000	6.482.882,78			
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	6.041.166,15			
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	5.788.856,07			
Banco BMG S/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	12.177.511,20			
Banco BMG S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	6.000	9.084.482,45			
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	12.057.589,69			
OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento - 19/10/09 a 19/10/14	DPGE	10.000	15.114.419,65			
Banco Máxima S/A - 19/11/2009 a 19/11/2014	DPGE	9.000	13.479.621,53			
PORTOCRED Financeira - 12/05/2010 a 12/05/2015	DPGE	8.000	10.948.563,10			
BARIGUI FINANCEIRA S/A - 18/11/2010 a 18/11/2015	DPGE	6.000	8.669.954,10			
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	11.442.838,43			
BANCO RURAL - 17/08/2012 a 17/08/2015	DPGE	5.000	5.225.618,64			

**Tabela 53 – Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento  
Parte 2 de 2**

<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		<b>0 a 80</b>
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEL</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	735.047,00			
<b>SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>			<b>52.167.879,11</b>	<b>7,70</b>	<b>4 a 20</b>	<b>0 a 70</b>
<b>AÇÕES</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
América Latina Logística - ALLL3	ON	30.000	249.300,00			
Ambev - AMBV4	PN	20.000	1.711.600,00			
Bradesco - BBDC4	PN	70.000	2.461.900,00			
Brasil Foods - BRFS3	ON	51.000	2.151.690,00			
BMFBovespa S.A. Bolsa de Valores - BVMF3	ON	30.000	420.000,00			
Companhia Energética de Minas Gerais - CMIG3	ON	87.500	1.916.250,00			
Companhia Paranaense de Energia - CPLE6	PNB	10.600	336.020,00			
Companhia Siderúrgica Nacional - CSNA3	ON	46.000	545.560,00			
Eletróbrás - ELET6	PNB	50.000	524.000,00			
Fibra - FIBR3	ON	2.730	61.616,10			
Aes Tiete - GETI4	PN	20.000	471.800,00			
Gerdau - GGBR4	PN	28.000	502.040,00			
Itaúsa - ITSA4	PN	76.230	738.668,70			
ItaúUnibanco - ITUB4	PN	65.000	2.170.350,00			
Lojas Americanas - LAME4	PN	26.058	477.643,14			
Minasfer S/A - MNCO5	PNA	500.000	65.905,00			
MRV - MRVE3	ON	126.000	1.509.480,00			
Petrobrás - PETR3	ON	120.000	2.346.000,00			
Petrobrás - PETR4	PN	200.000	3.904.000,00			
Usiminas - USIM5	PNA	44.000	563.200,00			
Vale - VALE5	PNA	75.000	3.065.250,00			
Telefônica Brasil - VIVT4	PN	7.092	347.508,00			
Weg - WEGE3	ON	10.000	270.000,00			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES</b>			<b>18.746.779,68</b>	<b>2,77</b>		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,67	3.030.815,48			
BTG Absoluto Institucional FIA	FIA	3.282.891,27	5.141.568,45			
Fator Prisma Institucional	FIA	23,08	36.541,48			
JGP Institucional FIA	FIA	32.465,52	5.232.729,72			
Itaú RPI Ações	FIA	3.788.719,77	5.305.124,55			
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>			<b>6.611.318,49</b>	<b>0,98</b>		
Debêntures COMANCHE	DEB	4.967.391	6.611.318,49			
<b>SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>	<b>0 a 10</b>	<b>0 a 20</b>
<b>QUOTAS DE FUNDO IMOBILIÁRIO</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>		
Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	FII	3.028	4.796.675,16			
Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	FII	35.649	7.824.955,50			
<b>SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>	<b>0 a 8</b>	<b>0 a 8</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>		
<b>EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>	<b>IMO V</b>		<b>2.464.626,13</b>	<b>0,36</b>		
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	2.464.626,13			
<b>EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>			<b>16.458.869,37</b>	<b>2,43</b>		
SHN Q. 02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	271.419,73			
CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.881.154,71			
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - BSB - DF	IMOV	1	743.553,58			
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	4.885.553,30			
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.677.188,05			
<b>INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER</b>			<b>11.938.425,00</b>	<b>1,76</b>		
Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte - BSB - DF	IMOV	1	11.938.425,00			
<b>SEGMENTO OPERAÇÕES COMPARTICIPANTES</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>	<b>0 a 15</b>	<b>0 a 15</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>		
Simples / Emergência	EMPR		14.179.163,05			

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos reguladores e fiscalizadores das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

### **11.7.6 – Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do Cibrius** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- Em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos”;
- Em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% para 19,93% sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%;
- A atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- O grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimentos; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- O déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o PUC – Crédito Unitário Projetado tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do Dest, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar, contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/Cginp-MP, de 07/02/2013, o Dest se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos,*

*quais sejam: Dest, STN, MAPA, Previc, Conab e Cibrius, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à Conab por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora Conab e posteriormente à Previc para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1 – Análise da Execução Orçamentária

#### 12.1.1 - Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

As execuções orçamentárias das ações de Governo sobre a responsabilidade da Sureg MG estão relacionadas no Quadro a seguir e detalhadas nos subitens 12.1.1.1 a 12.1.1.14.

**Quadro 34 - Relação das Ações de Governo com Execução Orçamentária pela Sureg MG em 2012**

Programa / Órgão Responsável	Objetivo	Iniciativa	Ação
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo
			2000 - Administração da Unidade
			2004 - Assistência Médica
			20CW - Exames Periódicos
			2011 - Auxílio-Transporte
			2012 - Auxílio-Alimentação
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	4572 - Capacitação de Servidores
			0022 - Cumprimento de Sentenças
			00H2 - Pagamento Depósitos Recursais

#### 12.1.1.1 – (2130) Formação de Estoques Públicos

**Quadro 35 – Resultados da Ação (2130)**

<b>(2130) – Formação de Estoques Públicos</b>							
Unidade de Medida			Produto adquirido				
Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001							
PTRES = 01678							
Meta Física (kg)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
207.600	115.900	57,56 %	200.000.000,00	40.246.145,27	20,12 %	32.252.404,20	690.746,19

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para aquisição de produtos, visando a formação de estoques públicos, foram previstos, para o Estado de Minas Gerais, recursos no montante de R\$200.000.000,00.

Entretanto, em função dos preços praticados no mercado agrícola mineiro e dos principais produtos amparados pela PGPM apresentarem, de modo geral, preços equilibrados ou acima dos preços mínimos fixados pelo Governo em 2012, não houve demanda para intervenção governamental.

Foram utilizados, para pagamento de despesas, recursos da ordem de R\$40.246.145,27, correspondentes a 20,12% do valor disponibilizado para a Superintendência Regional de Minas Gerais.

Ressalte-se também, que foram adquiridas 119.500 unidades de sacaria de polipropileno para ensacar o milho destinado ao Programa de Venda em Balcão.

### 12.1.1.2 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Esta ação tem como objetivo a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização nas unidades armazenadoras sob jurisdição da Sureg MG.

**Quadro 36 – Resultados da Ação (2829)**

<b>(2829) – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns</b>							
Unidade de Medida				Unidade Modernizada			
Programa de Trabalho = <b>20.122.0352.28290001</b>							
PTRES = <b>1689</b>							
Meta Física (nº de unidade)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>6</b>	<b>7</b>	<b>116 %</b>	<b>507.133,26</b>	<b>94.406,93</b>	<b>18,62 %</b>	<b>7.688,00</b>	<b>245.207,72</b>

Fonte: Supor e Siafi

Durante o ano de 2012 foram executados serviços de manutenção/recuperação/modernização em 07 unidades armazenadoras em Minas Gerais.

Da despesa de R\$ 94.406,93 realizada pela Sureg MG representa um aumento de 91,85% em relação a realizada em 2011.

### Quadro 37 – Resultados do Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

<b>Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas</b>
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA
Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) *100				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
<b>Resultados:</b>				
2007				200,00
2008				180,00
2009				100,00
2010				112,50
2011				40,00
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizada:</b>	<b>116,00</b>

A meta inicial previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 6 unidades armazenadoras estabelecidas no Estado de Minas Gerais, tendo sido ultrapassada com a execução de serviços de recuperação em 07 unidades armazenadoras.

#### **Quadro 38 – Resultados do Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria**

<b>Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria</b>				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) *100				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
<b>Resultados:</b>				
2007				98,77
2008				92,44
2009				99,35
2010				94,31
2011				0,67
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>18,62</b>

Os gastos com a recuperação e modernização da rede armazenadora previam para o exercício de 2012 a aplicação de R\$ 507.133,26, mas em virtude da dificuldade na elaboração de projetos, sendo que o

maior volume de recursos previstos dependia de elaboração de projetos e editais, somente foram contratados e efetivamente liquidados R\$ 94.406,93, representando 18,62 % dos recursos disponibilizados.

Como uma ação de correção da carência na elaboração de projetos para a contratação de serviços, em novembro de 2012 foi publicado o edital de convocação para credenciamento de empresas de arquitetura visando suprir a deficiência de profissionais para a elaboração de projetos de engenharia.

### 12.1.1.3 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

A ação de fiscalização dos estoques tem por finalidade apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. É realizada periodicamente pela Conab na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC – Manual de Operações da Conab em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

**Quadro 39 – Resultados da Ação (2137)**

<b>(2137) – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares</b>							
Unidade de Medida				Fiscalização Realizada			
Programa de Trabalho = <b>20.125.0352.2137.0001</b>							
PTRES = <b>01690</b>							
Meta Física (nº de fiscalizações)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>85</b>	<b>176</b>	<b>207 %</b>	<b>150.000,00</b>	<b>72.608,07</b>	<b>48,41 %</b>	<b>54.585,42</b>	<b>118.069,13</b>

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Durante o ano de 2012 foram realizadas as 05 etapas de fiscalização em consonância com o calendário preestabelecido pela Sufis com vistas a notificar a armazenadora quanto aos fatos apurados em relação às condições quantiqualitativas dos estoques, aos procedimentos técnicos de armazenamento e a situação técnico-operacional dos depósitos, orientar e indicar as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, proceder ao registro para fins de alteração no controle de estoques, indicar a necessidade de alteração quanto a situação cadastral da unidade armazenadora, informar as depreciações, perdas e faltas a serem indenizadas, as transferências irregulares de estoques ocorridas e demais anormalidades que exijam providências complementares necessárias.

Da despesa realizada pela Sureg MG de R\$ 72.608,07 corresponde a gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção de técnicos para a realização das cinco etapas da fiscalização dos estoques públicos no Estado de Minas Gerais.



#### Quadro 40 – Resultados do Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas

<b>Nome:</b> Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
<b>Resultados:</b>				
2008				209,23
2009				240,71
2010				159,67
2011				106,43
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>207,00</b>

O percentual de unidades armazenadoras fiscalizadas em Minas Gerais superou a meta prevista na LOA em 207%. A grande disparidade entre a meta prevista e a executada justifica-se em virtude de realização de fiscalização de venda balcão em 2012, atividade que não estava prevista inicialmente.

#### Quadro 41 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

<b>Nome:</b> Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: anual				
Responsável: Gerente da Gefis e da Gesup				
<b>Resultados</b>				
2007				98,77

2008				78,85
2009				99,60
2010				84,34
2011				60,65
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>48,41</b>

No ano de 2012 a atividade de fiscalização em Minas Gerais realizou 48,41 % da meta estabelecida para execução da dotação orçamentária prevista na LOA. No exercício houve uma significativa redução da execução orçamentária, explicada em virtude de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultante de comercialização e escassa aquisição de novos produtos.

#### 12.1.1.4 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Esta ação tem como objetivo o registro estatístico de informações relativas a identificação de unidades armazenadoras que servirão de apoio à política agrícola e de armazenagem sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Cadastro Nacional de Armazéns foi instituído pela Lei nº 8.171 de 1991 art. 42 e em consonância com o Decreto nº 3.855 de 2001 art. 9º.

O cadastro e acompanhamento de unidades armazenadoras junto à Companhia é realizado por meio da base de dados do Sicarm – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, contemplando todo o seu ciclo de vida: cadastro, impedimento, credenciamento e descredenciamento de armazéns, cadastro de contrato, termo aditivo, termo de rescisão, impedimentos, descredenciamentos e credenciamentos de agentes, registro de perdas de estoque e informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país.

#### Quadro 42 – Resultados da Ação (4702)

<b>(4702) – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras</b>							
Unidade de Medida			Unidade Cadastrada				
Programa de Trabalho = <b>20.126.0352.4702.0001</b>							
PTRES = <b>01692</b>							
Meta Física (nº de unidades)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>50</b>	<b>32</b>	<b>64 %</b>	<b>20.000,00</b>	<b>18.583,24</b>	<b>92,91 %</b>	<b>0,00</b>	<b>97.582,28</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Durante o ano de 2012 foram realizados 32 cadastros e/ou recadastamentos de unidades armazenadoras localizadas no Estado de Minas Gerais para atender as solicitações encaminhadas à Sureg MG pelo setor armazenador.

Da despesa realizada pela Sureg MG 92,91% corresponde a gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção de técnicos para a realização do censo das unidades armazenadoras no Estado do Paraná, onde foram visitados todos os municípios com armazéns cadastrados. Os

cadastros e recadastramentos realizados no Estado de Minas Gerais foram realizados concomitantemente as fiscalizações de estoques públicos e privados.

#### Quadro 43 – Resultados do Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados

<b>Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados</b>				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sicarm – Sistema de Cadastro de Armazéns em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados:</b>				
2007				-
2008				-
2009				9,50
2010				158,07
2011				-
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>64,00</b>

A meta física prevista e estabelecida aprovada na LOA/2012 foi realizada para atender as solicitações encaminhadas à Sureg MG pelo setor armazenador. No ano de 2010 em função do Censo de Unidades Armazenadoras realizado em Minas Gerais, onde foram vistoriados todos os armazéns cadastrados, sendo que naquele ano a atividade de cadastro de armazéns superou a meta inicialmente estabelecida na LOA em 58,07%.

#### Quadro 44 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns</b>				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				

Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados:</b>				
2007				95,89
2008				25,39
2009				19,63
2010				95,67
<b>2011</b>				-
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>92,91</b>

No exercício de 2012 foi utilizado 92,91% da dotação orçamentária prevista para o Estado de Minas Gerais, recursos estes que foram utilizados na realização do Censo de Armazéns no Estado do Paraná. A realização de cadastro/recadastramento de unidades armazenadoras concomitante a outros programas desenvolvidos pela Sureg MG, permitiram a realização dos cadastros em 2011, sem utilização da dotação orçamentária da ação.

#### Quadro 45 – Resultados do Indicador de Custo por Unidade Cadastrada

<b>Nome: Custo por Unidade Cadastrada</b>				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados (R\$):</b>				
2007				56,82
2008				8,76
2009				124,91
2010				51,88
<b>2011</b>				<b>0,00</b>
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado:</b>	<b>580,72</b>

Comparando os últimos 05 anos o custo unitário por unidade cadastrada possui uma variação relativamente grande entre si, podendo ser explicada devido aos cadastros/recadastramentos a serem realizados pela Sureg MG a partir da solicitação dos armazenadores, e que essa demanda pode ser maior ou menor dependendo do ano e também pela realização de Censo das Unidades Armazenadoras, como as realizadas no Estado de Minas Gerais em 2010 e a realizada no Estado do Paraná, operação esta que teve a participação de dois empregados da Sureg MG.

### 12.1.1.5 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Esta ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

**Quadro 46 – Resultados da Ação (4711)**

<b>(4711) – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras</b>							
Unidade de Medida				Pesquisa Realizada			
Programa de Trabalho = <b>20.605.0360.4711.0001</b>							
PTRES = <b>01699</b>							
Meta Física (nº de pesquisas)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>12</b>	<b>12</b>	<b>100 %</b>	<b>150.000,00</b>	<b>127.844,14</b>	<b>85,22 %</b>	<b>95.065,28</b>	<b>110.766,29</b>

Fonte: Siafi, Supor e Geasa

Durante o ano de 2012 foram realizados 12 levantamentos para pesquisa, acompanhamento e avaliação da Safra de Grãos, sendo 06 levantamentos de campo, ocasião em que são visitados 65 municípios distribuídos em 07 roteiros, abrangendo todo o Estado de Minas Gerais, e intercalados com levantamentos por via telefônica para atualizar e acompanhar a Safra de Grãos.

Com relação aos levantamentos de campo, além da preparação da documentação correlata, é feito o agendamento prévio com as diversas fontes consultadas, como escritórios de consultoria agrônômica, órgãos de extensão, cooperativas, agentes de créditos, produtores e técnicos. Os dados obtidos são expandidos e encaminhados para a Suinf/Geasa com os respectivos relatórios. Em nível estadual a Sureg MG, por intermédio da Gedes/Segeo, efetua a compatibilização dos resultados obtidos com o IBGE e promove sua divulgação.

Da despesa realizada na Conab MG, 85,22% corresponde a gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção, referente às visitas de técnicos da Superintendência de Minas Gerais ao campo, para fechamento da safra 2011/12 e estimativas de plantio da safra 2012/13. Comparando os resultados de 2011 e 2010 em relação à meta financeira prevista sinalizaram 63,37% e 73,84% , respectivamente, do orçamento do ano 2012.

**Quadro 47 – Resultados do Indicador Percentual de Pesquisa de Safras**

<b>Nome: Percentual de Pesquisa de Safras</b>
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA
Objetivo: Acompanhar o atendimento da meta estabelecida na LOA
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %
Meta: Igual ou superior a 100%
Fórmula de Cálculo: (X/Y) *100

Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
<b>Resultados:</b>				
2007				150 %
2008				100 %
2009				100 %
2010				100 %
2011				100 %
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00 %</b>	<b>Realizado</b>	<b>100 %</b>

A meta física global prevista e estabelecida aprovada na LOA/2012 e nos últimos 4 anos foi realizada através de pesquisas de safra de grãos com doze levantamentos, em meses alternados com pesquisas de campo e por via telefônica, e-mail, abrangendo todo o estado de Minas para acompanhamento e atualizações dos dados.

#### **Quadro 48 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras</b>				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
<b>Resultados:</b>				
2007				99,14 %
2008				61,92 %
2009				83,07 %
2010				92,31 %
2011				95,07 %
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>85,22 %</b>

O resultado deste indicador, 85,22 % do valor orçamentário programado, considerando o pleno cumprimento das ações realizadas no levantamento de safra de grãos no Estado de Minas Gerais, conclui pela compatibilidade entre o orçamento e a realização dos gastos com pesquisas de safras na Sureg MG, durante o ano de 2012 e os respectivos anos anteriores.

Ressalte-se que foi atingido o percentual total de etapas de pesquisas de avaliação de safras, com um desembolso de somente 85 % dos valores orçamentários previstos para esta despesa, significando eficácia na aplicação dos recursos na Sureg MG.

#### 12.1.1.6 – (00H1) Pagamento Pessoal Ativo

**Quadro 49 – Resultado da Ação (00H1)**

<b>(00H1) – Pagamento Pessoal Ativo</b>		
Unidade de Medida	Não se aplica	
Programa de Trabalho = <b>20122210520TP0001</b>		
PTRES = <b>060680</b>		
Meta Financeira (R\$)		
Prevista	Realizada	Índice
<b>7.500.000,00</b>	<b>7.454.014,54</b>	<b>99,38 %</b>

Fonte: Siafi, Supor e Geasa

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

#### 12.1.1.7 – (2000) Administração da Unidade

**Quadro 50 – Resultado da Ação (2000)**

<b>(2000) – Administração da Unidade</b>		
Unidade de Medida	Não se aplica	
Programa de Trabalho = <b>20122210520000001</b>		
PTRES = <b>060690</b>		
Meta Financeira (R\$)		
Prevista	Realizada	Índice
<b>5.000.000,00</b>	<b>4.565.096,85</b>	<b>91,30 %</b>

Fonte: Siafi, Supor e Geasa

Trata-se de despesas administrativas no âmbito da Sureg MG, cujo percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta ação.

### 12.1.1.8 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

**Quadro 51 – Resultados da Ação (2004)**

<b>(2004) – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>							
Unidade de Medida				Pessoa Beneficiada			
Programa de Trabalho = 20.301.2105.2004.0001							
PTRES = 043213							
Meta Física (nº de pessoas)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
730	721	98,76 %	1.040.000,00	1.033.149,91	99,34 %	827.958,37	852.329,03

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Sureg MG e de seus dependentes típicos e atípicos, foi descentralizado durante o exercício de 2012, dotação orçamentária no valor de R\$ 1.040.000,00. Durante o exercício foram gastos R\$1.033.149,91, perfazendo 99,34% da meta financeira.

No acumulado de 2012, a média mensal de beneficiários foi de 721, isto é, 98,76% da meta física de 730 beneficiários mensais.

**Quadro 52 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde**

<b>Nome: Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde</b>			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
<b>Resultados:</b>			
2008			60,90
2009			100,28
2010			102,03
2011			98,61
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>98,76</b>



Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador.

Comparativamente ao exercício de 2011, houve uma redução de 8,04% no percentual de atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde, em decorrência da exclusão de diversos dependentes que completaram a maior idade.

### Quadro 53 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2008				99,95
2009				99,91
2010				99,69
2011				99,99
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,34</b>

Comparativamente ao exercício de 2011, embora o percentual de execução financeira tenha sofrido redução, em decorrência também, da exclusão de diversos dependentes, o percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

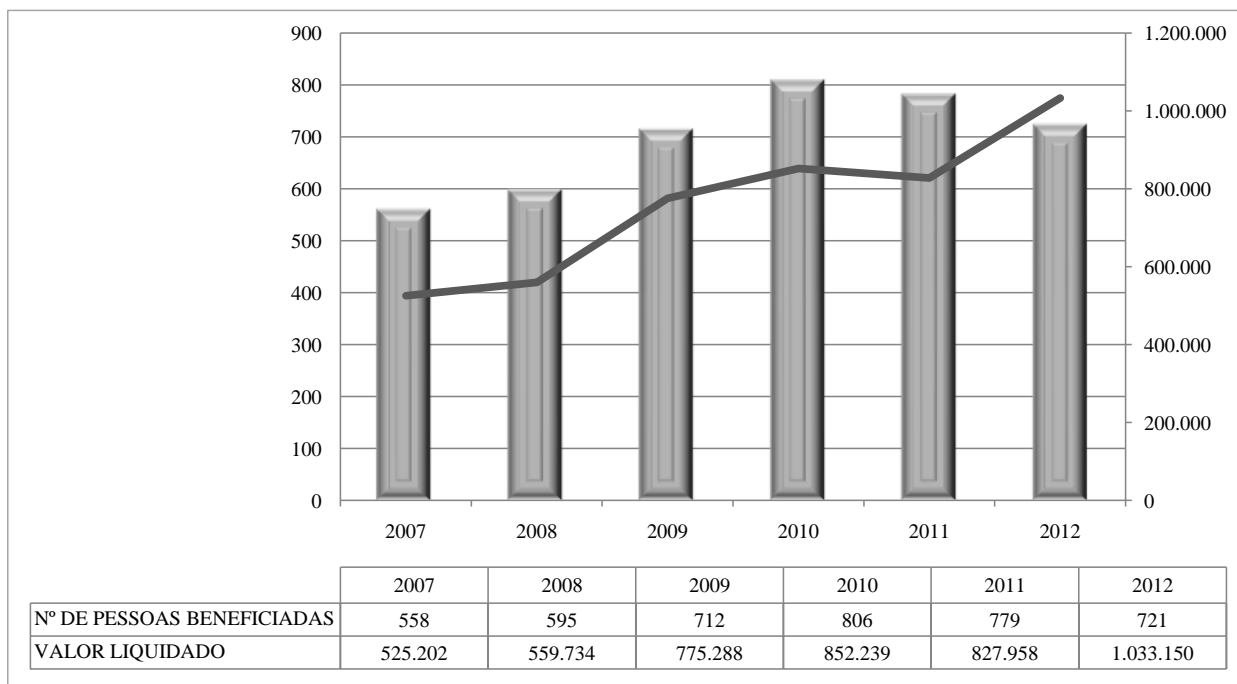
### Quadro 54 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde

<b>Nome: Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde</b>	
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS	
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS	
Tipo: Eficiência	
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento	

Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2008				940,73
2009				1.088,89
2010				1.057,48
2011				1.062,85
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>1.432,94</b>

Comparativamente ao exercício de 2011, o percentual de atendimento apresentou uma elevação de 34,82%, em decorrência de inúmeras cirurgias realizadas no exercício, e ainda, a majoração da tabela com os estabelecimentos credenciados.

**Figura 20 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2012 – SAS**



Fonte: Sureg MG / Gefad/Sereh

### 12.1.1.9 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

**Quadro 55 – Resultados da Ação (20CW)**

<b>(20CW) – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos</b>							
Unidade de Medida				Servidor Beneficiado			
Programa de Trabalho = 20.301.2105.20CW.0001							
PTRES = 043212							
Meta Física (nº de servidores)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
255	238	93,33 %	80.000,00	87.040,12	108,80 %	70.431,60	39.022,01

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Sureg MG, foi descentralizado durante o exercício de 2012, dotação orçamentária no valor de R\$80.000,00. Durante o exercício foram gastos R\$87.040,12, perfazendo 108,8% da dotação orçamentária.

No acumulado de 2012, a média mensal de empregados foi de 238, isto é, 93,33% da meta física mensal de 255 empregados.

**Quadro 56 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde – Exames Periódicos**

<b>Nome: Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde</b>			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
<b>Resultados:</b>			
2011			91,77
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>93,33</b>

Em relação à meta estabelecida para 2012, houve uma redução de 7,67% no percentual de atendimento do Serviço de Assistência à Saúde – Periódicos, em decorrência das dificuldades encontradas por alguns empregados para realização dos exames, principalmente aqueles cedidos a outros órgãos da administração federal, localizados em municípios pequenos e distantes dos grandes centros urbanos, que não contam com estabelecimentos e profissionais de saúde (hospitais, clínicas e laboratórios). Ressalte-se ainda que, nestes casos, as despesas com o deslocamento e pagamento dos exames são custeadas pelo empregado, para posterior ressarcimento pela Companhia.

**Quadro 57 – Resultados do Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde – Exames Periódicos**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2011				99,90
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>108,8%</b>

O percentual de execução ficou 8,8% acima da previsão estabelecida para esta Ação, em virtude do acréscimo no número de exames autorizados pela Companhia em 2012 em relação ao exercício anterior, conforme estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

**12.1.1.10 – (2011) Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados**

**Quadro 58 – Resultados da Ação (2011)**

<b>(2011) – Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados</b>							
Unidade de Medida				<b>Servidor Beneficiado</b>			
Programa de Trabalho = 2033.12105.2011.0001							
PTRES = 043209							
Meta Física (nº de servidores)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>215</b>	<b>237</b>	<b>110,23 %</b>	<b>10.000,00</b>	<b>8.566,00</b>	<b>85,66 %</b>	<b>7.200,00</b>	<b>8.432,60</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Sureg MG, foi descentralizado durante o exercício de 2012, dotação orçamentária no valor de R\$10.000,00. Durante o exercício foram gastos R\$8.566,00, perfazendo 85,66% da dotação orçamentária.

A Sureg MG teve como meta física atender 215 beneficiários/mês durante o ano de 2012, tendo sido beneficiados no mês de dezembro, 237 empregados, o que corresponde a 10,23% acima do previsto.

**Quadro 59 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte**

<b>Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte</b>			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
2008			111,26
2009			119,41
2010			98,70
2011			125,00
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>
			<b>110,23</b>

Comparativamente à meta estabelecida, houve uma elevação de 10,23% no percentual de atendimento, em decorrência do aumento no número de empregados que retornaram pela Lei de Anistia, e outros que se encontravam afastados devido a licença médica.

**Quadro 60 – Resultados do Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte</b>			
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
2008			94,59
2009			96,50
2010			84,33
2011			90,00
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>
			<b>85,66</b>

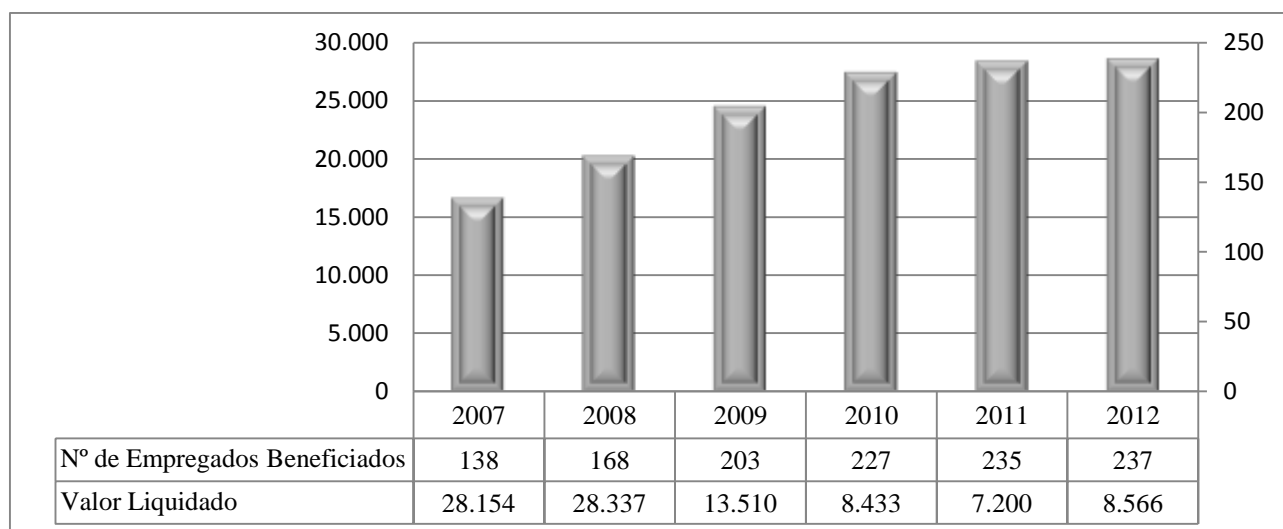
Comparativamente ao exercício de 2011, houve uma variação de 5,69% na execução financeira.

### Quadro 61 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2008				168,91
2009				66,55
2010				37,15
2011				30,64
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>36,14</b>

Comparativamente ao exercício de 2011, houve uma elevação de 17,95% no custo por atendimento, em decorrência de reajuste nas tarifas de transportes.

**Figura 21 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Vale Transporte**



Fonte: Sureg MG / Gefad/Sereh

**12.1.1.11 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**
**Quadro 62 – Resultados da Ação (2212)**

<b>(2012) – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</b>							
Unidade de Medida				Servidor Beneficiado			
Programa de Trabalho = 20.306.2105.2012.0001							
PTRES = 043208							
Meta Física (nº de servidores)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
250	255	102,00 %	1.600.000,00	1.576.208,40	98,51 %	1.384.158,40	1.358.840,00

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Sureg MG, foi descentralizado durante o exercício de 2012, dotação orçamentária no valor de R\$1.600.000,00. Durante o exercício foram gastos R\$1.576.208,40, perfazendo 98,51% da dotação orçamentária

A Sureg MG previa o atendimento a 250 empregados e beneficiou 255 (102 % da meta). Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregados beneficiados com a Lei de anistia.

**Quadro 63 – Resultados do Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação**

<b>Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação</b>			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo Geral: acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
2008			111,04
2009			115,79
2010			105,53
2011			105,00
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>102,00</b>

Em relação à meta estabelecida para 2012, houve uma variação de 2,00% no percentual de atendimento do Auxílio-Alimentação, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente o retorno dos anistiados.

#### Quadro 64 – Resultados do Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação</b>				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo Geral: acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2008				98,56
2009				100,00
2010				99,91
2011				98,87
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>98,51</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

#### Quadro 65 – Resultados do Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

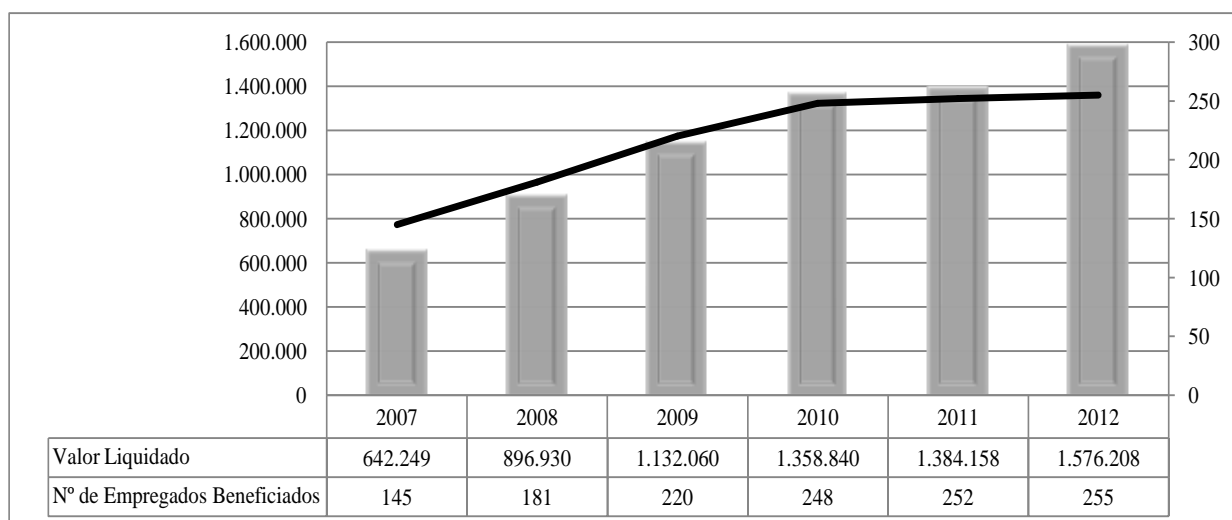
<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação</b>	
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação	
Objetivo Geral: acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação	
Tipo: Eficiência	
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado	
Meta: Menor ou igual ao ano anterior	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$	
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados	
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gebem	
<b>Resultados:</b>	



2008				4.955,42
2009				5.145,73
2010				5.479,19
2011				5.492,69
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>6.181,20</b>

Em comparação ao exercício de 2011, houve uma variação de 12,53% no custo de atendimento do Auxílio-Alimentação, em razão do reajuste do valor facial do ticket e do aumento no número de empregados.

**Figura 22 – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Auxílio Alimentação**



Fonte: Sureg MG / Gefad/Sereh

#### 12.1.1.12 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

**Quadro 66 – Resultados da Ação (4572)**

<b>(4572) – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação</b>							
Unidade de Medida				Servidor Beneficiado			
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001							
PTRES = 001694							
Meta Física (nº de servidores)			Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice	Prevista	Realizada	Índice		
<b>100</b>	<b>91</b>	<b>91,00 %</b>	<b>50.000,00</b>	<b>44.962,35</b>	<b>89,92 %</b>	<b>16.242,51</b>	<b>74.400,57</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Para a Sureg MG a meta previa o treinamento de 100 empregados com dotação orçamentária de R\$50.000,00, tendo sido capacitados 91 empregados, o que corresponde a 91,00% da meta estabelecida para a Sureg.

**Tabela 54 – Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	7	126:00	18:00
Auditoria	1	27:00	27:00
Comunicação Social	18	190:00	10:55
Educação e Desenvolvimento	33	592:00	18:00
Financeira	12	464:00	38:60
Gerencial	1	06:00	06:00
Informática	-	-	-
Jurídica	10	48:00	04:80
Operacional	4	104:00	26:00
Planejamento	5	116:00	23:20
Qualidade	-	-	-
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>1673:00</b>	<b>18:38</b>

Fonte: /Gecap

Em 2012 foi dada ênfase a eventos nas áreas administrativas (07 treinandos), auditoria (01 treinando), comunicação social (18 treinandos), educação e desenvolvimento (33 treinandos), financeira (12 treinandos), gerencial (01 treinando), jurídica (10 treinandos), operacional (04 treinandos) e planejamento/ (05 treinandos).

**Tabela 55 – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária – 2011 e 2012**

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
Meta/Dotação Orçamentária	153	100	- 34,65	36.000,00	50.000,00	+ 38,88
Execução	167	91	- 45,51	16.242,51	44.962,35	+ 176,82
Percentual de Execução	109,15	91,00	-	45,12	89,92	-
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>97,26</b>	<b>494,09</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

**Tabela 56 – Demonstrativo do Elemento de Despesa – de 2008 a 2012**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2008	9.082,50	82,96	5.009,71	-	23.160,40	-	-	37.335,57
2009	32.741,00	563,78	8.174,49	200,00	17.828,49	-	805,68	60.313,44
2010	33.635,00	552,53	10.526,55	-	28.441,60	-	1.244,89	74.400,57
2011	7.195,00	269,30	2.172,76	-	6.183,35	-	422,10	16.242,51
<b>2012</b>	<b>28.804,50</b>	<b>-</b>	<b>10.588,95</b>	<b>-</b>	<b>4.030,00</b>	<b>-</b>	<b>1.538,90</b>	<b>44.962,35</b>

Fonte: Siafi

**Quadro 67 – Resultados do Indicador Percentual de Atendimento da Demanda de Capacitação**

<b>Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação</b>			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
<b>Resultados:</b>			
2008			256,04
2009			530,00
2010			106,40
2011			109,15
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>91,00</b>

Comparativamente à meta estabelecida, houve uma redução de 9,00% no percentual de atendimento da demanda de capacitação.

**Quadro 68 – Resultados do Indicador Percentual da Execução Financeira com Capacitação**

<b>Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação</b>	
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados	
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	

Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
<b>Resultados:</b>			
2008			93,34
2009			97,28
2010			99,20
2011			45,12
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>89,92</b>

Comparativamente ao exercício de 2011, houve uma elevação de 99,30% no percentual de execução financeira.

#### Quadro 69 – Resultados do Indicador do Custo por Empregado Capacitado

<b>Nome: Custo por Empregado Capacitado</b>			
Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gecap			
<b>Resultados:</b>			
2008			160,24
2009			568,99
2010			344,45
2011			97,26
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>500,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>494,09</b>

Comparativamente ao exercício de 2011, houve uma elevação de 408,00% no custo por empregado capacitado, tendo em vista que os treinamentos, na sua maioria, foram realizados fora do estado, propiciando assim, gastos com diárias e passagens aéreas.

### 12.1.1.13 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

#### Quadro 70 – Resultados da Ação (0022)

<b>(0022) – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</b>				
Unidade de Medida		Não se aplica		
Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001				
PTRES = 01687				
Meta Financeira (R\$)			Resultado do ano de 2011	Resultado do ano de 2010
Prevista	Realizada	Índice		
200.000,00	184.376,00	92,19 %	722.287,37	313.125,73

Fonte: Siafi

A meta financeira atinente ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado no âmbito da Sureg MG era de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dos quais foram pagos R\$ 184.376,00 (cento e oitenta e quatro mil trezentos e setenta e seis reais), valor que corresponde a 92,19% (noventa e dois vírgula dezenove por cento) do originalmente previsto.

A significativa diferença existente entre o valor despendido no exercício 2012 e o valor correspondente do exercício 2011 se dá porque o valor relativo ao exercício 2011 contemplou também os depósitos compulsórios (R\$ 586.053,75), correspondendo o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado à menor parte, R\$ 136.233,62 (cento e trinta e seis mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos).

Essa metodologia, como se verá a seguir (12.1.1.14), mudou, com a criação de ação específica relativa ao pagamento de depósitos judiciais (00H2).

#### Quadro 71 – Indicador Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor
Base geográfica: UF e Brasil
Periodicidade: Mensal
Responsável: Superintendente da Sumaj

<b>Resultados:</b>				
2007				90,46
2008				86,53
2009				99,88
2010				99,72
2011				96,30
<b>2012</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>92,19</b>

Muito embora este relatório registre uma meta financeira inerente ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, reputamos importante esclarecer que essa meta diz respeito a obrigações de pagar judicialmente estabelecidas, obrigações estas que decorrem, necessariamente, da condenação definitiva (transitada em julgado) da Conab, seja em matéria civil, trabalhista, tributária, etc., fundada na interpretação, por um órgão jurisdicional competente, de que houve desrespeito a determinado preceito ou direito albergado na legislação pátria.

Desse modo, em que pese a proximidade da meta possa revelar o acertado planejamento pela Administração no que concerne à previsibilidade da despesa, é a redução dos valores gastos no cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado que deve ser buscada, objetivo cujo alcance refletirá, de um lado, que a Companhia evoluiu no que tange ao respeito à ordem jurídica, interpretando e aplicando as normas de maneira segura e adequada, e, de outro, economia para os cofres públicos.

#### **12.1.1.14 – (00H2) Pagamento de Depósitos Recursais**

##### **Quadro 72 – Resultado da Ação (00H2)**

<b>(00H2) – Pagamento de Depósitos Recursais</b>			
Unidade de Medida		Não se aplica	
Programa de Trabalho = <b>28.846.0901.0022.0001</b>			
PTRES = <b>01687</b>			
Meta Financeira (R\$)			
Prevista	Realizada	Índice	
<b>638.500,00</b>	<b>638.024,37</b>	<b>99,92 %</b>	

Fonte: Siafi

No exercício 2011, como já foi elucidado, o gasto com depósitos judiciais compulsórios, conceito que abarca os depósitos recursais, foi da ordem de R\$ 586.053,75 (quinhentos e oitenta e seis mil, cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), valor que aumentou, no exercício 2012, em R\$ 51.970,62 (cinquenta e um mil novecentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).

O valor alcançado corresponde a 99,92% (noventa e nove vírgula noventa e dois por cento) da meta prevista.

O dispêndio com depósitos recursais vivenciado no exercício 2012 ainda é decorrência do expressivo aumento na quantidade de reclamações trabalhistas que se iniciou nos últimos dois

meses de 2010 e perdurou pelo menos durante o primeiro semestre de 2011, gerando diversas condenações de primeiro e segundo grau, contra as quais a Conab se insurgiu pela interposição de recursos ordinários e de revista, respectivamente, recursos esses que trazem como pressuposto extrínseco de admissibilidade, além do pagamento das custas processuais (artigo 789, § 1º, da CLT), o recolhimento de depósitos recursais, que têm seu valor fixado, anualmente, pelo Tribunal Superior do Trabalho, com fulcro no artigo 899, §§ 1º, 2º e 6º, da CLT.

Além disso, vem refletindo nos gastos com depósitos recursais o advento dessa exigência para o recurso de agravo de instrumento previsto pelo artigo 897, alínea “b”, da CLT, que prescindia do depósito até a edição da Lei nº 12.275/2010.

A maior parte das ações trabalhistas citadas trouxe pleito de empregados que almejavam a concessão de promoções por merecimento, com diferenças salariais e reflexos daí decorrentes, sendo que os recursos de revista que foram interpostos nesse caso, quase em sua totalidade, admitidos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, gerando a remessa dos processos ao Tribunal Superior do Trabalho. Alguns desses recursos, é de se registrar, vêm encontrando acolhida no Colendo TST, principalmente a partir da decisão proferida pela 1ª Subseção Especializada em Dissídios Individuais do referido Tribunal, em 08/11/2012, no julgamento do processo nº TST-E-RR-0000051-16.2011.5.24.0007, envolvendo matéria semelhante, o que aponta para uma guinada no entendimento do TST, cuja maioria das Turmas vinha decidindo contrariamente às teses defendidas pela Conab, e para a perspectiva de diminuição, caso isso se confirme, dos gastos da Companhia com o cumprimento de sentenças e realização de depósitos recursais.

### 12.1.2 - Execução Orçamentária de Ações de Outros Órgãos

A execução orçamentária de ações de outros órgãos, pela Sureg MG, estão relacionadas na tabela a seguir e detalhadas nos subitens 12.1.2.1 a 12.1.2.6.

**Tabela 57 - Relação das Ações de Outros Órgãos com Execução Orçamentária pela Sureg MG em 2012**

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	29.489,01
2105 (MAPA)	2000 - Administração de Unidade (Safr de Café)	99.865,42
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	2.475.568,27
	2798 - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	40.171.121,21
	2802 - Operação de Aquisição alimentos	87.559,52
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	18.857,84
<b>Total</b>		<b>42.882.461,27</b>

#### 12.1.2.1 - (20QU) Fiscalização de Seguro Rural

A ação de fiscalização de seguro rural tem por finalidade fiscalizar a aplicação dos recursos subvencionados, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004. A Conab por meio de plano de trabalho estabelecido junto ao MAPA fiscaliza, in loco, toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certifica as

informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

**Tabela 58 - Resultados da Ação (20QU)**

<b>Operações de Fiscalização de Seguro Rural</b>	
Número de Fiscalizações	Valor Orçamentário
64	R\$ 29.489,01

Fonte: Sureg MG e Supab

No exercício de 2012, em Minas Gerais, foram fiscalizadas 64 (sessenta e quatro) apólices de seguro rural escolhidas pelo MAPA, uma redução de 20,0 % em relação a 2011 quando foram vistoriadas 80 apólices.

#### **12.1.2.2 - (2000) Administração de Unidade (Safrá de Café)**

**Tabela 59 - Resultados da Ação (2000)**

<b>Administração de Unidade (Safrá de Café)</b>	
Número de Avaliações	Valor Orçamentário
04	R\$ 99.865,42

Fonte: Sureg MG e Geasa

Para o levantamento da safra de café, foram realizados quatro levantamentos a campo, nos meses de abril, agosto e novembro/dezembro. A despesa realizada pela Conab MG de R\$99.865,42 corresponde a gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção, referente às visitas de técnicos da Superintendência de Minas Gerais ao campo, para fechamento da safra 2012/13 e prognóstico da safra 2013/14.

Em Minas Gerais, desde o início dos levantamentos de safras de café realizados pela Conab, os trabalhos são conduzidos pela equipe técnica da Sureg MG, em visita realizada a 114 municípios que constituem a base amostral. Os dados referentes à área em produção e a produtividade de cada município são obtidos através de entrevistas e reuniões realizadas com os diversos segmentos que compõem a cadeia produtiva do café, além de visitas a propriedades produtoras.

A metodologia estatística utilizada no trabalho de amostragem e na expansão dos dados coletados em campo foi desenvolvida pela UFLA – Universidade Federal de Lavras. Cabe ressaltar que a cultura do café ocupa lugar de destaque no estado, sendo Minas Gerais responsável por mais de 50% da produção brasileira.

Também no mês de novembro de 2012, foi realizado teste na região do cerrado mineiro para a continuidade do processo de melhoria metodológica do levantamento de safras de café, envolvendo capacitação referente à nova metodologia, com a participação ativa do pessoal da Sureg MG, que pode analisar e sugerir modificações no modelo proposto pelo IEA – Instituto de Estudos Avançados.



### 12.1.2.3 - (2792) Distribuição de Alimentos

A ação de distribuição de alimentos, amparada por Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União, por intermédio do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, do MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Conab, dentre outros entes partícipes, beneficiou ao todo 20.498 famílias mineiras em situação de insegurança alimentar e nutricional pertencentes aos diversos grupos populacionais específicos, dentre os quais destacamos as famílias de trabalhadores rurais acampados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros e atingidos por barragens.

A despesa de R\$2.475.568,27 realizada pela Sureg MG no exercício de 2012 correspondeu aos gastos com aquisição de gêneros alimentícios, serviços de controle de qualidade e operacionalização da distribuição das cestas de alimentos.

**Tabela 60 - Resultados da Ação (2792)**

Distribuição de Alimentos	
Número de Beneficiários	Valor Orçamentário
<b>20.489 famílias</b>	<b>R\$ 2.475.568,27</b>

Fonte: Sureg MG e Supab

Essa ação possibilitou a distribuição de 75.232 cestas de alimentos, atingindo o quantitativo total de 2.281 t de produtos doados.

### 12.1.2.4 - (2798) Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

A ação de aquisição de alimentos do PAA, amparada pelo Termo de Cooperação Técnica nº 004/2012, celebrado entre a União, por intermédio do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos, nas modalidades Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques e Compra Com Doação Simultânea no período de agosto de 2012 a julho de 2015.

Tem como objetivo formar estoques estratégicos ou de segurança e distribuir gratuitamente os alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

A despesa de R\$40.171.121,21 realizada pela Sureg MG no exercício de 2012 correspondeu aos gastos com aquisição futura de 21.089.317kg de gêneros alimentícios diversos, para distribuição gratuita através da modalidade Compra Com Doação Simultânea.

**Tabela 61 - Resultados da Ação (2798)**

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	
Volume de Produtos Adquiridos (kg)	Valor Orçamentário
21.089.371	R\$ 40.171.121,21

Fonte: Sureg MG e Supab

### 12.1.2.5 - (2802) Operações de Aquisição de Alimentos

A ação de aquisição de alimentos foi realizada ao amparo de Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab, que prevê, entre outras ações, a aquisição de produtos da agricultura familiar através da modalidade Apoio à Formação de Estoque com a possibilidade de sua quitação em produtos e sua doação a entidades que lidam com pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A despesa de R\$87.559,52 realizada pela Sureg MG no exercício de 2012 nesta modalidade correspondeu aos gastos com aquisição de 19.145kg de polpa de frutas congelada e sua doação a entidades carentes em diversos municípios do estado.

**Tabela 62 - Resultados da Ação (2802)**

Operações de Aquisição de Alimentos	
Volume de Produtos Adquiridos (kg)	Valor Orçamentário
19.145	R\$ 87.559,52

Fonte: Sureg MG e Supab

### 12.1.2.6 - (6440) Distribuição de Alimentos para Desenvolvimento de Quilombos

A ação de distribuição de alimentos para desenvolvimento de quilombos, objeto do Termo de Cooperação celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), e a Conab, teve por objetivo viabilizar a aquisição de embalagens, a montagem de cestas e a realização de transporte para a distribuição gratuita de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana estabelecidas no Estado, mais especificamente àquelas denominadas comunidades de terreiros.

**Tabela 63 - Resultados da Ação (6440)**

Comunidade de Terreiros			
Número de Famílias	Número de Atendimentos	Quantidade de Alimentos Entregues (kg)	Valor Orçamentário
1.600	3.087	72.940	R\$ 18.857,84

Fonte: Sureg MG e Supab

Em Minas Gerais, essa ação beneficiou 1.600 famílias por meio de 3.087 atendimentos realizados no exercício de 2012. A despesa originada com aquisição de embalagens e custeio dos serviços de montagem e entrega das cestas alimentos aos beneficiários diretos foi de R\$18.857,84.

## 12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

### 12.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Tabela 64 – Restos a Pagar – Processados**

Restos a pagar processados				
Ano do empenho	Inscrito	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	6.640,00	0,00	0,00	6.640,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	519.706,09	-255,40	512.980,50	6.470,19

Fonte: Siafi

**Tabela 65 – Restos a Pagar – Não Processados**

Restos a pagar não processados				
Ano do empenho	Inscrito	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	1.506,22	0,00	1.506,22	0,00
2011	10.845.921,69	0,00	10.845.921,69	0,00

Fonte: Siafi

### 12.2.2 – Análise Crítica

#### a. Exercício 2009

O valor de R\$ 6.640,00 refere-se a Nota Fiscal n.º 00060 de 27/10/2009, emitida pela empresa Faol Engenharia Ltda., cujos serviços não foram realizados à contento, estando o pagamento suspenso.

### 12.3 – Transferências Mediante Convênios

Não foram firmados convênios em 2012.

### 12.4 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

#### a. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito

Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.7.1 – Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”, constante da Portaria TCU 150, de 3/07/2012.

No fim do exercício de 2012, a Superintendência Regional de Minas Gerais mantinha apenas um imóvel locado de terceiros, onde funciona a sua Sede, a saber:

### Quadro 73 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2011	2012
Brasil	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – bairro de Lourdes– Belo Horizonte – MG	1	1
Total			1	1

Fonte: Supad/Gepas

#### b. Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ

**Tabela 66 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135492	UA – Campos Altos	–	16	4	–	–	–	–
135475	UA – Conceição do Rio Verde	–	16	4	–	–	–	–
135482	UA – Juiz de Fora	–	16	4	–	–	–	–
	Manhumirim	–	-	-	–	–	–	–
135491	UA – Perdões	–	16	4	–	–	–	–
135474	UA – São Sebastião do Paraíso	–	16	4	–	–	–	–
	Teófilo Otoni	–	–	–	–	–	–	–
135483	UA – Varginha	–	16	4	–	–	–	–
Total Geral					–	–	–	–

Fonte: Supad/Gepas

No exercício de 2012, não foram realizados gastos relativos a investimentos nesses imóveis.

## 12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6404/76

### 12.5.1 – Demonstrativos do Balanço Patrimonial

**Tabela 67 – Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>

Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>

<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## 12.5.2 – Demonstrativos dos Fluxos de Caixa

**Tabela 68 – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Faturas e Duplicatas a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54

Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>

<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>

<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>

<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
------------------------------------	-----------------	------------------

<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53



### 12.5.3 – Demonstrativos do Resultado do Exercício

**Tabela 69 – Demonstração do Resultado do Exercício**

DETALHAMENTO	2012	2011
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores - PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-9.920,43</b>	<b>32.070,11</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-) DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61

Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## 12.5.4 – Demonstrativos do Valor Adicionado

**Tabela 70 – Demonstração do Valor Adicionado**

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	<b>69.894.883,89</b>	<b>10,05</b>	<b>35.142.943,63</b>	<b>5,65</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
<b>8.7 - Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>69.521.861,53</b>	<b>10,00</b>	<b>31.510.972,51</b>	<b>5,07</b>
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
<b>8.10 - Lucros Retidos</b>	<b>49.534.268,45</b>	<b>7,12</b>	<b>22.451.567,91</b>	<b>3,61</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### 12.5.5 – Demonstrativos das Mutações do Patrimônio Líquido

**Tabela 71 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>SALDO EM 01/01/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>13.961.869,27</b>	<b>51.817.023,90</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>339.214.438,92</b>
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2012</b>	<b>302.801.001,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.525.704,18</b>	<b>83.817.184,79</b>	<b>0,00</b>	<b>405.143.890,71</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### 12.5.6 – Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

### 12.5.7 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### Quadro 74 – Sumário das Notas Explicativas

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

<b>NOTA 1</b>	<b>CONTEXTO OPERACIONAL</b>
---------------	-----------------------------

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos

armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

**NOTA 2****ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

**NOTA 3****ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “IASB - *Internacional Accounting Standards Board*”.

**NOTA 4****RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**a) *Equivalente de Caixa:*** Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**b) *Créditos a Receber:*** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**c) *Estoques Públicos:*** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**c.1) *Demais Estoques:*** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**c.2) *Valor Presente dos Estoques:*** Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da

Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**e) Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**f) Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**g) Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc.).

**h) Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**j) Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**k) Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### **l) Reconhecimento da Receita:**

**l.1) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**l.2) Diferimento de Receitas:** O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

**m) Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de

R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/Ibracon n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**n) Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do Lalur.

<b>NOTA 5</b>	<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>
---------------	-----------------------------

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

**Tabela 72 – Demonstrativo dos Créditos Tributários**

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

<b>NOTA 6</b>	<b>LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO</b>
---------------	--

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

<b>NOTA 7</b>	<b>RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL</b>
---------------	---

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;



- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Prodea – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos;
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

<b>NOTA 8</b>	<b>DEVEDORES POR FORNECIMENTO</b>
---------------	-----------------------------------

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

<b>NOTA 9</b>	<b>CONTAS A RECEBER</b>
---------------	-------------------------

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

**a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

**Tabela 73 – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

**b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**
**Tabela 74 – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

**NOTA 10**
**DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas Cobal e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante**
**Tabela 75 – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

**b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante**
**Tabela 76 – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

**NOTA 11**
**RECURSOS VINCULADOS**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

**NOTA 12**
**BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para CAAF – Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CPR Alimento; 2003 a 2006, para CAEAF – Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às CPR – Cédulas de Produto Rural Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

**Tabela 77 – Demonstrativos Financeiro dos Estoques**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

**a) Equalização de Preços**

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse

prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal. No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

<b>NOTA 13</b>	<b>ENDIVIDAMENTO</b>
----------------	----------------------

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

<b>NOTA 14</b>	<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>
----------------	--------------------------------------

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

<b>NOTA 15</b>	<b>CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES</b>
----------------	--

***Passivo Contingente – Provável***

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

=> **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

=> **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

=> **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do Ibracon NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme tabela a seguir:

**Tabela 78 – Demonstrativo do Passivo Contingente - Provável**

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

***Passivo Contingente – Possível***

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

**Tabela 79 – Demonstrativo do Passivo Contingente - Possível**

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

***Ativo Contingente – Provável***

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do Ibracon NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

**Tabela 80 – Demonstrativo do Ativo Contingente - Provável**

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

**NOTA 16**      ***OPERAÇÕES DE CRÉDITOS***

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

**NOTA 17**      ***PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL***

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

**NOTA 18**      ***JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO***

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**NOTA 19**      ***RESULTADO DO EXERCÍCIO***

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**NOTA 20**
**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

*a) Capital Social:* O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

*b) Reserva Legal:* Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

*c) Reserva de Retenção do Lucro:* Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

**NOTA 21**
**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços” e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

**Tabela 81 – Demonstrativo do Saldo de Responsabilidade por Danos e Perdas**

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
<b>2011</b>	34.997
<b>2012</b>	61.637

**NOTA 22**
**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**
*a) Plano de Previdência Complementar*

O Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no CNPB – Código Nacional de Plano de Benefícios sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes

financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do Cibrius são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### ***b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS***

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o SAS - Serviço de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

<b>NOTA 20</b>	<b>REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS</b>
----------------	--

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Cgpar – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados,



bem como os salários médios foram os seguintes:

**Tabela 82 – Demonstrativo da Maior Remuneração dos Dirigentes e Empregados**

Remunerações (R\$)	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

**Tabela 83 – Demonstrativo do Salário Médio dos Dirigentes e Empregados**

Salários Médios (R\$)	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

**NOTA 21**

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

*a) Programa de Revitalização – PNUD*

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/Funcafé e Coordena o Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

**Tabela 84 – Demonstrativo de Repasse de Recursos**

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos Funcafé/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

***b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA***

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1 – Informações sobre o Controle Interno

A Sureg MG não dispõe de estrutura própria de controle interno, estando centralizada na Matriz a Audin - Auditoria Interna.

A Auditoria Interna vem aprimorando e adequando as suas práticas e metodologias de trabalho às novas tendências da moderna Administração Pública, promovendo mudanças substanciais nos procedimentos de trabalho, responsável por identificar e avaliar pontos de fragilidade nos diversos processos da Companhia.

Ressalte-se ainda a iniciativa de estruturar e consolidar padrões de divulgação e de boas práticas de governança, estabelecendo uma gestão cada vez mais democrática, transparente e ética, buscando assegurar o equilíbrio entre os objetivos priorizados pela administração, a delegação e os controles internos.

A Companhia conta ainda com outros instrumentos de governança, tais como a Ouvidoria – OUVIR, canal aberto para relato de denúncias, elogios, sugestões e reclamações, tanto por parte de empregados como de atores externos, e a Comissão de Ética.

Na Ouvidoria, as manifestações recebidas por meio da internet são cadastradas automaticamente pelo sistema. As recebidas por telefone, fax, e-mail e correspondências, ou feitas pessoalmente, são cadastradas no sistema pela equipe da Ouvidoria.

Após a leitura e análise do conteúdo das demandas, escolhe-se o encaminhamento mais adequado para as questões relatadas, enviando-as para as áreas responsáveis pelo assunto. Ao retornarem à Ouvidoria as respostas são analisadas sob o ponto de vista da consistência em relação ao conteúdo das questões formuladas e, caso necessário, lançadas no sistema para ciência do demandante.

Em relação aos meios de divulgação de informações e mudanças na legislação e normativos relevantes na organização, a Companhia dispõe da internet, intranet, informativo diário intitulado “Notícia do Dia”, Publicidade Legal e Comunicação Interna.

A Companhia tem também um Código de Ética que prevê condutas desejáveis por parte dos empregados e administradores, paralelamente ao Regulamento de Pessoal que dispõe sobre os direitos e deveres de todos, bem como as infrações e punições correspondentes.

#### Quadro 75 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Considerações gerais:</b> Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Gerência de Finanças e Administração, da Gerência de Operações, da Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, da Procuradoria Regional, além do Assistente da Superintendência Regional, na qual os representantes apresentaram as avaliações correspondentes aos quesitos apresentados, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

### 13.2.1 – TCU

Não ocorreu no período.

### 13.2.2 – CGU

Não ocorreu no período.

## 13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

### Quadro 76 – Demonstrativo dos Tratamentos das Recomendações da Auditoria Interna

<b>Relatório de Auditoria</b>
<b>19/2011 - (ACG) - Sureg MG</b>
<b>Constatação:</b>
1117 - Os saldos de R\$155.346,03 em 31/08/2011 estão compostos por 178 correntistas, sendo que 157 apresentam saldos vencidos há mais de 120 dias. Constatou-se que, do total de inadimplentes, apenas 20 clientes possuem mercadorias em estoque como garantia da dívida e outros 4 têm estoques, mas insuficiente para garantir o débito. Tem-se, portanto, que 133 clientes retiraram as mercadorias sem saldar as suas dívidas. No quadro a seguir demonstra-se a quantidade de clientes por UA e a sua situação.
<b>Recomendação:</b>
1117.1 - Recomendamos à Sureg MG que oriente os gerentes de Unidades Armazenadoras a não liberar os produtos armazenados sem a comprovação da quitação dos débitos de armazenagem ou outros serviços prestados. Alternativamente, caso o cliente não efetue o pagamento do débito em espécie, deve-se reter a quantidade de produto suficiente para a quitação da dívida. Recomendamos que a Sureg MG informe quais as providências adotadas para a

recuperação dos valores a receber dos armazenadores inadimplentes.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<b>de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente</b> Informamos que as Unidades armazenadoras já foram orientadas a não liberar produtos sem a comprovação de quitação dos débitos. Informamos ainda que dentre os 133 casos mencionadas, já identificamos que diversas UA emitiram, indevidamente, notas fiscais de serviços de armazenagem, em razão de interpretação incorreta dos Avisos 203/2009 e 216/2009. Ocorre que tais notas fiscais não foram canceladas, o que originou a existência de débito sem a existência do estoque. A Geope está encarregada de analisar caso a caso, objetivando a regularização da situação.
<b>Constatação:</b>
1119 - A conta representa os valores a receber dos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, decorrentes dos adiantamentos concedidos nas operações de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR doação e Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CPR alimento. Os demonstrativos contábeis da Sureg MG, posicionados em 31/08/2011, indicam que a UG 135183 – Unidade Estoque Estratégico/MG possuía um saldo de R\$18.200.255,87, composto por 279 clientes. Verificou-se a existência de saldos sem movimentação desde 2005, o que evidencia a existência de clientes inadimplentes. A Unidade Gestora 135562 – Unidade Conab PAA/MG apresentava saldo de R\$7.614.861,70, composto por 34 clientes. Da mesma forma, verificou-se a existência de saldos sem movimentação desde 2006, evidenciando a existência de clientes inadimplentes. No quadro a seguir demonstra-se a quantidade de clientes, indicando a origem dos registros por ano. A Unidade Gestora 135431 – MO/MG, em 31/08/2011 possuía o saldo de R\$2.199.603,19, cujos registros são decorrentes das operações de CPR alimento realizadas em 2003/2004. Os débitos estão registrados em nome de 877 correntistas e constatou-se que, de 31/12/2010 até 30/08/2011, apenas 4 clientes liquidaram suas dívidas.
<b>Recomendação:</b>
1119.1 - Recomendamos que a Sureg MG proceda à análise dos saldos da conta 11319.01.00, conciliando-os com os registros extra-contábeis, de modo a identificar os clientes inadimplentes, adotando as providências necessárias para o recebimento dos débitos. Recomendamos à Sureg MG que identifique as CPRs doação, cujos saldos depositados nas contas bancárias vinculadas, estejam paralisados em função da inexecução dos projetos, adotando as providências para a devolução dos valores aos cofres da Companhia, para restituição ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Após a identificação de tais situações, recomendamos encaminhar à Audin relatório circunstanciado com a identificação dos devedores, dos valores e das providências adotadas.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<b>de em 18/01/2012 como Pendente</b> A Sureg MG, em razão da carência de pessoal, ainda não dispõe de controles extra-contábeis que favoreçam tais conciliações. Assim sendo, as conciliações neste sentido têm sido feitas somente quando do envio, pela Geope, dos processos cujas CPR estejam encerradas. Entretanto, tal atividade não tem tido a celeridade desejada, em razão da deficiência de pessoal com prática e perfil adequados, já que o Secof só dispõe de um empregado com prática de atualização de cálculo, empregado este que também executa diversas outras tarefas igualmente relevantes.
<b>Constatação:</b>
1122 - A conta registra os valores em apuração relativos às responsabilidades por perdas, desvios de produtos, alteração de qualidade, dentre outros, detectados na armazenagem de mercadorias. No quadro a seguir demonstram-se os saldos consignados nas Unidades Gestoras.
<b>Recomendação:</b>
1122.1 - Recomendamos à Sureg MG informar se existem processos para apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao prejuízo. Em caso positivo, informar sobre a posição atual do referido processo. Em caso negativo, adotar os procedimentos para apuração de responsabilidade.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<b>de em 18/01/2012 como Pendente</b> Informamos as baixas dos seguintes valores: R\$489,89(2012NL000049 UG 135184), R\$66.281,36(2011NL001903 UG 135184), R\$18.098,36(2011NL001719 UG 135184), R\$18.711,60(2011NL001904 UG 135184), R\$625.331,46(2011NL001041 e 2011NL001042 UG 135431). R\$31.588,00 - Processo Suope nº 21200.2310/2008 em análise na Geope. o valor de R\$480,86 em fase de autuação de processo pela Geope. R\$ 909.049,89 e R\$ 139.984,92 - Processo nº08-063/2007 - em análise na Proge. Demais valores já solicitamos os respectivos processos à Gedin.
<b>de paulo.hayakawa em 20/01/2012 como Pendente</b> Aguardamos o retorno dos processos, analisar e proceder a baixa, e comunicar à Audin. NÃO SOLUCIONADO.
<b>Relatório de Auditoria</b>
<b>05/2012 - (ACG) - Sureg MG</b>
<b>Constatação</b>
<b>1272 – CONTAS 1.1.2.1.1.01.02 – FATURAS DUPLICATAS A RECEBER – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e</b>

**1.9.9.1.2.18.00 – MERCADORIAS DE TERCEIROS EM DEPÓSITO**

As rubricas “tratam de valores relativos aos faturamentos a curto prazo, provenientes de serviços de armazenagem das Mercadorias de Terceiros em Depósito nas Unidades Armazenadoras”.

Em 31/12/2011, a conta apresentava o saldo de R\$219.551,29 referente a Faturas/Duplicatas a Receber registrado na UG – 135182 – Sede Sureg MG e R\$457.038.600,57 referente às Mercadorias de Terceiros em Depósito, registrados nas UG(s) 135185 – UA/Uberaba, 135186 – UA/Uberlândia, 135187 – UA/Passa Quatro, 135474 – UA/São Sebastião do Paraíso, 135475 – UA/Conceição do Rio Verde, 135482 – UA/Juiz de Fora, 135483 – UA/Varginha, 135491 – UA/Perdões, 135492 – UA/Campos Altos e 135494 – UA/Montes Claros.

Devido ao grande número de registros das Faturas/Duplicatas que totalizam 174, e das Mercadorias de Terceiros em Depósito, que totalizam 328, as análises foram feitas por amostragem e as impropriedades constatadas estão relacionadas nas tabelas 1 e 2 a seguir.

**TABELA 1 – FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER PENDENTES – em R\$**

Nº	CONTA CORRENTE	DENOMINAÇÃO	FATURA A RECEBER	MERCADORIA EM DEPÓSITO	ORIGEM DO DÉBITO
1	18.780.254/0007-20	Cooperativa Agropecuária de Boa E.	2.304,44	8.556,58	fev/2010
2	86.541.596/0001-52	União Cooperativa Agropecuária Sud.	772,15	2,263,84	dez/2010
3	18.715.615/0024-56	Minas Gerais Secretaria de Estado	5.212,98	-	out/2010
4	19.445.733/0001-68	Cooperativa Agropecuária de Carmo	5.167,32	-	dez/2010
5	21.601.851/0003-21	Cooperativa Agropecuária de Poço	474,65	155,85	dez/2010
6	23.176.936/0002-64	Cooperativa Mista Agropecuária	871,06	51,10	dez/2010
7	70.986.799/0001-12	Lotus Soja Integral Ltda.	986,51	34,08	dez/2010
8	090.066.566-15	Eurípedes Pereira de Medeiros	4.274,90	-	mai/2010
9	164.924.809-10	Vírio Silvani	137,95	-	jun/2010
10	184.381.486-20	Alcides Jorge Fossa	222,63	-	dez/2010
11	001.203.406-15	Ramiro Wagner de Resende	111,65	-	mar/2010
12	002.456.078-20	Carlos Cardoso de Almeida Amorim	111,47	-	dez/2010
13	004.149.016-90	Alexandre Tonelli de Faria	78,90	-	dez/2010
14	007.095.946-31	Osvaldo Resende Vargas Junior	161,02	-	out/2010
15	022.173.708-12	Nelson Luiz do Rego Neto	188,36	42,94	fev/2010
16	030.965.136-00	Sebastião Maiolini	166,72	303,50	mar/2010
17	040.693.996-90	Eliane Ribeiro da Silva	157,78	-	dez/2010
18	211.519.386-53	José Alberto Zanqueta	408,49	-	mai/2010
19	234.187.294-87	Antônio Cavalcanti Correa de Araújo	205,52	139,19	mar/2010
20	681.302.286-53	Márcia dos Santos Braga	327,25	-	ago/210

(Fonte: Siafi)

Após análise dos dados amostrais, destacam-se as pendências constantes da Tabela 1, a seguir expostas:

- Os itens 1 e 2 da Tabela 1 referem-se a valores a receber de clientes, cujo débito teve origem em fev/201 e dez/2010, respectivamente. Esses clientes possuem registro na conta 1.9.9.1.2.18.00 de mercadoria em depósito suficiente para garantir a dívida.
- Os itens 3, 4, 8 e 9 representam pendências de longa data, sem a contrapartida de mercadoria em depósito para garantir a dívida. Os valores dos itens 8 e 9 tem origem na UG 135186 – UA Uberlândia. Quanto ao item 8, a Sureg MG informou que o débito está ajuizado sob o Processo nº 2006.38.03.004971-6.
- Os débitos referentes aos itens 5 a 7, pendentes de longa data, possuem mercadoria em depósito registrada na conta 1.9.9.1.2.18.00, porém com estoque insuficiente para garantir a dívida.
- Os itens 10 a 20 representam pequenas importâncias a receber de produtores rurais, pendentes de longa data, sem

garantia de estoque de mercadoria. Sobre os citados débitos, existem correspondências entre as Unidades Armazenadoras e a Sureg MG informando que as pendências decorrem de faturamentos posteriores ao exercício da opção de venda dos Contratos de Opção.

**TABELA 2 – MERCADORIAS EM DEPÓSITOS SEM EMISSÃO DE FATURA/DUPPLICATAS A RECEBER**

Nº	CONTA CORRENTE	DENOMINAÇÃO	MERCADORIA EM DEPÓSITO	FATURA A RECEBER	ORIGEM DO DÉBITO
1	026.763.356-42	Almir Adriano Gimenez	889,74	-	dez/2009
2	081.608.996-53	Romeu Ferreira de Queiroz	598,03	-	dez/2009
3	129.023.229-68	Thomé Vicente de Lima	747,84	-	dez/2009
4	137.031.618-68	José Valentim Barbieri	989,41	-	dez/2009
5	24.896.409/0001-04	Cooperativa Regional dos Cafeicultores	4.505,44	-	mai/2010
6	493.752.539-53	Eliano Aparecido Meneguel	1.191,17	-	dez/2009
7	54.772.017.0015-91	Cooperativa de Cafeicultores e Agricultores	1.518,50	-	mai/2010
8	796.201.086-04	Adriana de Oliveira Melo	950,54	-	dez/2009
9	029.931.836-21	Natália Pimenta Mambrini	625,00	-	jul/2011
10	035.903.648-15	Astolfo José Borges de Paula	1.040,00	-	jul/2011
11	19.508.639/0001-00	Cooperativa Agropecuária de Cassi	1.028,15	-	abr/2010
12	012.590.676-53	João Virgílio Maranesi Caixeta	607,00	-	set/2010
13	016.610.568-65	Ivan Carlos Baptistella	758,75	-	set/2010
14	04.948.465/0001-09	Cooperativa dos Cafeicultores de M.	2.276,25	-	nov/2010
15	10.594.754/0001-70	Cooperativa Agrícola do Sudeste	3.249,52	-	nov/2010
16	16.736.928/0006-83	Coop. Mista dos Produtores Rurais	1.146,75	-	out/2010
17	26.832.651/0002-69	Coop. dos Cafeicultores de Campos Gerais	7.745,33	-	out/2010
18	20.770.566/0005-33	Cooperativa Regional dos Cafeicultores	47.146,48	-	dez/2010
19	21.429.865/0002-29	Cooperativa Agropecuária de Jacut	23.976,51	-	nov/2010
20	25.266.685/0008-10	Cooperativa Cafeicultores da Zona de	6.700,57	-	nov/2010
21	38.665.287/0003-03	CARA- Cooperativa Agropecuária Regional	6.602,19	-	out/2010
22	54.772.017/0015-91	Cooperativa de Cafeicultores e Agricultores	8.108,42	-	nov/2010
23	22.226.476/0006-92	Cooperativa Agrária de Machado Lima	1.909,43	-	dez/2010
24	07.888.603/0002-00	Taina Importação e Exportação Ltda.	355.124,92	-	dez/2011
25	58.128.190/0023-12	Mitsui Alimentos Ltda.	6.101,43	-	dez/2011
26	999	UA/Uberlândia	3.675,44	-	dez/2011
27	999	UA/Juiz de Fora	702,17	-	dez/2011
28	999	UA/Campos Altos	121.207,95	-	Dez/2011

(Fonte: Sifafi)

Na tabela 2 estão explicitados valores registrados na conta 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito, levantados com base nos dados amostrais analisados, que requerem esclarecimentos por parte auditado, conforme a seguir exposto:

a) não se constatou emissão de fatura de armazenagem para os saldo constantes nos itens 1 ao 23 da Tabela 2,



registrado contabilmente em nome dos armazenadores (período de dez/2009 a jul/2011). Torna-se necessário verificar se as mercadorias permanecem em depósito e, em caso positivo, informar as razões da inexistência da emissão das notas fiscais de armazenagem.

b) Justificar a permanência dos itens 24 e 25 da tabela 2, referentes a mercadorias de terceiros em depósito armazenadas na UA/Juiz de Fora, de dez/2011 a abril/2012, sem a emissão de fatura de armazenagem para o período.

c) Os valores explicitados nos itens 26 a 28, identificados pela inscrição genérica “999” regerem-se a saldos credores de ICMS, apurados nos Livros de Apuração de ICMS das UA(s), em decorrência do recebimento de mercadorias para depósito, cujo depositante está estabelecido em outro Estado da Federação. Considerando que o referido imposto se constitui em direito a compensar, entende-se que os citados saldos deveriam estar registrados contabilmente na conta de ativo circulante 1.1.2.1.5.01.00 – ICMS a Compensar.

#### **Recomendação**

1272.5 - Recomendamos à Sureg MG analisar os valores registrados na conta 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósitos, a exemplo dos itens 1 a 23 da Tabela 2, de modo a identificar os casos em que não haja mercadoria em depósito, efetuando as baixas contábeis pertinentes.

#### **Tratamento das Recomendações**

**De maria.lopes em 06/08/2012 como pendente**

**Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item**

**de cleide.laia em 08/08/2012 como pendente**

estamos ultimando as providências para apresentação de resposta.

**De joao.filho em 14/08/2012 como pendente**

Vamos aguardar a apresentação das providências adotadas pela Sureg MG.

**De cleide.laia em 06/09/2012**

As informações foram solicitadas à GEOPE.

**De joão.filho em 01/10/2012 como pendente**

O item continuará pendente, aguardando as informações da GEOPE.

**De maria.Lopes em 13/05/2013 como pendente**

Considerando o tempo decorrido, solicitamos posição da Sureg MG sobre a última manifestação do auditor.

#### **Recomendação:**

1272.7 - Recomendamos à Sureg MG analisar e proceder a reclassificação dos saldos de apuração do ICMS com a identificação “999”, da conta 1.9.9.1.2.18.00 para a conta do Ativo Circulante 1.1.2.1.5.01.00.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**De maria.Lopes em 06/08/2012 como pendente**

**Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item**

**de cleide.laia em 08/08/2012**

Estamos ultimando as providências para apresentação de resposta.

**De joao.filho em 14/08/2012 como pendente**

Vamos aguardar a apresentação das providências adotadas pela Sureg MG.

**De cleide.laia em 19/09/2012**

Os registros na conta 1.9.9.1.2.18.00, com identificação “999” são efetuados de acordo com a orientação da Sucon/Gecon, através da mensagem Siafi nº 2001/230425 de 09.05.2001.

**De joão.filho em 03/10/2012 como pendente**

O item continuará pendente, pois, conforme orientação da Gerência de Auditoria, foi feito contacto com a Sucon e será dado uma nova orientação para os créditos de ICMS com identificação “999”.

**De maria.lopes em 13/05/2013 como pendente**

Considerando o tempo decorrido, solicitamos informar posição atual sobre o assunto em tela.

#### **Constatação:**

**1273 – CONTA 1.1.2.1.9.12.00 – CRÉDITO POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDORES/EX**

A conta “Registra os valores dos créditos a receber decorrentes de acertos financeiros com servidores e ex-servidores do órgão, conforme disposto na Lei nº 8.112/90”.

Em 31/12/2011 o saldo da rubrica era de R\$204.554,34, registrado na UG 135182 – Cona Sede - Sureg MG. No confronto dos valores a receber dos servidores pela utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS com o Mapa de Controle de Utilização do SAS, constatou-se a divergência apresentada na Tabela 3, proveniente de exercícios pretéritos, objeto de apontamentos da Audin em relatórios anteriores, todavia, sem regularização até a presente data.

**TABELA 3 – CRÉDITO POR ACERTOS FINANCEIROS COM SERVIDORES/EX SERVIDORES – (EM R\$)**

Item	CONTA CORRENTE	DENOMINAÇÃO	SALDO CONTÁBIL	SALDO EXTRA CONTÁBIL	DIFERENÇA
1	CL0622211	Utilização do Serviço da Assistência à Saúde - SAS	203.696,84	199.154,69	4.542,15

(Fonte: Siafi e planilha de acompanhamento do SAS)

**Recomendação:**

1273.1 - Recomendamos à Sureg MG informar à Audin as providências adotadas para a regularização da divergência apresentada.

**Tratamento das Recomendações:**
**De Maria.Lopes em 06/08/2012 como pendente**

Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto à recomendação tratada neste item.

**De cleide.laia em 08/08/2012**

Estamos ultimando as providências para apresentação de resposta

**De joão.filho em 14/08/2012 como pendente**

Vamos aguardar a apresentação das providências adotadas pela Sureg MG.

**De maria.Lopes em 13/05/2013 como pendente**

Considerando o tempo decorrido, solicitamos informar posição atual sobre o assunto em tela.

1279 – CONTA 1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS

**Recomendação:**

1279.1 – Tendo em vista o tempo decorrido desde a abertura dos procedimentos apuratórios das perdas, recomendamos à Sureg MG informar à Audin a situação atual de cada um dos processos em comento.

**Tratamento das Recomendações:**
**De Maria.Lopes em 06/08/2012 como pendente**

Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

**De cleide.laia em 08/08/2012**

Estamos ultimando as providências para apresentação de resposta.

**De joao.filho em 14/08/2012 como pendente**

Vamos aguardar a apresentação das providências adotadas pela Sureg MG.

**De Maria.Lopes em 13/05/2013 como pendente**

Considerando o tempo decorrido, solicitamos informar posição atual sobre o assunto em tela

**Constatação:**

1280 – CONTA 1.9.9.1.3.10.00 – MULTAS E JUROS

A conta “Registra os valores referentes a multas e juros pagos pelo órgão, porém de responsabilidade de servidores e que estejam em fase de apuração”.

Em 31/12/2011, a rubrica apresentava o saldo de R\$13.076,01, registrado nas UG(s) 135182 – Conab Sede - Sureg MG, 135185 – UA/Uberaba e 135483 – UA/Varginha. No período da relatoria, diversas multas foram baixadas pela Sureg MG, restando pendentes os saldos constantes da Tabela 12, no montante de R\$5.669,17.

**TABELA 4 – Multas em Apuração**

Item	Conta Corrente	Histórico	Valor (R\$)
1	07 135182	Multas e Juros diversos	16,20
2	07 135475	Multas e Juros diversos	5,26
3	08 135 182	Multas e Juros diversos	0,48
4	08 135187	Multas e Juros diversos	19,60
5	08 135474	Multas e Juros diversos	0,16
6	08 135483	Multas e Juros diversos	3,85
7	09 135182	Multas e Juros diversos	34,98
8	10 135182	Multas e Juros diversos	20,05
9	10 135183	Multas e Juros diversos	3.980,49

10	10 135184	Multas e Juros diversos	23,32
11	10 135474	Multas e Juros diversos	40,37
12	10 135492	Multas e Juros diversos	1,56
13	10 135483	Multas e Juros diversos	829,28
14	11 135182	Multas e Juros diversos	10,21
15	11 135185	Multas e Juros diversos	672,49
16	11 135186	Multas e Juros diversos	10,87
<b>Total</b>			<b>5.669,17</b>

(Fonte: Siafi)

**Recomendação:**

1280.1 - Recomendamos à Sureg MG proceder à análise dos saldos remanescentes, referentes às multas constantes da Tabela 12, informando quais as providências adotadas para reposição dos valores aos cofres da Companhia.

**Tratamento das Recomendações:**

**De maria.lopes em 06/08/2012 como pendente**

Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

**De cleide.laia em 08/08/2012**

Estamos ultimando as providências para apresentação de resposta.

**De joao.filho em 14/08/2012 como Pendente**

Vamos aguardar a apresentação das providências adotadas pela Sureg MG.

**De cleide.laia em 21/09/2012**

Documentação ainda em análise.

**De joão.filho em 28/09/2012 como pendente**

Análise dos documentos em andamento.

**De maria.lopes em 13/05/2013 como pendente**

Considerando o tempo decorrido, solicitamos informar posição atual sobre o assunto em tela.

## 14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Minas Gerais, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, atuou no exercício de 2012 em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da reposição insuficiente de servidores, assim como da escassez de recursos orçamentários.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2013.

**Oswaldo Teixeira de Souza Filho**  
Superintendência Regional de Minas Gerais  
Superintendente